

BRUNA RENATA SCARDUELLI VIEIRA

**AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ASSISTENTE  
SOCIAL: PROBLEMATIZANDO A PRÁXIS DE TRABALHO NO CRAS**

ASSIS  
2024

BRUNA RENATA SCARDUELLI VIEIRA

**AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ASSISTENTE SOCIAL: PROBLEMATIZANDO A PRÁTICA DE TRABALHO NO CRAS**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestra em Psicologia. Área de conhecimento Psicologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Silvio José Benelli

ASSIS  
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

V658m Vieira, Bruna Renata Scarduelli  
As múltiplas dimensões do exercício profissional da assistente social : problematizando a práxis de trabalho no CRAS / Bruna Renata Scarduelli Vieira. — Assis, 2024  
160 f.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis  
Orientador: Prof. Dr. Silvio José Benelli

1. Dispositivo intercessor. 2. Intercessão - Pesquisa.  
3. Políticas públicas. 4. Assistência social. 5. Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. I. Título.

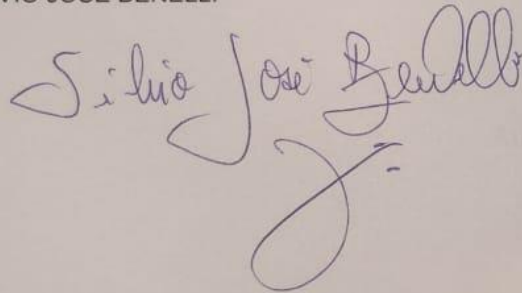
CDD 361



**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de BRUNA RENATA SCARDUELLI VIEIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.**

Aos 15 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 08:30 horas, no(a) Sala de Defesas da Pós-graduação e Sala Virtual: [meet.google.com/nub-dyqx-jwj](https://meet.google.com/nub-dyqx-jwj), realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado de BRUNA RENATA SCARDUELLI VIEIRA, intitulada **AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ASSISTENTE SOCIAL: PROBLEMATIZANDO A PRÁXIS DE TRABALHO NO CRAS**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. SILVIO JOSÉ BENELLI (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/FCL- Assis/SP, Profa. Dra. MABEL MASCARENHAS TORRES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Serviço Social / UEL - Londrina/PR, Profa. Dra. SARA MEXKO (Participação Presencial) do(a) Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/FCL - Assis/SP. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: A PROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. SILVIO JOSÉ BENELLI



## **“Me gritaram negra”, de Victoria Santa Cruz**

Tinha sete anos apenas,  
apenas sete anos,  
Que sete anos!  
Não chegava nem a cinco!  
De repente umas vozes na rua  
me gritaram Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!  
“Por acaso sou negra?” – me disse  
SIM!  
“Que coisa é ser negra?”  
Negra!  
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.  
Negra!  
E me senti negra,  
Negra!  
Como eles diziam  
Negra!  
E retrocedi  
Negra!  
Como eles queriam  
Negra!  
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos  
e mirei apenada minha carne tostada  
E retrocedi  
Negra!  
E retrocedi . . .  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Neeegra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
E passava o tempo,  
e sempre amargurada  
Continuava levando nas minhas costas  
minha pesada carga  
E como pesava!...  
Alisei o cabelo,  
Passei pó na cara,  
e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Neeegra!  
Até que um dia que retrocedia , retrocedia e que ia cair  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra!  
E daí?  
E daí?  
Negra!  
Sim  
Negra!  
Sou

Negra!  
Negra  
Negra!  
Negra sou  
Negra!  
Sim  
Negra!  
Sou  
Negra!  
Negra  
Negra!  
Negra sou  
De hoje em diante não quero  
alisar meu cabelo  
Não quero  
E vou rir daqueles,  
que por evitar – segundo eles –  
que por evitar-nos algum disabor  
Chamam aos negros de gente de cor  
E de que cor!  
NEGRA  
E como soa lindo!  
NEGRO  
E que ritmo tem!  
Negro Negro Negro Negro  
Afinal  
Afinal compreendi  
AFINAL  
Já não retrocedo  
AFINAL  
E avanço segura  
AFINAL  
Avanço e espero  
AFINAL  
E bendigo aos céus porque quis Deus  
que negro azeviche fosse minha cor  
E já compreendi  
AFINAL  
Já tenho a chave!  
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
NEGRO NEGRO  
Negra sou!

## **AGRADECIMENTOS**

A produção da escrita da dissertação está entrelaçada a mim, entranhada em minha vida: nos meus medos, meus desejos e nos meus sonhos. Está vinculada aos encontros e às despedidas que vivi, algumas tão dolorosas que quase encerraram o percurso, mas não. Me forjaram ainda mais forte e desejante!

Do percurso um privilégio, entre nascer em uma família pobre, ser uma mulher, negra, o de poder pisar e usufruir de uma educação de qualidade, inspirada pelos meus pais! Por uma mulher, lutadora e inspiradora, que foi minha mãe, que ingressou na Universidade pública já na vida adulta com muita coragem, força e determinação.

Agradeço à minha mãe Valdeni e ao meu pai Aparecido (em memória) por sempre acreditarem em mim e me mostrarem o valor da educação como forma de olhar o mundo com mais possibilidades e da potência de seu eu mesma.

Ao meu esposo Lourival, meu companheiro de vida, de lutas, de estudos, de viagens e de sonhos, sua presença, sua lealdade, amizade, amor e apoio foram fundamentais para essa caminhada. Obrigada por me ouvir nos dias de dúvida e me fortalecer.

Agradeço à minha família por não medirem esforços para me apoiar e me sustentar nas dificuldades, por sonharem comigo e me acompanharem com tanto carinho, respeito, cuidado e parceria.

Ao meu orientador, Silvio José Benelli, pela dedicação, atenção e prontidão nos encontros de orientação, nos encontros do laboratório, nas aulas e eventos ao longo de todo o percurso da intercessão-pesquisa, acompanhando e construindo comigo a escrita dessa dissertação. Agradeço pelo espaço, liberdade e respeito à minha escrita! Obrigada pela paciência, pelos ensinamentos, pelas correções, pelas intercessões e pelas produções. Obrigada pelo incentivo, por acreditar em mim até quando eu descreditei.

A todos os colegas e companheiros que estiveram comigo nas sempre incríveis e potentes reuniões do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da Saúde (LATIPPSS).

Agradeço especialmente a minha amiga Dra. Carmen Silvia Rigueti, que me apoiou, ouviu e contribuiu intensamente. Fonte contínua de inspiração, companheirismo, gentileza e admiração.

A minha dupla, minha amiga, colega, parceira e sempre professora Mayara

Bonora, que trilhou os caminhos difíceis da Assistência Social ao meu lado, problematizou, escreveu, discutiu e lutou pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) comigo. Semeou ideias, propostas e desejos.

Ao meu amigo e grande inspiração de sempre Felipe Ferreira, que me mostra diariamente a potência da mobilização social, a força do SUAS e quem me mobiliza constantemente, até quando nem deseja. Obrigada por meu aceitar como aluna, como estagiária e como aprendiz!

Agradeço a minha amiga, parceira de almoço, primeira intercessora da minha vida, Laura Basoli quem possibilitou o início de todo percurso e me apresentou a janela para a Universidade. A você toda a minha gratidão sempre! O SUAS é melhor com você.

Agradeço aos meus companheiros do Núcleo de Educação Permanente, Amanda, Roni, Glaucia e Lídia, aqui como representantes do grupo todo, pela potência do que foi essa experiência de poder partilhar e construir saberes com vocês!

A todas as trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, que lutam diariamente e que partilharam comigo suas experiências, caminhos e vivências na Assistência Social.

A banca avaliadora da qualificação e defesa da dissertação Profas. Dr<sup>a</sup>. Mabel Torres e Dr<sup>a</sup>. Sara Mexko pelos aceites e pelas contribuições generosas e valiosas! Meu respeito e admiração a vocês só cresce. Agradeço pelo conhecimento dividido, respeito e sensibilidade com o meu trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade, à Seção Técnica de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista — Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis, ao Comitê de Ética em Pesquisa desta faculdade e a todos os professores, professoras, funcionários e funcionárias, pelo apoio acadêmico e institucional.

Agradeço, especialmente, a todas as usuárias e usuários do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que me autorizaram participar de suas vidas, construindo esse percurso, vocês me movem, me inundam de leveza, música, poesia, cor e afetos.

Agradeço todos que contribuíram ao meu percurso acadêmico e sinto não citar cada um de vocês!

Sigo resistindo e lutando, acreditando nas políticas públicas que me movem e me possibilitam vislumbrar uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

*Há pessoas que nos falam e nem as escutamos, há pessoas que nos ferem e nem cicatrizes deixam, mas há pessoas que simplesmente aparecem em nossas vidas e nos marcam para sempre.*

Cecília Meireles

VIEIRA, R. S. Bruna. **As múltiplas dimensões do exercício profissional da assistente social: problematizando o trabalho no CRAS**. Orientador: Prof. Dr. Silvio José Benelli. 160 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Assis, 2023.

**RESUMO:** Os CRAS são estabelecimentos públicos municipais, instituídos a partir de 2004 pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), eles incluem uma equipe técnica multiprofissional e devem ser instalados em territórios que apresentam altos índices de vulnerabilidade e risco social. Sua finalidade consiste em buscar prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Compreendemos que a instituição Assistência Social precisa ser tratada de forma complexa, exigindo uma abordagem de igual complexidade e que possibilite problematizar o CRAS e a atuação dos seus trabalhadores. Essa pesquisa possui relevância científica e social, diante da escassez de produções acadêmicas que problematizem essa área de trabalho a partir da perspectiva de uma trabalhadora e profissional assistente social operando com Dispositivo Intercessor (DI). O DI consiste numa estratégia de intercessão-pesquisa desenvolvida pelo Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa e propõe romper com a divisão social do trabalho, pois seu pressuposto é que todas as pessoas envolvidas, a partir de seu lugar social e profissional, possuem um saber/fazer sobre a ação que executam. Vivenciamos na intercessão a intensificação de um discurso de responsabilização moral da família por parte da sociedade e dos trabalhadores da Assistência Social, da periculosidade e inferioridade das famílias pobres, dos discursos assistencialistas em detrimento dos que postulam a garantia de direitos. A questão social não pode ser desvinculada de uma profunda análise econômica e política, as quais resultam nas mazelas do Modo de Produção Capitalista. As discussões críticas desenvolvidas poderão ser úteis e inspiradoras para outros trabalhadores sociais que as tomem em consideração.

**Palavras-chave:** Dispositivo Intercessor; Intercessão-pesquisa; Assistente Social; Assistência Social; Centro de Referência da Assistência Social.

VIEIRA, R. S. Bruna. **The multiple dimensions of the professional practice of the social worker: problematizing the work in the CRAS.** Advisor: Prof. Dr. Silvio José Benelli. 160 p. Dissertation (Master's Degree in Psychology) – Faculty of Sciences and Letters – São Paulo State University (UNESP) – Assis, 2023.

**ABSTRACT:** The CRAS are municipal public establishments, established in 2004 by the National Social Assistance Policy (PNAS), they include a multidisciplinary technical team and should be installed in territories that have high levels of vulnerability and social risk. Its purpose is to seek to prevent risk situations through the development of potentialities and acquisitions, and the strengthening of family and community ties. We understand that the Social Assistance institution needs to be treated in a complex way, requiring an approach of equal complexity and that makes it possible to problematize the CRAS and the performance of its workers. This research has scientific and social relevance, given the scarcity of academic productions that problematize this area of work from the perspective of a worker and professional social worker operating with an Intercessor Device (ID). The ID consists of an intercession-research strategy developed by Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa and proposes to break with the social division of labor, since its assumption is that all people involved, from their social and professional place, have a know-how/do about the action they perform. In intercession, we experience the intensification of a discourse of moral responsibility of the family by society and Social Assistance workers, of the dangerousness and inferiority of poor families, of welfare discourses to the detriment of those who postulate the guarantee of rights. The social question cannot be separated from a deep economic and political analysis, which results in the evils of the Capitalist Mode of Production. The critical discussions that take place may be useful and inspiring to other social workers who take them into consideration.

**Keywords:** Intercessory device; Intercession-research; Social Worker; Social assistance; Social Assistance Reference Center.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CADÚNICO – Cadastro Único para os Programas Sociais

CEDR – Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial

CF – Constituição Federal Brasileira de 1988

COFINFS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

DI – Dispositivo Intercessor

DIMPC – Dispositivo Intercessor como Meio de Produção de Conhecimento

LATIPPSS – Laboratório Transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade Saúde

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MPC – Modo de Produção Capitalista

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PPG – Programa de Pós Graduação

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

PVL – Programa Viva Leite

RF – Referência Familiar

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TI – Trabalhador Intercessor

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	15
<b>ENSAIO 01- O DISPOSITIVO INTERCESSOR COMO UM MODO DE OPERAR NA PRÁXIS .....</b>	<b>25</b>
INTRODUÇÃO.....	25
1. O DISPOSITIVO INTERCESSOR .....	27
1.1. O DI NO PRIMEIRO MOMENTO: TRABALHADOR INTERCESSOR (TI).....	32
1.2. O DI NO SEGUNDO MOMENTO: DI COMO MEIO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO (DIMPC) .....	39
2. PERCURSO INTERCESSOR NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	42
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA INTERCESSÃO-PESQUISA .....	42
2.2. A TRAJETÓRIA DE UMA INTERCESSÃO-PESQUISA .....	45
2.3. OS PARADIGMAS NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	46
3. A TRABALHADORA-INTERCESSORA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	52
3.1. INTERCESSÃO-PESQUISA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	52
3.2. A PRÁXIS DO TRABALHO ASSISTENCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS .....	55
<b>ENSAIO 2 - UMA ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL OPERANDO COM O DI.....</b>	<b>64</b>
INTRODUÇÃO.....	64
2. A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS.....	67
2.1. SITUANDO O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO TRABALHO PROFISSIONAL	67
2.2. A LEGITIMAÇÃO DA PROFISSÃO NAS DIMENSÕES: TEÓRICO-METODOLÓGICA, TÉCNICO-OPERATIVA E ÉTICO-POLÍTICA .....	72
2.3. O CRAS COMO PALCO DA INTERCESSÃO .....	75
2.4. O TERRITÓRIO DA INTERCESSÃO E SUAS SINGULARIDADES.....	84
2.5. MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR: CENTRALIDADE OU CULPABILIZAÇÃO? .....	88
2.6. O CONCEITO DE NEGLIGÊNCIA E AS SUAS ARMADILHAS ÀS MULHERES POBRES E PRETAS .....	94
3. CRAS E O CONTEXTO DA PANDEMIA COVID .....	97

4. PROBLEMATIZANDO O CASO DOS “IRMÃOS SILVA” .....	102
<b>ENSAIO 03 - PROBLEMATIZANDO OS MARCADORES SOCIAIS: RAÇA, GÊNERO E CLASSES SOCIAIS E SEUS EFEITOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR MEIO DO DISPOSITIVO INTERCESSOR .....</b>	<b>107</b>
INTRODUÇÃO.....	107
3.1. MARCADORES SOCIAIS RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL: ENTRE ESQUECIMENTOS E RESISTÊNCIAS.....	109
3.1 RAÇA.....	114
3.3 GÊNERO .....	122
3.4. CLASSE SOCIAL .....	127
3.5. PROBLEMATIZANDO O MITO DA MERITOCRACIA .....	132
<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>137</b>
REFERÊNCIAS .....	143
ANEXOS.....	157
ANEXO A - PARA OS TRABALHADORES E USUÁRIOS DO CRAS.....	157

## APRESENTAÇÃO

Muitos são os percursos vividos até aqui, saberes, desejos, dificuldades, sonhos, desilusões, vivências, aprendizados e diferentes atuações profissionais até nos esbarrarmos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Durante a graduação em Serviço Social, pude participar de algumas atividades acadêmicas, as quais proporcionaram aproximação com a práxis<sup>1</sup> de atuação profissional da equipe de Serviço Social, como o estágio curricular em 2016, que me permitiu conhecer o trabalho no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O estágio remunerado foi experienciado por 16 meses, nesse local éramos responsáveis pela execução do SCFV, em que os usuários estavam organizados em grupos a partir de faixas etárias e em períodos (matutino e vespertino): dois grupos de crianças de 7 a 11 anos, dois grupos de adolescentes de 12 a 14 anos, além de um grupo de adolescentes de 15 a 17 anos e um grupo de idosos, acima de 60 que ocorriam no período vespertino.

Como estagiária, participava dos processos de planejamento, execução, monitoramento, avaliação, supervisão, solicitação de lanches, materiais, passeios e eventos, o que trouxe proximidade com os usuários, com a equipe, com a realidade de trabalho e do fluxo dos atendimentos, pois os participantes do SCFV eram vinculados ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Este serviço é considerado pela equipe e também conforme o Caderno de Orientações PAIF (MDS, 2012), como o mais importante a ser executado pelo CRAS. Na época, a equipe era composta por duas psicólogas, três assistentes sociais, um motorista, um administrativo, um funcionário de serviços gerais e duas estagiárias remuneradas.

Os grupos do SCFV eram executados por mim e outra colega estagiária e aconteciam de segunda a quinta-feira. Às sextas-feiras aconteciam as reuniões de equipe, espaço privilegiado para alinhamento de fluxos de trabalho, informes da

---

<sup>1</sup> É preciso cautela para discutir sobre a práxis, não a resumindo simplesmente como sinônimo da prática profissional, tomamos aqui como a ação do homem que produz uma intervenção sobre a matéria e a partir dela se cria uma nova realidade, ou seja, como a integração fazer-saber/teoria-prática, que traz em si as possibilidades de transformação de uma dada realidade social. Há uma “prática” que não alcança o estatuto de práxis, já que se trata de uma “prática” meramente reprodutora das relações sociais hegemônicas de dominação, subordinação e de exclusão social (Galiego, 2013).

gestão e eventualmente discussão de casos. Porém, os momentos destinados para discussão de casos estavam restritos à equipe técnica, nem mesmo as estagiárias eram autorizadas a participar, servindo-se do argumento da necessidade do sigilo profissional.

Não me recordo de ter questionado a solicitação para me retirar da sala nos momentos de reunião técnica e carrego isso como um aprendizado. Suponho não se tratar apenas do sigilo, já que, de acordo com Foucault (1979), existe uma relação íntima entre o conhecimento e o poder dentro da coletividade, o autor refere-se ao discurso que ordena a sociedade é sempre aquele que detém o saber. O estabelecimento exerce uma espécie de pressão ou coerção sobre os indivíduos, forçando-os a saber, pensar e se moldar ao saber que é dominante. De modo sutil e com argumentos sólidos, como por exemplo: o sigilo profissional, ou a necessidade de ocupar o tempo executando os grupos do SCFV. Sem que eu percebesse, não possuía voz, nem discurso, menos ainda consciência sobre o jogo de ideologias, verdades e saberes que operavam em nós: meras estagiárias executoras, uma força de trabalho que não era autorizada a pensar ou saber.

Trouxe o relato sobre o período de estágio, para demonstrar que foi durante este período que minhas inquietações e os questionamentos iniciaram e, então para a conclusão do curso de Serviço Social, produzi o trabalho de conclusão de curso intitulado “O envelhecimento e a importância da convivência social e familiar: estudo sobre os idosos participantes do SCFV” apresentado no ano de 2017. Neste trabalho, a preocupação era problematizar a vivência familiar e comunitária, a visão dos idosos sobre qualidade de vida e os efeitos que o SCFV estava produzindo em suas vidas, como nosso trabalho lhes afetava.

Após a conclusão da graduação, ingressei no curso de especialização *Lato sensu* “Política de Assistência Social”, em março de 2018 e apresentei o artigo “Os idosos perante arranjo familiar contemporâneo”, em seguida iniciei outra especialização *Lato sensu* “Serviço Social: Fundamentos e Competências Profissionais”, concluída em novembro de 2018. Neste período, as inquietações e as indagações ressoavam a práxis, o que contribuiu para a construção do artigo “As múltiplas dimensões do exercício profissional do assistente social”, o qual foi submetido e publicado no Caderno Humanidades em Perspectivas, além de ter sido apresentado no II Simpósio de Pesquisa Social e no II Encontro de Pesquisadores em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER.

Ainda em 2018, após aprovação no concurso público e formalmente como trabalhadora integrante da equipe do CRAS, os diálogos e as discussões referentes à práxis eram retomados, pouco a pouco, identificando que as inquietações ressoavam também, por alguns membros da equipe, já não era a mesma do tempo do estágio, mas em muito se aproximava. Ali encontrei uma psicóloga, com a habilidade de ler o espaço de trabalho de uma forma singular, a colega estava concluindo sua dissertação para obtenção do título de Mestre em Psicologia, tendo como orientador o professor Dr. Silvio José Benelli.

No segundo semestre de 2019, ingressei como aluna especial na disciplina “Modos de produção dos dispositivos institucionais da política pública de Assistência Social”, ofertada pelo professor Dr. Silvio José Benelli na Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Assis. Uma experiência única, acima das expectativas, proporcionando além de aprimoramento e aprofundamento dos conhecimentos teórico, técnico e ético, uma possibilidade de transformação, no pensar, no agir e no ser, ao final não era mais a mesma. Com a aproximação teórica e as discussões realizadas nas aulas e nos grupos de estudos, pude compreender que os meus problemas, minhas inquietações, minhas dúvidas, meus medos, não eram apenas meus, pois, conheci outras trabalhadoras e trabalhadores, que também carregavam o desejo de problematizar o campo de atuação.

Em 2021, comecei a participar do grupo de estudos e pesquisa do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividades Saúde (LATIPPSS)<sup>2</sup>, o qual adota uma perspectiva transdisciplinar para desenvolver, formalizar e operar instrumentalizados pelo Dispositivo Intercessor (DI) de modo que os trabalhadores situados no âmbito dos dispositivos institucionais das políticas públicas de Saúde, de Saúde Mental, de Assistência Social, da criança e do adolescente, dentre outras, possam realizar intercessões-pesquisa nos seus diversos estabelecimentos de trabalho. O DI é uma ferramenta com a concepção original elaborada pelo prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa, psicanalista e analista institucional, docente do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista (UNESP).

---

<sup>2</sup> O LATIPPSS está em funcionamento desde o ano de 2010. Está inscrito no Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq – Disponível em: [gp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0098315413031332](http://gp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0098315413031332).

Com o DI, pretendemos tanto produzir transformações sociais quanto produzir saberes, levando em conta alguns questionamentos radicais quanto à relação sujeito-objeto, teoria-prática, saber-fazer, pensar-poder, não pensar-não poder, na busca de sua superação. Busca interceder e transformar, conhecendo a realidade, problematizando a própria práxis, buscando relacioná-la tanto no plano conjuntural quanto estrutural.

Desta forma, o DI foi escolhido por nós de modo intencional, para nortear essa produção, pois trata-se de um novo Meio de Produção de subjetividade e de conhecimento (Périco, 2014). O DI, segundo Mexko (2017, p.92):

A meta ética do DI é servir de instrumento para a superação da divisão entre os que pensam e os que fazem, entre os que possuem conhecimento e decidem e os que não dispõem de conhecimento e obedecem; em suma, ele pretende servir para o exercício de uma reflexão que se situe além da clássica divisão da ciência entre sujeito e objeto do conhecimento.

A autora expõe que o DI não se limita a ensinar e nem propor alguma fórmula de trabalho ou de execução deste, porém, sim de oferecer ferramentas para que os trabalhadores possam efetivar uma leitura crítica das questões que perpassam os campos de trabalho, de modo a possibilitar seu posicionamento nele, diz muito sobre refletir nossa práxis e nossa execução. Afinal, “o trabalhador-intercessor não é um intelectual (nos moldes cartesianos) que vai a campo para ensinar aos trabalhadores como estes devem operar” (Mexko, 2017, p.93). O trabalhador-intercessor não deve atuar apenas com o coletivo de trabalhadores do qual faz parte, mas ir além deles com os demais agentes, encorajando-os a tomarem posse de suas próprias falas por meio de uma participação em diálogos, construções, discussões e revisitações, questionar o instituído.

O Sistema Único de Saúde<sup>3</sup> (SUS), e o Sistema Único de Assistência Social<sup>4</sup> (SUAS), tem muito em comum, isso nos possibilita considerar algumas análises direcionadas à Saúde Mental Coletiva, como quanto a contornar a problemática da

---

<sup>3</sup> Sistema Único da Saúde (SUS) garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, por meio da Lei nº. 8.080/1990 e Lei nº.142/1990. É um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.

<sup>4</sup> Sistema Único da Assistência Social (SUAS) foi criado em 15 de julho de 2005, por meio de resolução do Conselho Nacional da Assistência Social. A coordenação nacional do sistema é do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), mas a gestão dos serviços é feita de forma descentralizada, por municípios, Estados e Distrito Federal.

divisão do trabalho, texto em que Costa-Rosa (2013) apresenta dois modelos, o primeiro destacado pela sua aspiração de recobrar o ideal do homem do Renascimento, entretanto, essa tentativa de alcançar tal ideal parece não ser suficiente para corresponder a complexidade exigida pelo processo de produção em questão. Os relatórios e planos de trabalho das instituições que operam desse modo apresentam o profissional como “polivalente” ou ainda “todos fazem tudo, contanto que sob supervisão médica e nos limites da lei” (Costa-Rosa, 2013), portanto, ocorre uma repetição, mesmo que superficial, do primeiro tipo de produção que citamos inicialmente.

Presenciamos a existência de dois extremos na política de Assistência Social, de um lado o profissional “polivalente”, que está disposto a executar uma ampla quantidade de ações, eventualmente um contato com um conhecido, um pedido de doação, um cortar o caminho para poder ‘resolver’, ‘solucionar’, de outro lado os profissionais “especialistas” que executam muito bem a atividade proposta, mas somente ela, por exemplo, especialista em Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou especialista em grupos com crianças.

A construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), configuram como um grande avanço na efetivação da garantia de direitos e na construção de bases para uma vida digna. É uma política embasada na Constituição Federal de 1988, que é carinhosamente chamada de constituição cidadã, justamente por se tratar de uma construção coletiva, pautada nos direitos de cidadania e justiça social.

A Seguridade Social, apresentada no texto Constitucional de 1988, foi fruto da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais que reivindicavam a reestruturação no tratamento às políticas sociais, especialmente as políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social. Dentre as reivindicações destacamos: um sistema de saúde universal, gratuito, políticas de assistência que não se assemelhavam às práticas assistencialistas focalizadas e religiosas, pois, não apresentavam nenhum sucesso no enfrentamento das questões sociais postas, e um avanço na cobertura da previdência social. Porém, somente leis e desejos não bastam para romper com paradigmas, fortemente enraizados na sociedade.

Nesse sentido, a discussão proposta neste texto é refletir sobre as demandas que chegam ao CRAS, como essas demandas se constituem e de que forma a atuação profissional incide sobre elas. Quais os efeitos da práxis no cotidiano da

práxis? O assistente social reflete sobre suas ações e contribui para a efetivação dos direitos através dos serviços prestados à população?

Pesquisar a própria práxis nos permite enxergar o *locus* de atuação com outros óculos e a partir de novos olhares e novas percepções. Nesse sentido, vivenciamos a mesma rotina de outra forma, de um modo mais consciente de nossos limites e conscientes da complexidade do trabalho nas políticas públicas. Afinal, o Serviço Social é uma profissão que atua, principalmente no combate às desigualdades sociais, com foco na coletividade, na integração do sujeito com a família e com a sociedade.

Consideramos a Assistência Social, enquanto uma política pública, como sendo palco de lutas sociais (Raichelis, 2013) também configurando um forte espaço de resistência popular. Compreendemos que a Política de Assistência Social precisa ser tratada de forma complexa, para possibilitar problematizações de suas funções e seus efeitos, o que justifica a necessidade de um dispositivo que exceda um simples método de pesquisa ou de intervenção.

Durante o percurso acadêmico e profissional, a visão da Universidade como espaço privilegiado de saber e conhecimento materializava o desejo de recorrer a ela, como uma forma de lidar com os sentimentos de incompletude do saber, conhecimento e capacidade crítica. Mas não seria uma prerrogativa estar na Universidade para se fazer pesquisa, afinal o DI prevê a intromissão nas formas da divisão social do trabalho, fortalecendo a formação de trabalhadores-intercessores que questionem a cisão entre fazer-saber/pensar-executar, saberes e singularidades em sua práxis (Costa-Rosa, 2019).

O desejo de pesquisar e de me aprofundar na minha práxis no CRAS foi se relacionando ao meu percurso acadêmico de forma quase natural e aos poucos foram sendo consolidadas, na medida em que o desejo de discutir sobre os efeitos produzidos no CRAS fazia sentido para outras pessoas, já que haviam questões e pesquisas bastante parecidas, em outros campos já em andamento. Assim, não senti e nem estava mais sozinha e isolada nas inquietações.

O Projeto da intercessão-pesquisa foi submetido em 20/04/2021 ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil, um sistema eletrônico criado pelo Governo Federal e operacionalizado pelo Ministério da Saúde, com parecer favorável emitido em 16/05/2021 sob número 7.714.677, também foi apresentado aos participantes, trabalhadores e pessoas atendidas pelo CRAS, recolhidas as assinaturas e

arquivados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE), conforme modelo anexo A.

O processo de estudo e escritas iniciais do projeto para o Programa de Pós Graduação (PPG) ampliou aos poucos nossa consciência crítica e a necessidade de ressoar perguntas, além das respostas. O trabalho no CRAS e a rotina já instalada movimentava alguns incômodos, como, por exemplo, um atendimento pode nos chegar como uma encomenda pronta? Afinal, na agenda de atendimentos técnicos, os dias da semana eram divididos por benefícios e já recebíamos a demanda pronta, como por exemplo, atendimento para cesta básica ou atendimento para fornecimento de documentação.

Esse horizonte de pesquisa nos movimentou, pois como discutem Benelli; Costa-Rosa (2012), é possível identificar algumas características de profissionais assistencialistas, como a incitação à dependência por meio de doações ofertadas, promoção de atos compensatórios, ao invés da busca por soluções concretas aos problemas. A naturalização da pobreza e do pobre, entre outras características, que não se concretizam na luta pela efetivação dos direitos, mas sim como ações paternalistas e assistencialistas.

Pouco mais de um ano, situada como trabalhadora de um CRAS e com a oportunidade de ingressar no PPG da Unesp Assis, inicialmente como aluna especial, tímida, insegura, mas muito afetada, já anunciava que estávamos no lugar certo e que lá deveríamos permanecer. Não era um campo conhecido, ao contrário, porém, parecíamos autorizados a emitir opinião, perspectivas, impressões e saberes. A clássica e difundida ideia de que na prática a teoria é outra nos provocava ainda mais incômodo.

Enquanto trabalhadora da PNAS, operando na política de garantia de direitos, na PSB e, em um segundo momento, inserida formalmente no PPG como aluna regular, propusemos a discussão dentro da Universidade sobre nosso próprio fazer. Não se trata de falar sobre sujeitos, tomados como objetos ou sobre objetos institucionais, mas debater, questionar e revisitar nossa própria práxis, utilizando como ferramenta o diário de intercessão, analisando e problematizando nossas próprias implicações institucionais (Benelli, 2020), uma vez que todo conhecimento é também autoconhecimento (Santos, 2009).

Sobre esse aspecto, fizemos um intenso processo de refletir sobre o retrocesso às ações assistencialistas, voltadas às famílias em extrema pobreza, bem como,

questionamento da demasiada exposição do pobre e de sua condição, em oposição ao direito à política de Assistência Social.

Os estudos mobilizados e disparados pela intercessão-pesquisa possibilitam e produzem novos saberes e uma atuação no mínimo mais avisada sobre as tramas institucionais, sobre os não ditos e acima de tudo sobre as armadilhas. As leituras dos referenciais teóricos, muitos desconhecidos por nós, até então, como Foucault, Deleuze, Lacan, Benelli, Costa-Rosa, nos paralisou no primeiro instante, exigindo um esforço de amadurecimento. Mais reflexões, longos diálogos com o orientador, com colegas e, também, muito manejo com relação aos sentimentos e vivências, de forma a tratá-los como parte de nós foi parte essencial dessa construção.

A lógica do Modo Capitalista de Produção (MCP) produz efeitos em nós sujeitos naturalmente alienados, a sobrecarga de trabalho, as intensas jornadas entre trabalho e casa, o abarrotamento das agendas de atendimentos, o sufocamento por uma demanda inalcançável quando tratada no caso a caso. Situações essas, que nos afundam em alienação e culpa, por um não dar conta, por um não saber fazer. Tal realidade, já densa e complexa passou pelo agravamento de uma realidade pandêmica (COVID-19), aumentando ainda mais a intensa necessidade de produzir e atender a maior quantidade de usuários possível, evitar demanda reprimida, evitar queixas em redes sociais, gabinete do prefeito ou câmara. Sem que percebêssemos, diminuíram os espaços de diálogo e reflexão, sem que sequer questionássemos qual era o sentido disso tudo: o que estamos fazemos? Será que a nossa atuação profissional tem produzido efeitos ou consequências na vida das pessoas atendidas? A tendência era agir e atender quase de forma automática: qual a composição familiar, qual a renda, estava inserido em programas sociais, se enquadrava nos critérios para inserção. Questões quase sempre já elaboradas e estabelecidas por nós. Encontramo-nos a todo momento, zombando de nós mesmos, sobre um *telemarketing* ou um *disk* cesta básica, como no seguinte trecho retirado do mês de março de 2021 do diário de intercessão

No mês de março foi ainda mais difícil a relação e os contatos com a rede. Entre fev/março ocorreram alguns acompanhamentos em conjunto com o CAPS ad que influenciaram diretamente e trouxeram percepções sobre a dificuldade e as lacunas existentes nos atendimentos/acompanhamentos da rede. Devido ao aumento significativo de solicitações de cestas, uma demanda reprimida gigantesca e uma avalanche de violação de direitos, o CRAS retrocede nos acompanhamentos sistemáticos, programas e benefícios já existentes. Iniciamos neste mês o trabalho remoto, devido ao número crescente de casos de COVID no município e em especial em nosso

território e equipamento. Essa possibilidade traz benefícios significativos, pois entendemos que os atendimentos presenciais e visitas domiciliares causam risco de vida aos usuários, trabalhadores e famílias. Mesmo trabalhando em segurança, em casa, a demanda reprimida de cestas básicas está inalcançável, também percebemos um aumento na demanda do Cad, aumento na violação de direitos, solicitação de informações gerais, demanda de BPC Pcd devido à dificuldade de acesso ao INSS, entre outros. Com a redução insustentável da equipe técnica e a sobrecarga de atendimentos, sinto não alcançar às necessidades da população, visto que, não está sendo possível nem mesmo classificar as urgências. O judiciário permanece encaminhando ofícios e solicitando relatórios e pareceres, todos com prazo extremamente curtos (Diário de Intercessão, 2021).

Os relatos e as discussões relativas à intercessão-pesquisa realizada foram redigidos na forma de ensaios, que nos permitiram o contínuo esforço de problematizar a práxis, do momento em do DI, que se entrecruzam entre práxis e teoria. Tais ensaios possibilitam ao leitor uma leitura completa ou independente, com uma escrita baseada no esforço de ser coesa e bem estruturada teoricamente, de modo a se suplementarem e complexificarem, nunca se complementarem, sem formar uma totalidade fechada e acabada (Benelli, 2023). A Construção destes ensaios está relacionada a proposta do DI, como uma tentativa de produzir rupturas e atuar nas brechas do instituído, que preza por uma prática questionadora e transformadora. Tomamos o ensaio como uma escrita que estabelece uma certa relação no presente, um modo de experimentação

Diz-se, com razão, que há tantos ensaios como ensaístas, que o ensaio é, justamente, a forma não regulada da escrita e do pensamento, sua forma mais variada, mais proteica, mais subjetiva. Poder-se-ia dizer, talvez, que o ensaio é uma atitude existencial, um modo de lidar com a realidade, uma maneira de habitar o mundo, mais do que um gênero da escrita. Poder-se-ia dizer, talvez, que o ensaio é o escrito precipitado de uma atitude existencial que, obviamente, mostra enormes variações históricas, contextuais e, portanto, subjetivas. Poder-se-ia dizer, talvez, que o ensaio é uma determinada operação no pensamento, na escrita e na vida, que se realiza de diferentes modos em diferentes épocas, em diferentes contextos e por diferentes pessoas. Poder-se-ia dizer, talvez, que o ensaio é o modo experimental do pensamento, o modo experimental de uma escrita que ainda pretende ser uma escrita pensante, pensativa, que ainda se produz como uma escrita que dá o que pensar; e o modo experimental, por último, da vida, de uma forma de vida que não renuncia a uma constante reflexão sobre si mesma, a uma permanente metamorfose (Larrosa, 2004, p. 32).

A dissertação é composta por três ensaios, sendo o primeiro deles dedicado a apresentar ao leitor alguns aspectos essenciais do Dispositivo Intercessor (DI), como um meio de produção de saber singular ao modo tradicional de fazer pesquisa, não superior nem inferior, distante de ser estanque ou resolutivo, mas uma opção que consideramos extremamente interessante, uma ferramenta de reflexão, que pode

interessar trabalhadores e estudantes, de modo a construir seus próprios percursos formativos.

No segundo ensaio discutimos e problematizamos nossa práxis como uma trabalhadora lotada no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), uma breve apresentação do Serviço Social como trabalho profissional, o CRAS como *locus* de intercessão, as contradições existentes nesse campo.

O terceiro ensaio apresentará uma reflexão crítica sobre os marcadores sociais de raça, gênero e classe social, que tendem a gerar processos de opressão, exclusão, exploração e desigualdade, problematizando a atuação profissional da assistente social operando pelo DI.

## ENSAIO 01

### O DISPOSITIVO INTERCESSOR COMO UM MODO DE OPERAR NA PRÁXIS

#### INTRODUÇÃO

*Fala-se aqui de duas coisas diversas: daquilo que consta na lei  
e daquilo que eu experimentei pessoalmente.  
Franz Kafka – O processo*

O Dispositivo Intercessor (DI) consiste em um modo de operar na práxis e no processo de pesquisa que articula de forma crítica e arrojada as problemáticas do cotidiano, bem como os efeitos políticos e sociais do Modo Capitalista de Produção (MCP). Trata-se de uma abordagem complexa, que utiliza como ferramentas teóricas a psicanálise do campo de Freud e Lacan, o Materialismo Histórico em Marx, a Análise Institucional de Lourau e Lapassade e a Filosofia da Diferença, incluindo o conceito de “Intercessores” de Deleuze, que foi ressignificado por Costa-Rosa (2015), cada uma dessas ferramentas teóricas tem sua função nos modos de agenciamento do trabalhador-intercessor em ato, na escuta dos sujeitos<sup>5</sup>:

Propomos o conceito de trabalhador-intercessor para nomear trabalhadores que são precavidos pela psicanálise do campo de Freud e Lacan, pela Análise Institucional, por elementos do Materialismo Histórico e elementos da Filosofia da Diferença (campos transdisciplinares e, por hipótese, correlatos, em alguma medida). Veremos que a esse trabalhador é necessário também um certo atravessamento pelos efeitos da própria análise (Costa-Rosa, 2015, p. 17).

Nossa intercessão-pesquisa pretende contribuir com a produção de um saber-fazer que questione o próprio conhecimento científico, a partir de uma análise sistemática e problematizadora do nosso processo de trabalho (Benelli, 2019). Não pretendemos esgotar os debates e leituras, mas realizar uma imersão teórica e elaborar, além da materialidade dos textos que compõem essa dissertação, um trabalho ainda mais qualificado. Portanto, ao realizar esta intercessão-pesquisa, voltamos à Universidade, não para produzir mais um conhecimento de especialista, mas sim para construir um saber que contribua com um fazer no plano da práxis.

---

<sup>5</sup> Tomaremos o termo Sujeito para nos referirmos ao ser humano enquanto ator social e indivíduo agente, pessoa autônoma e cidadão na ordem da política, considerando as noções lacanianas de “sujeito do inconsciente”, de “sujeito dividido” e de sujeito de desejo (Cabas, 2009; Fink, 1998, apud Benelli; Costa-Rosa, 2012).

O DI se desenvolve em dois momentos distintos, mas que estão conectados: o primeiro momento, denominado Dispositivo Intercessor (DI) trata-se do momento em que operamos na práxis, enquanto trabalhadores atuando em nosso cotidiano no estabelecimento institucional e o segundo momento, do Dispositivo Intercessor como Meio de Produção de Conhecimento (DIMPC), em que o trabalhador assume a posição de processar este fazer e este saber, procurando analisar e formalizar um conhecimento que será útil para orientar a sua própria práxis.

O DI não é tomado somente como um método epistemológico, é também um modo de operar na práxis, diferente dos métodos típicos de produção de conhecimentos originários da ciência moderna, presentes nos campos de trabalho e de atenção em saúde (Benelli, 2019).

O conjunto meticulosamente planejado e calculado de atuação, intercessão-pesquisa, em concomitância com uma imersão no campo teórico, em busca de uma apropriação da literatura pertinente, por meio de um trabalho de leitura de livros, teses, dissertações, artigos científicos, mídias, bem como de reflexão, análise crítica, construção e escrita de muitos textos, fichamentos, resumos e resenhas, foram sendo concretizadas na medida em que a pandemia avançava (2020-2022), nossas incertezas, inseguranças, medos e barreiras físicas se intensificaram e produziam efeitos na atuação profissional bem como na elaboração desta dissertação.

Nossa intercessão-pesquisa, bem como de muitos colegas que se propuseram a fazer pesquisa nestes tempos, foi atropelada por uma avalanche de acontecimentos que fugiram do planejado e modificaram muito do que poderia ser planejado e previsto por nós. Essa rica experiência, mais desafiadora que o esperado, nos trouxe amadurecimento, aprendizado e a intensificação do desejo de lutar pela transformação social, a partir da construção coletiva.

Busquei realizar um breve relato sobre o percurso de aproximação com o DI, discutindo a minha própria práxis enquanto assistente social atuando num CRAS, que está localizado em um município de médio porte, no interior de São Paulo, utilizando como ferramenta o DI, com relação aos métodos convencionais de pesquisa refere a tentativa de vivenciar uma ação prática e reflexiva em ato. Trata-se de uma ferramenta que exige que o profissional esteja em constante formação, tanto subjetiva quanto técnica, vislumbrando um trabalhador-intercessor que pudesse se escutar para então também escutar os sujeitos da demanda (Costa-Rosa, 2019).

O esforço da escrita é o de superar os objetivos de explicar algo ou responder perguntas<sup>6</sup>, mas deseja ampliar os espaços de debates sobre a política de Assistência. Minhas inquietações enquanto trabalhadora, somadas às reflexões, podem possibilitar a percepção das brechas e a construção de diálogos. Na fase de exercitar o DI como meio de produção do conhecimento (DIMCP), momento em que, subsidiados pelo referencial teórico e ocupando lugar de trabalhador-intercessor, realizamos uma reflexão sobre nossa práxis, os direitos afiançados, as ofertas do CRAS e os efeitos para o sujeito cidadão (Benelli; Costa-Rosa, 2012), que foram produzidos como ensaios.

Minha pretensão não consiste em destacar ou apontar falhas no trabalho social, nem construir um manual de boas práticas ou de aperfeiçoamento das ações do Serviço Social, mas sim identificá-las, problematizá-las, evidenciando os efeitos e o caráter coletivo das ações profissionais por meio da estratégia da intercessão-pesquisa.

Enquanto trabalhadora-intercessora, interessei e dediquei-me a ler, estudar, trabalhar, escrever, coletivizar e questionar a política de Assistência Social e a minha própria atuação, considerando o percurso histórico dos movimentos sociais e das classes sociais, com vistas a compreender a realidade, enxergá-la com outros óculos, discutindo a práxis como trabalhadora-intercessora, trabalho e pesquisa.

Durante a reunião de equipe de hoje uma fala me chama atenção, duas trabalhadoras verbalizam que estudam a partir de mim, do que eu falo. O que eu trago as faz refletir, repensar SEMPRE. Que nossas conversas rápidas são muito válidas e elas confiam muito no meu conhecimento. De certa forma, me sinto muito bem com os comentários e com os efeitos do DI no meu cotidiano de trabalho, mas me preocupo e explico-lhes que precisamos estudar mais juntas, que esses conhecimentos não são só meus, menos ainda maiores que os delas, mas diferentes, espero que elas me ajudem a entender nosso trabalho e refletir sempre sobre ele (Diário de intercessão, 2021).

## 1. O DISPOSITIVO INTERCESSOR

---

<sup>6</sup> Saber perguntar é um pressuposto para posteriormente saber quais perguntas são estimulantes para nós e para a sociedade. Por isso, Freire (1985) insiste que seja melhor investir em perguntas que partam da cotidianidade de nossa própria existência, dos simples gestos humanos, nesse caso, partimos do nosso cotidiano profissional, em um esforço de partir das perguntas como um modo de reflexão crítica. Consideramos que uma atuação dialógica pode ser uma lacuna a ser ocupada pelo DI, de forma a atender o sujeito cidadão fortalecendo sua liberdade de expressão.

Este ensaio teórico possui como meta instrumentalizar as operações e vivências de nossa práxis, enquanto assistente social de um CRAS. Influenciada pelo nosso próprio percurso singular de formação, com inseguranças, dúvidas e impasses vividos em nossa práxis, esforcei-me para discorrer sobre algumas das perspectivas da trabalhadora-intercessora, orientada pelas teorias desse conceito-ferramenta (Mexko; Souza; Benelli, 2019) e relatar, sucintamente, como essa teoria mobilizou nossa práxis e possibilitou nosso reposicionamento para fazer e pensar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

De acordo com os estudos realizados por Souza (2015), o Dispositivo Intercessor (DI) possui como autor o professor Dr. Abílio da Costa-Rosa, cuja trajetória inclui percepções de professor universitário, trabalhador e pesquisador do campo da Saúde Coletiva, Psicanálise e Análise Institucional, propondo meios e modos de interceder e pesquisar, a fim de que os sujeitos implicados possam criar e se apropriar do saber produzido, no ato de sua produção.

Considerando as reflexões de Mexko, Souza e Benelli (2019, p. 264) o DI,

Opera com os saberes advindos de um conjunto de referenciais teórico-práticos básicos, a saber: a Psicanálise do campo de Freud (1996) e Lacan (1992, 1998), o Materialismo Histórico de Marx (2011), a Análise Institucional (AI) de René Lourau (2014) e Georges Lapassade (1983), a Filosofia da Diferença (de Nietzsche a Deleuze, passando por Foucault e Guattari) e o conceito de intercessores de Deleuze (1992), bem como outros referenciais ou autores que possam ser necessários para pensar ou operar sobre a realidade. Distante de ser este apenas um aglutinamento eclético de autores e teorias, essas referências teóricas têm como eixo o fato de constituírem campos de conhecimento e de ação transdisciplinares, isto é, o fato de fundarem-se na meta política e ética de seguir outra via que não a da cisão sujeito-objeto. O DI leva em consideração que o objeto é, na verdade, um sujeito que também produz o seu próprio saber e fornece a possibilidade de olhar a realidade a partir de sua complexidade, permitindo a formação de diversos planos analíticos suplementares.

O Materialismo Histórico contribuiu para nossa análise de modo a sustentar uma leitura crítica da realidade social, considerando o contexto econômico, social e político, que permeou nossa intercessão. Consideramos a apreensão da responsabilidade de cada ator da política de Assistência Social, bem como as atribuições do Estado, já que é na produção social que as pessoas estabelecem relações determinadas, necessárias e eventualmente até mesmo independentes da sua vontade, ou seja, é no modo de produção da vida material que a vida social vai se concretizando e moldando.

Dialogamos, inicialmente, com um pensamento binarizante sobre as relações de poder, pois acreditávamos numa dicotomia simples entre o assistencialismo benemerente e o Estado garantidor, a partir de um empoderamento ou do protagonismo popular. Notamos, em um segundo momento, que nesta construção, nos haviam escapado alguns conceitos muito importantes, como as relações de poder, necropolítica, governamentalidade, biopolítica e os modos contemporâneos da manutenção da engrenagem capitalista. Não eventualmente, a Assistência Social se modula e a seus trabalhadores para dar conta de uma demanda individualizante, que tende a naturalizar os problemas do capitalismo. Em anotação no diário de intercessão, isso pode ser evidenciado em alguns momentos:

Hoje a coordenadora do CRAS retornou de férias, mas foi direto para uma reunião na secretaria, então assim que chega ao CRAS pedimos para que repasse as informações. Ela nos conta que recebeu uma ordem de produtividade e ela deverá controlar quantas cesta cada técnico está fornecendo por dia. Também lhe foi cobrado o preenchimento correto e sistemático da planilha e avaliação constante da demanda reprimida. Coloquei sobre as minhas angústias com relação à demanda reprimida, minhas frustrações e minha decisão de tirar alguns dias de férias, em agosto de 2021 vencerá mais uma. As informações chegaram de uma forma muito pesada, senti fisicamente a pressão e a cobrança, senti dor de estômago, dor de cabeça enjoo. Nossa agenda de atendimentos 'individualizados', não faz sentido, são ofertas prontas, ao chegar na recepção o usuário precisa escolher sobre o atendimento, me parece um 'cardápio de atendimento', na segunda-feira, a oferta é documentação civil; na terça-feira o atendimento direcionado à BPC; na quarta-feira atendimentos para cesta básica e por aí vai! É como se o sujeito só pudesse ser ouvido a partir de uma demanda, mas também, ouvido por pouco tempo, não devemos nos demorar. Tenho percebido uma proximidade à lógica quantitativa, do caso a caso (Diário de Intercessão, 2021).

A Análise Institucional, com os conceitos de campo de análise, campo de intervenção, instituição, organização, estabelecimento, instituinte/instituído, demanda/encomenda, mandato social, implicação/sobreimplicação, processo de institucionalização, atravessamento/transversalidade, função/funcionamento, práticas discursivas, práticas não discursivas, atores institucionais, analisadores, relações de poder, efeitos éticos, etc., compõe o DI e é muito operatória para que um trabalhador se situe na práxis, possibilitando um outro modo de refletir criticamente sobre ações, processos, problemas e resultados com uma ferramenta inédita a nós. A Análise Institucional nos deu sustentação para entender algo novo sobre a trama institucional, já que, toma as *instituições*, como composições lógicas e organizadas em um conjunto de leis e princípios que prescrevem comportamentos ou valores, definindo como devem ou não ser, são entidades abstratas

São grandes ou pequenos conjuntos de formas materiais que põem em efetividade, que concretizam as opções que as instituições distribuem, que as instituições enunciam. Isto é, as instituições não teriam vida, não teriam realidade social se não fosse através das organizações. Mas as organizações não teriam sentido, não teriam objetivos, não teriam direção se não tivessem informadas como estão, pelas instituições (Baremblytt, 2002, p.26).

Os equipamentos<sup>7</sup> são dispositivos técnicos cuja finalidade consiste em atingir os objetivos da instituição, da organização e do estabelecimento em si (telefone, mesa, cadeira). O vigor de uma instituição pode ser considerado por sua capacidade de manter um movimento dinâmico de transformação, em que a força ou mesmo a capacidade de proporcionar modificações inovadoras em uma dada instituição, tomando a direção da transformação social é denominada de instituinte. Segundo Baremblytt o instituinte é caracterizado como um processo, um movimento, enquanto os produtos resultantes das instituições são chamados de instituídos “O instituído é o efeito da atividade instituinte” (Baremblytt, 2002, p.26).

Por sua vez, os estabelecimentos institucionais são estruturas físicas que integram o complexo fluxo de atendimento, neste caso da proteção social, os estabelecimentos e os equipamentos podem possuir uma realidade material parecida, ou o estabelecimento pode possuir uma realidade muito mais ampla, como um grande sistema de máquinas.

Instituição – Organização – Estabelecimento – Equipamento. Tudo isso, naturalmente, só adquire dinamismo através dos agentes. Nada disso se mobiliza, nada disso pode operar senão através dos agentes. Os agentes são "seres humanos", são os suportes e os protagonistas de toda essa parafernália. E os agentes protagonizam práticas. Práticas que podem ser verbais, não-verbais, discursivas ou não, práticas teóricas, práticas técnicas, práticas cotidianas ou inespecíficas. Mas são nas ações que toda essa parafernália acaba por operar transformações na realidade. Então, estas unidades (instituição – organização – estabelecimento – equipamento – agente – práticas) não podem ser confundidas. Mas, infelizmente, com frequência isso ocorre. E não são confundidas apenas pelos leigos, mas também pelos institucionalistas (Baremblytt, 2002, p.28).

O instituído e instituinte constituem o movimento histórico da sociedade, em que o instituído é o parâmetro de permanência e o instituinte um indicador do movimento de transformação permanente da sociedade em direção a novos estados sociais. Não sendo considerados como conceitos com características positivas ou

---

<sup>7</sup> No município os trabalhadores nomeiam o CRAS como equipamento; mas na dissertação, considerando nossa aproximação e compreensão da Análise Institucional, utilizaremos o conceito de estabelecimentos.

negativas, ainda que o instituído traga em si algumas características do conservadorismo e da resistência a mudanças.

Baremlitt (2002) considera que para a vida social tender ao aperfeiçoamento é preciso ser tomada como um processo em permanente transformação, com vistas a maior felicidade, realização, saúde, criatividade

essa vida só é possível quando ela é regulada por instituições e organizações, quando nessas instituições e organizações a relação e a dialética existentes entre o *instituinte* e o *instituído*, entre o *organizante* e o *organizado* se mantem permanentemente permeáveis, fluidas, elásticas (Baremlitt, 2002, p. 27, grifo do autor).

Assim também se faz fundamental nossa práxis. Mesmo após o falecimento do professor Dr. Abílio da Costa-Rosa, ocorrido em 2018, o DI tem se constituído em um conceito-ferramenta em constante construção, o qual vem sendo refletido, discutido e elaborado por um coletivo de trabalhadores, através do Laboratório Transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividades saúde (LATIPPSS). Esse tem o objetivo de operar na produção de conhecimento a partir do estatuto epistemológico, superando as formas tradicionais de estudar, trabalhar e fazer pesquisa (Mexko; Souza; Benelli, 2019) Transposição extremamente desafiadora!

Benelli (2022) escreve em seu texto intitulado “Perspectivas transdisciplinares de investigação: intercessões institucionais” a descrição que apresentou no ano de 2021, para a inscrição do LATIPPSS no “Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil LATTES” do CNPq

O LATIPPSS está em funcionamento desde o ano de 2010. Adotamos uma perspectiva transdisciplinar para desenvolver, formalizar e operar instrumentalizados pelo Dispositivo Intercessor (DI) de modo a que os trabalhadores situados no âmbito dos dispositivos institucionais das políticas públicas de Saúde, de Saúde Mental, de Assistência Social, da criança e do adolescente dentre outras, possam realizar intercessões-pesquisa nos seus diversos estabelecimentos de trabalho. Pretendemos tanto produzir transformações sociais quanto produzir saberes, por meio de procedimentos diversos e em tempos diferentes, levando em conta alguns questionamentos radicais quanto a relação sujeito-objeto, teoria-prática, saber-fazer, pensar-poder, não pensar-não poder, na busca de sua superação. Trata-se de interceder e transformar conhecendo a realidade, problematizando a própria práxis, caracterizando os problemas na sua complexidade institucional, buscando seu equacionamento no plano conjuntural e estrutural (Benelli, 2023, p. 4).

Consideramos esta ferramenta uma inovação e, conforme Souza (2015) o DI não visa produzir um conhecimento enciclopédico, mas sim um saber que busque a

emancipação, que a ciência positivista sempre tentou objetificar e amordaçar. É esse tipo de prática que buscaremos subverter.

Didaticamente o DI pode ser dividido em dois momentos, mas que acontecem de modo contínuo, simultâneo e conectado: o primeiro momento trata-se do momento em que atuamos no campo, na práxis propriamente dita e, um segundo momento em que realizamos uma sistematização teórica sobre tal experiência, o Dispositivo Intercessor como Meio de Produção de Conhecimento.

### **1.1. O DI NO PRIMEIRO MOMENTO: TRABALHADOR INTERCESSOR (TI)**

O DI pode ser considerado como um modo de produção de subjetividade singularizada e de saber, dividido em dois momentos distintos. O primeiro momento trata-se da atuação como intercessor encarnado, em nosso caso, trata-se da práxis de trabalho com os sujeitos, usuários do estabelecimento CRAS, considerados em situação de risco e vulnerabilidade social, que demandam atendimento nos estabelecimentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O segundo momento, trata do DI como Meio de Produção de Conhecimento (DIMPC), no qual procuramos formalizar nossa própria práxis.

Inicialmente, iremos abordar o primeiro momento do DI e, posteriormente, o segundo momento: Meio de Produção de Conhecimento (DIMPC).

No primeiro momento, no âmbito da Assistência Social, pode-se operar em diversos estabelecimentos (Gestão, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Acolhimento Institucional para Adultos ou para Crianças e Adolescentes, Centro Pop, Abordagem Social); como também, com as equipes de trabalho, desenvolvendo muitas atividades tais como os atendimentos, as visitas domiciliares, oficinas, abordagens na rua, grupos, etc. Nossas ações extrapolaram os muros do estabelecimento e aconteceram em muitos campos, como nas reuniões de rede, nas discussões de casos com outros estabelecimentos, na elaboração de Plano Individual de Atendimento (PIA)<sup>8</sup>, nas visitas domiciliares, em visitas institucionais e nas reuniões de equipe.

---

<sup>8</sup> O Art. 101, da Lei nº 12.010/2009, § 4º, estipula que “Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente” (BRASIL, 2009). O serviço de acolhimento institucional deve se integrar à rede de serviços das demais políticas sociais básicas e aos serviços assistenciais que constituem o sistema municipal de proteção e atenção à criança e ao adolescente.

O primeiro momento da nossa intercessão-pesquisa ocorreu na práxis, junto aos sujeitos trabalhadores e usuários do CRAS, em um município de porte médio do interior de São Paulo. E foi junto a esse coletivo que realizamos a intercessão propriamente dita (Souza, 2015), com o objetivo de produzir um saber na práxis. A escrita e a produção da dissertação, surgiu como efeito desta qualificação da práxis.

Mas existe uma diferenciação entre o trabalhador-intercessor e os demais trabalhadores? Sim, existe, pois nem todos os trabalhadores realizam uma reflexão crítica sobre sua ação e nem todos têm um posicionamento estrategicamente definido. Essa é uma singularidade do DI, que busca se apropriar de uma base teórica singular e complexa, que lhe possibilite adotar um posicionamento teórico-técnico e ético-político permanentemente pensante, já que buscamos operar um modo específico de nos posicionar em relação ao saber. Trata-se de produzir uma discussão sobre o que foi experienciado, vivido e não sobre pessoas, esse tipo singular de “pesquisa” produz um saber e não necessariamente conhecimento (BENELLI, 2019).

O trabalhador intercessor é “um a mais”, num esforço implicado se constitui no processo em “mais um”, ou seja, aquele que interage, interroga, se modifica e modifica o cotidiano institucional, se desloca e ocupa uma nova posição, inspirando assim, outros trabalhadores (Jimenes, 1994).

Desse modo, nos apoiamos na temática de “Sistematização da Prática”, discutida por Almeida (1995), que serve ao serviço social ao longo de sua história procedimentos de registros e avaliação das suas atividades, contribuindo ainda nos processos de consolidação e conquista de uma maior autonomia profissional

O esforço de sistematização como um componente central do trabalho do assistente social não significa, portanto, apenas a geração de dados e informações, mas um processo que envolve a produção, organização e análise dos mesmos a partir de uma postura crítico-investigativa. Trata-se, na verdade, de um esforço crítico, de natureza teórica, sobre a condução da atividade profissional, constituindo-se como um esforço problematizador sobre suas diferentes dimensões em relação às expressões cotidianas da realidade social, mediatizadas pelas políticas sociais, pelos movimentos sociais, pela forma de organização do trabalho coletivo nas instituições e, sobretudo, pelas disputas societárias. A sistematização no trabalho do assistente social é antes de tudo uma estratégia que lhe recobra sua dimensão intelectual, posto que põe em marcha uma reflexão teórica, ou seja, revitaliza e atualiza o estatuto teórico da profissão, condição social e institucionalmente reconhecida para a formação de quadros nesta profissão (Almeida, 1995, p. 1).

Enquanto trabalhadores-intercessores supomos cautela, paciência e cuidado no manejo das situações, evitando que nossa atuação seja pautada no imediatismo, ou ainda, ações que subestimem o saber dos atores institucionais, procuramos não

ocuparmos o lugar principal nos processos de trabalho da equipe e dos sujeitos, nem mesmo um lugar de especialista ou intelectual, mas incluímos os sujeitos como protagonistas capazes de produzir rupturas e mudanças nos estabelecimentos (Souza, 2015).

Nesse primeiro momento do DI, já inserida oficialmente no PPG e como trabalhadora da PSB pudemos iniciar a formalização do diário de intercessão, o qual possui algumas similaridades ao diário de campo. No entanto, de forma singular, por meio dele, refletimos e questionamos sobre nossa própria práxis, ele funciona como um recurso de extrema valia para retomar ideias, sensações, percepções e momentos vividos.

Para o diário de intercessão, utilizamos o espaço de tempo que inclui o período de janeiro a dezembro de 2021, sendo que de janeiro a julho, atuamos como assistente social em um CRAS e, de agosto a dezembro, assumimos a tarefa de coordenadora do CRAS.

Ao inserir-se em determinado campo como intercessor, o que se faz é possibilitar que ali se crie um espaço de produção que seja feita pelos próprios sujeitos [participantes da práxis] incluindo-se o intercessor [encarnado] (Martini, 2010, p. 37).

No diário de intercessão, escrevemos um apanhado de tudo que foi possível, com o pouco recurso daqueles momentos, entre anotações em caderno, agenda, computador, registros de atendimento do próprio estabelecimento institucional. Recorremos, também, a instrumentais utilizados na execução do trabalho, tais como: atas de reuniões, relatórios elaborados e encaminhados à rede socioassistencial, materiais produzidos pela equipe de Vigilância Socioassistencial do município. Todo esse material serviu de base para as análises e discussões que foram retomadas constantemente.

É neste momento um do DI que todos os trabalhadores são considerados sujeitos protagonistas da produção do saber e das transformações necessárias à solução das questões que surgem no campo. Momento esse, de realizar o esforço de discutir, anotar, questionar a si mesmo, colocando em curso a construção de saberes “para” e não “sobre”; já que na intercessão na práxis, são realizadas ações “com” os sujeitos da práxis, que visam contribuir na produção de um saber, que inclua o não-sabido, e que sirva “para” aquele coletivo.

Mesmo que tenhamos encontrado poucos espaços de atuação e de brechas no instituído, retomamos os argumentos e reafirmamos com alguma insistência sobre

a importância de estudar, pensar e problematizar nossa atuação. Com certa frequência, deparamo-nos com algum desdém ou incredulidade, como se a pesquisa devesse por meta produzir automaticamente alguma proposta, resposta, resolutividade, aumento na produtividade daquele CRAS.

Algumas questões que nos atravessavam antes da intercessão-pesquisa se tornavam ainda mais fortes e concretas. Diariamente recebíamos questionamentos de alguns trabalhadores: “para que serve fazer tanta anotação? Porque desperdiçar tanto tempo anotando tudo?”, “você estuda demais” (Diário de intercessão, 2021). Foi necessário retomar as explicações sobre o DI e apresentar alguns textos, repetidas vezes, reafirmando não se tratar de anotações sobre um trabalhador ou outro, mas sobre a própria atuação em conjunto com todos eles, buscando assim, refletir sobre o cotidiano e a forma de atuação nele.

Tivemos a impressão que nesses questionamentos estava embutida a ideia de que não cabia pensar ou criticar e essa atuação crítica fosse uma perda de tempo. Eram nestas lacunas que buscávamos dar voz as perguntas e, também, dialogar sobre o intercessor. Algumas vezes, a seguinte pergunta aparece no diário de intercessão como uma reflexão minha: “O que é considerado perda de tempo afinal?”.

O diário de intercessão é fundamental ao trabalhador-intercessor, pois contribui na sistematização dos acontecimentos e das ideias, além de muito útil na posterior produção do pensamento. Trata-se de um instrumento particularmente rico em informações, percepções, relatos e impressões. Possibilita que revisitemos os dias e as situações vivenciados e, com frequência, revisão do ponto de vista. A estrutura dos pensamentos, traçados no diário é vívida, pulsante, como se estivessem em movimento e, ainda que utilizada em um tempo *a posteriori*, trata-se de um fluxo contínuo, simultâneo de vivência, reflexão e anotações. Diferente de um conjunto de ideias, informações e dados, trata-se de um instrumento de reflexão durante a atuação propriamente dita, análise da práxis em ato.

O nosso diário foi escrito durante a execução de trabalho, muitas vezes, em rascunhos, bloco de notas ou o que estivesse nas nossas mãos. Como uma espécie de suporte do pensamento que se organiza, se constrói e desconstrói, permitindo seguir o movimento da práxis, bem como o movimento dos sujeitos e de nossa realidade profissional.

As demandas que chegavam ao CRAS, sofreram grandes alterações ao longo desse percurso. Uma das questões foi que a intercessão-pesquisa foi permeada pelo

contexto da Pandemia gerada pelo Novo Coronavírus (COVID-19)<sup>9</sup>, no qual ocorreu o fechamento temporário do CRAS, assim como, o fechamento das escolas, dos projetos sociais e entidades de atendimento a crianças e adolescentes, idosos, etc. Este sistema de fechamento dos estabelecimentos assistenciais foi plenamente justificado como uma das formas de prevenção ao contágio, disseminação do vírus e para que o sistema de saúde não entrasse em colapso.

A pandemia e as ações emergenciais de isolamento social, potencializaram os sentimentos de angústia e tristeza, que já estavam presentes nos tempos sombrios no qual vivemos, mas que tiveram seus efeitos ainda mais agravados, diante das experiências de distanciamento, isolamento social e mudanças no formato das ofertas assistenciais institucionais.

Nesse contexto, os atendimentos passaram a ser remotos e houve uma maior cautela na retomada dos atendimentos em formato presencial. Muitos atendimentos profissionais precisaram ser direcionados aos casos em que a equipe identificou como sendo de maior vulnerabilidade e risco social, ou seja, aqueles sujeitos e famílias cuja situação de vida estava mais próxima ao agravo. Frequentemente, as ações profissionais se voltaram para a perspectiva de solucionar os problemas pontuais e emergenciais.

Esse cenário afastou algumas famílias do CRAS, as quais mais precisavam de escuta e atenção. Paradoxalmente, aproximou aqueles com uma maior condição de acesso, já que os atendimentos eram realizados através de telefone ou aplicativo de celular, tanto para fornecimento de benefício eventual, como cesta básica por exemplo, como para inclusão ou atualização no Cadastro Único (cadúnico) e orientações sobre os benefícios de transferência de renda.

Desde nosso ingresso formal na Proteção Social Básica (PSB), em 2018, as reuniões de equipe eram realizadas semanalmente, às sextas-feiras de manhã, com o CRAS fechado para o atendimento ao público. O espaço era bastante organizado, em relação às falas e era conduzido pela coordenadora do estabelecimento, que, primeiramente, apresentava os informes gerais, ligados à coordenação (as coordenadoras tinham também, reuniões semanais, no espaço da Secretaria

---

<sup>9</sup> Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados em Wuhan, na China. Provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19). Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em 05 set 2023.

Municipal de Assistência (SMAS)). Cada pauta apresentada envolvia muita discussão, debate e discordância.

Nos primeiros meses, a pauta de maior conflito e, que gerava incômodo, era a implantação de uma planilha, denominada de Registro de Atendimento<sup>10</sup>, que visava quantificar, qualificar, avaliar e monitorar os atendimentos e os trabalhos do CRAS. Antes, esse registro era feito manualmente, por instrumentais impressos e, com a nova proposta, tais dados seriam automaticamente contabilizados por um programa de computador.

Não foi possível identificar, logo de início, os porquês de tamanha resistência e enfrentamento, mas eram nos bastidores e nos espaços informais de almoço e café que os argumentos se escancaravam: temíamos a exposição dos trabalhadores ou disputas políticas com relação ao número de atendimentos, já que a planilha apresentava quantificações nominais de atendimento, acompanhamento e grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Muitas dúvidas e medos nos rondavam, sobre a reflexão e intenção da equipe de gestão em como seriam utilizados tais dados.

Os trabalhadores sentiam os efeitos desgastantes das reuniões e discussões intermináveis. Ocorriam grandes embates conceituais, com participação da equipe de gestão, secretário municipal de Assistência Social, equipe de vigilância socioassistencial. Foram momentos de intensa angústia e desespero. Não conseguíamos, ainda, ter a dimensão dos ditos e não ditos, mas o mal estar se fazia presente. O enrijecimento e o posicionamento da equipe começaram a perder força significativamente, com a transferência de algumas pessoas para outros locais de trabalho: alguns por desejo próprio, outros por imposição da gestão do município, com o claro objetivo de desmobilizar a equipe de trabalhadores.

Ao longo do ano, foram produzidos pela equipe de vigilância socioassistencial do município, documentos e cartilhas de orientação e explicação sobre as quantificações, registros e a importância do monitoramento para direcionar o trabalho dos estabelecimentos. Percebi, enfim, com um olhar singular, apesar do pouco tempo

---

<sup>10</sup> Planilha elaborada pela Vigilância Socioassistencial do Município, sem a participação dos trabalhadores, com o objetivo de sistematizar de modo mais tecnológico o trabalho realizado pela Secretaria de Assistência, bem como gerar dados que serviriam para alimentação de sistemas como RMA (Registro Mensal de Atendimentos), SISC (Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), SICON (Sistema Integrado de Condicionais), além de mapear as demandas, perfil dos sujeitos atendidos e facilitar o acesso às informações, já que a planilha era capaz de gerar gráficos específicos de acordo com a necessidade.

de trabalho no local, que se tratava de uma resistência política e não teórica-conceitual. A equipe não estava se posicionando contra a implantação de uma planilha, mas sim contra um formato de atuação.

Parto neste ensaio, da hipótese marxiana, de que todos os trabalhadores, mesmo que, às vezes, não se deem conta disso, possuem um saber sobre suas práticas e sobre as ações que realizam. No entanto, no Modo Capitalista de Produção (MCP) este saber, devido à divisão social do trabalho é desconsiderado e desvalorizado, diferentemente, dos estabelecimentos que funcionam sob a lógica do Modo Cooperado de produção (Marx, 2004), no qual pretende-se uma integração do saber-fazer que ocupa uma posição central na estrutura de produção. O trabalho ganha contornos de práxis propriamente dita e o produto, isto é, as possíveis respostas ao problema e seus encaminhamentos, sempre dependem da implicação e das demandas dos sujeitos que buscam ajuda, em nosso caso dos sujeitos que buscam atendimento no CRAS.

Os fluxos de trabalho e os formatos de atendimento do CRAS eram oscilantes entre as perspectivas alienante, individualizante, fragmentado, assistencialista ou implicado, crítico, posicionado, avisado. Fomos então, à medida que aprofundávamos nas leituras e na práxis, ocupando as brechas e ampliando, reforçando a importância de discussões, como espaços de fortalecimento de reflexões, que antecedem à urgência. Um movimento constante entre o campo e os conceitos teórico-metodológicos, evitando todo imediatismo e tendências caritativas, cotejando conceitos teóricos do DI e, discutindo nossa práxis e os efeitos propositivos de ações mais críticas e conscientes, subvertendo a produção e apropriação do conhecimento, como descrito por Souza (2015, p. 66): “ao invés de ir para a academia buscar um saber que mude o campo, por que não trazer o seu conhecimento para a academia e repensá-lo junto com o campo?”.

A principal singularidade do DI, com relação aos métodos convencionais de pesquisa, se refere a tentativa de se vivenciar uma ação prática e reflexiva em ato, que busca privilegiar os profissionais em constante formação, tanto subjetiva quanto tecnicamente falando, vislumbrando um intercessor que possa se escutar, para então escutar os sujeitos da demanda (Costa-Rosa, 2008). O DI propõe um distanciamento do método tradicional de fazer pesquisa, já que supõe subverter a lógica de produção do conhecimento, que centraliza o saber na Universidade e procura romper com a divisão própria do Modo de Produção Capitalista, que divide o fazer do pensar em

seus atores, os pensantes representados pelos teóricos e gestores, que pensam, criam, elaboram e detêm um saber, daqueles que executam, os técnicos.

O DI tem como meta ética servir como um instrumento para a superação da divisão sociotécnica do trabalho, ou seja, entre os que pensam e os que fazem, entre os que possuem o conhecimento e decidem e aqueles que não dispõem de conhecimento e obedecem.

## **1.2. O DI NO SEGUNDO MOMENTO: DI COMO MEIO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO (DIMPC)**

O DI pode ser considerado como um modo de produção de subjetividade singularizada e de saber, que pode ser dividido em dois momentos distintos: um primeiro momento, definido como a práxis de trabalho com os sujeitos (ditos usuários) do estabelecimento, considerados em situação de risco e vulnerabilidade social demandam atendimento nos equipamentos do SUAS, por exemplo, o CRAS funcionou como contexto institucional para nossa intercessão-pesquisa. O segundo momento, o DI como Meio de Produção de Conhecimento (DIMPC), Souza (2015).

A partir do DIMPC, buscamos produzir um texto sobre o que foi experienciado, vivido e não sobre pessoas, esse tipo singular de “pesquisa” produz um saber e não necessariamente conhecimento (Benelli, 2019). Esse dispositivo permite produzir um saber transdisciplinar<sup>11</sup> e complexo, com vistas a problematizar questões complexas e profundas da práxis, operando de um modo que ultrapasse os conceitos fixados de disciplinas e saberes e questione o conhecimento produzido na Universidade e suas aplicações. O DIMPC é uma via de superação das dicotomias entre fazer-pensar, decidir-executar e saber-ação, das Formações Sociais fundamentadas no Modo Capitalista de Produção (Costa-Rosa, 2013), um conhecimento para ser operacionalizado na realidade, visando a sua transformação na direção dos interesses do polo social subordinado.

O DIMPC trata do momento a posteriori, o segundo momento do DI, momento em que sistematizamos as reflexões sobre a práxis, produzindo campos de discussão,

---

<sup>11</sup> “O termo ‘transdisciplinar’ será considerado, a princípio, nas condições em que é apresentado pelos autores estudados. Porém nosso horizonte teórico e ético inclui a perspectiva de superação da atitude “disciplinar” tal como definida e criticada por Foucault; ao mesmo tempo procuraremos balizar nossas intercessões-pesquisas nos paradigmas da psicanálise de Freud e Lacan, nos estudos iniciais de Marx e nas contribuições das Filosofias da Diferença, paradigmas nos quais identificamos outra origem que não o princípio sujeito-objeto tão caro às Disciplinas” (Costa-Rosa, 2019, p. 6).

com o objetivo de atuar na realidade da práxis de trabalho, conhecer com mais aprofundamento os referenciais teóricos, para posteriormente transformar a realidade conhecendo, em vez de conhecer para transformar.

No DIMPC a produção de conhecimento não é sobre a instituição, seus estabelecimentos, o trabalhador, os sujeitos atendidos, mas sim para e com estes. A preposição para, aqui, indica relação de fim. Trata-se de produzir conhecimento a respeito do processo de produção desse saber na ação e para a ação, de modo a poder instrumentar outros intercessores para que estes possam produzir outras intercessões. Cabe salientar que não se trata de ensiná-los como operar no campo, mas de instrumentalizá-los, ajudá-los a saber-fazer (Mexko, 2017, p. 103-104).

Este segundo momento do DI, não propõe criar um conhecimento que possibilite resolver problemas, responder perguntas, formalizar, prescrever ou propor soluções, que possam ser aplicadas na prática, tal como se espera de uma pesquisa tradicional. Busca produzir um saber e viabilizar que outros trabalhadores do campo, também, possam se ocupar com perguntas e incômodos, e talvez possam ocupar a função de intercessores, função essa, não vinculada necessariamente à Universidade ou a um campo do saber específico, apresentando-lhes o DI como uma nova possibilidade pertinente para a sua práxis.

Além disso, o saber produzido através do DIMPC deve ser capaz de apontar os sucessos tanto quanto os insucessos da intercessão. Como já dissemos anteriormente, o intercessor não se trata de um modelo positivista de pesquisa, mas sim de uma tentativa de produzir interferências num campo. Sendo assim, os insucessos devem ser analisados a fim de que se possa pensar quais outros caminhos poderiam ser seguidos naquela situação. É importante saber por que não deu certo e, quem sabe a partir disso, indicar algo que possa orientar melhor uma próxima intercessão (Martini, 2010, p. 51-52).

Trata-se de um modo de operar que não se dedica a ensinar e nem propor alguma forma de trabalho. Tampouco analisar apenas os acertos ou os erros, mas buscar subsídios que contribuam para a análise e compreensão do nosso campo de trabalho, de modo a possibilitar nosso (re)posicionamento nele. Vislumbrando assim, constante ampliação das possibilidades de atuação, a partir dos determinantes do campo.

Não propomos operar apenas no coletivo de trabalhadores, mas também no campo e com os sujeitos, encorajando-os a tomarem posse de suas próprias vidas, falas, ações e decisões, como apresentado por Souza (2015): o intercessor é um coadjuvante e os protagonistas são os sujeitos que compõe a instituição/estabelecimento.

Visamos, após um período inseridos na práxis de trabalho, refletir sobre esse primeiro momento, cotejando com os conhecimentos teóricos, principalmente do Materialismo Histórico Dialético, Análise Institucional e da Psicanálise de Freud e Lacan nos foram úteis para vislumbrar outros caminhos possíveis na perspectiva de nos desvencilharmos das armadilhas assistencialistas, bem como da divisão social e técnica do trabalho, operando de um outro modo, mais consciente e revolucionário.

Este momento segundo do DI é diferente do modo tradicional do pesquisador clássico e busca outros objetivos. No DI o trabalhador-intercessor visa à produção de subjetividadesaúde e de saber na práxis, em seu contexto institucional, trata-se de um “pesquisar-SE”.

A pesquisa tradicional positivista, funcionalista e sistêmica é a pesquisa SOBRE, quando se busca produzir conhecimento sobre o outro, tomado como objeto de investigação, de coleta de dados, de intervenção, de modificação, de transformação. É também uma pesquisa PARA o outro, que não participa dela, mas que deve aplicar os conhecimentos produzidos pelos especialistas pesquisadores. [...] A pesquisa da própria práxis, que denominamos de pesquisar-SE, consiste em tomar como objeto do pensamento, da escrita e de problematização, o próprio ser e fazer enquanto trabalhador situado num dado campo institucional. Trata-se da intercessão-pesquisa, na qual não se estuda outros objetos nem outros sujeitos, não se pesquisa sobre, por, nem para eles, mas se opera COM e na práxis (Benelli, 2023, p. 9).

O trabalhador-intercessor se propõe a produzir uma pesquisa acadêmica, neste caso, uma dissertação, que nos servirá para uma titulação de mestre em Psicologia, bastante interessante. Mas orientados pelo DI, nos propomos ir além, pois desejamos, mais do que um documento ou a tão desejada titulação; buscamos nesta intercessão-pesquisa qualificar a nossa própria práxis e produzir uma escrita que sirva como instrumento para nós, aos usuários do estabelecimento, ao campo e a outros possíveis intercessores.

O segundo momento, trata-se da produção de um conhecimento epistemológico, diferente do que é produzido tradicionalmente na Universidade, já que se refere a um saber atento para a práxis e com o objetivo de implicar outros intercessores.

A finalidade é transformar/agir com uma epistemologia de outra ordem, no que diz respeito aos métodos de pesquisa convencionais produzidos na universidade, no sentido de não usurpar os sujeitos como dados, objetificando-os. A empreitada do trabalhador-intercessor-pesquisador não é conhecer para transformar, mas sim transformar conhecendo, e, depois de ter intercedido junto à transformação da realidade, com e na qual trabalha, produz um conhecimento que servirá aos trabalhadores que estão na (in)tensão da práxis cotidiana. Portanto este modo de produção de

conhecimento concebe a pesquisa por uma perspectiva diversa daquela dos moldes clássicos (Costa-Rosa; Souza; Périco, 2019, p. 172).

O exercício de análise de nossa práxis exigiu muito esforço, mobilizou muito empenho, tempo e dedicação. Além de retomar muitos conceitos vistos na graduação em Serviço Social, foi necessário, entender o nosso lugar, enquanto Assistente Social, inscrita em um Programa de Pós Graduação em Psicologia, e assim, assumir conceitos inéditos, autores e ideias, não conhecidos por nós até então.

Rever, analisar e retomar, através das anotações no diário de intercessão, os trabalhos executados, ao longo deste um ano, foi incômodo, desafiador e transformador. Tais vivências de trabalho, experiências, aprendizados e desafios, tomados como material de análise, mobilizaram muitos sentimentos esquecidos ou escondidos por nós mesmos.

## **2. PERCURSO INTERCESSOR NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA INTERCESSÃO-PESQUISA**

A partir da implantação do SUAS, o Estado assumiu a responsabilidade pela execução, pelo financiamento e, principalmente, pela capacidade de atenção e atendimento às necessidades, como um direito garantido previsto na organização da política, independente da contribuição financeira, da classe social, do gênero e da raça (Silveira, 2011), conforme a CF (Brasil, 1988) já previa em seus artigos 194 e 195, iniciativas do poder público.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Art. 195 – Os recursos da Seguridade Social devem ser provenientes de três fontes principais: 1) Orçamento da União, Estados e DF; 2) Contribuições sociais; subdividem-se em: 2.1 do empregador sobre a folha de salário, a receita e o faturamento e lucro; 2.2. a do trabalhador e demais segurados; 3) receita de concursos de prognósticos<sup>12</sup>.

Após houve a ampliação e diversificação das fontes de recursos, tais como: Contribuição para o financiamento da Seguridade Social (COFINS); contribuição

---

<sup>12</sup> Consideram-se concurso de prognósticos todo e qualquer concurso de sorteio de números ou quaisquer outros símbolos, loterias e apostas de qualquer natureza no âmbito federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, promovidos por órgãos do Poder Público ou por sociedades comerciais ou civis. A contribuição sobre a receita de concurso de prognóstico específico (timemania) deve destinar 32% de sua arrecadação a Seguridade Social.

sobre o lucro líquido das Empresas (CSLL); Contribuição provisória sobre movimentações financeiras (CPMF), incidia sobre as movimentações bancárias dos contribuintes e vigorou entre 1996 e 2007 – destino exclusivo da Saúde. Essa diversificação, não vem se efetivando, e o financiamento ainda incide majoritariamente sobre os trabalhadores: contribuição sobre a folha de salários ou contribuições sobre o consumo (Salvador, 2010).

A atuação na PNAS, como práxis, analisa e intervém sobre o quadro e as expressões da questão social, mediante os atendimentos e à escuta dos sujeitos que expressam em suas narrativas e experiências, evidenciam, antes mesmo da pandemia, a complexidade de uma atuação que precisa estar atenta às especificidades apresentadas pela realidade concreta, por parte dos sujeitos, a quem destinamos a proteção social (Pinto, 2019).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), possui uma estrutura de organização cujo objetivo consiste em apoiar os sujeitos em suas diferentes formas de organização, sejam elas no espaço da família ou não. Extrapola visões estigmatizantes e preconceituosas, de forma que as ações construídas no âmbito da política possam prever novas possibilidades de proteção, a partir da socialização, da aprendizagem e do desenvolvimento das potencialidades e capacidades humanas, fortalecendo o protagonismo dos sujeitos que demandam serviços ou benefícios, enquanto necessidade singular expressa na especificidade de cada trajetória. Toda essa intenção, não pode ser compreendida como uma expressão desvinculada do seu contexto social (Torres, 2009).

Uma das reflexões que vivenciamos na práxis, tratou-se do fornecimento do benefício eventual das cestas básicas em que era fornecido pelo técnico (assistente social ou psicólogo) um documento que autorizava a retirada de um *kit* básico de alimentos, em um fornecedor. Esse *kit* era composto de arroz, feijão, farinha de trigo e milho, óleo, fubá, sal, pó de café e sardinha. Nesse modo de operar, o suposto sujeito de direitos, não escolhia seu alimento, ele vinha escolhido e pronto em formato de um *kit* básico de alimentos.

Os trabalhadores da política de Assistência Social devem reconhecer que somente é possível tecer uma rede de proteção social coerente e crítica, ao compreender os determinantes sociais, culturais, de raça e de gênero, para que os atravessamentos comuns à produção do sofrimento, da desigualdade social, dos riscos e vulnerabilidades, enquanto cenário coletivo sejam, igualmente, reconhecidos

como produção social coletiva, que afetam singularmente o sujeito (Costa-Rosa, 2000).

O CRAS, como um estabelecimento institucional da Proteção Social Básica (PSB), tem por objetivo estimular as potencialidades das famílias e da comunidade. Promover espaços coletivos de escuta e (re)construção de processos, decisórios, participativos e democráticos, a partir, principalmente de dois serviços que organizam esta oferta: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Segundo o caderno de Orientações do PAIF o trabalho social com famílias deve prever:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (MDS, 2012. p. 12).

Já o SCFV uma possibilidade de ação com as famílias:

O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) e reordenado, em 2013, por meio da Resolução CNAS nº 1/2013. O serviço realiza atendimentos para grupos organizados a partir do ciclo de vida dos usuários, sendo ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). (MDS, 2016. p. 09).

O trabalho social com as famílias é realizado no PAIF com um conjunto de procedimentos com o objetivo de contribuir para a ressignificação dos laços familiares, convivência, reconhecimento de si mesmos, como sujeitos de direitos, incluindo uma dimensão crítica e politizada da questão social, socioeconômica e sociocultural.

Nos propusemos ao esforço de refletir se o que produzimos e entendemos como proteção social básica no CRAS, tem buscado a percepção do sujeito de direitos, ou se ainda, permeando perspectivas de práticas caridosas, benemerentes e

assistencialistas, e que a dissertação foi elaborada como segundo momento (DIMPC), ou seja, a materialização das problematizações, argumentos e experiências da práxis.

## **2.2. A TRAJETÓRIA DE UMA INTERCESSÃO-PESQUISA**

O nosso percurso como trabalhadora intercessora foi atravessado pelo modo de organização da nossa sociedade e da peculiar dificuldade de acesso à riqueza, educação, cultura, diretos à uma parcela específica da população, que são permeados pela desigualdade, bem como por padrões físicos dos seres humanos, dentre eles, cor da pele, tipos de cabelo, formato do nariz e boca, e o modo como as características de identidade de pessoas negras estavam, muitas vezes, vinculados à um estereótipo de marginalização e delinquência.

Como assistente social intercessora ao longo do percurso presenciamos o modo como a raça, gênero e classe social geram processos de opressão, exploração e desigualdade. Nesse ponto, nossa intercessão se movimentou juntamente com a práxis e nos mobilizou a refletir sobre a necessidade de problematizá-la considerando tais marcadores nas discussões presentes no ensaio 03.

Ingressamos no Programa de Pós Graduação em Psicologia pelo sistema de cotas raciais, a que possuímos como direito e dever ocupar e, participamos da elaboração e organização das II e III Jornadas de Psicologia e Relações Étnico-Raciais da UNESP Assis, respectivamente nos anos de 2021 e 2022.

Participamos ainda, na organização e elaboração, no mês de novembro de 2022 de dois eventos pelo Núcleo de educação permanente (NEP), o primeiro tratou de uma oferta para os trabalhadores da SMAS “Dialogando SUAS: Consciência Negra” foi composto por mesa de debates, apresentação musical e oficinas temáticas. Neste evento, em conjunto com a Psicóloga colega de trabalho, ofertamos a oficina temática política de Assistência Social e a população negra. O segundo evento, foi destinado aos sujeitos usuários do CRAS, que contribuíram desde as fases de planejamento até a execução do “Festival Pretitudes”, que ocorreu no Teatro Municipal, com apresentações artísticas do SCFV como capoeira, capoterapia e contação de história sobre as matrizes africanas.

Durante o processo da intercessão, houve a resignificação do espaço do NEP, retomando os encontros presenciais e reforçando o Plano Municipal de Educação Permanente, elaborado pela equipe de trabalho. Participamos da organização da 1ª

semana de capacitação e nivelamento da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), planejada considerando o ingresso de novos trabalhadores nos estabelecimentos, bem como a retomada das atividades após o período de suspensão devido à crise sanitária da pandemia (COVID-19), em que apresentamos aos trabalhadores um breve recorte da intercessão-pesquisa em andamento na Proteção Social Básica (PSB).

No ano de 2022, com o fortalecimento do NEP, participamos do XXII Encontro do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, ocorrido em Foz do Iguaçu-PR, como representantes do município.

Em uma parceria entre o NEP e a UNESP Assis, participamos do 8º Congresso Brasileiro de Saúde Mental, realizado pela ABRASME em São Paulo SP, apresentando o “Relato de experiência de trabalho sobre os efeitos da pandemia (COVID-19) à saúde mental das famílias pobres que atendemos no CRAS”. O estudo problematizou o modo como podemos atuar ofertando assistencialismo, filantropia, dependência e docilização (Foucault, 1999) ou buscando subverter e equacionar essas demandas, para além do plano individual, (re)posicionando nossas ações para dialogar sobre o impacto da desigualdade social e da pobreza que exercem uma forte influência na saúde mental dos sujeitos e na forma como são atendidos nos espaços socioassistenciais de garantia de direitos.

A discussão proposta nesta dissertação é refletir sobre as demandas que chegam ao CRAS, como se constituem e de que forma a atuação profissional incide sobre elas. Nesse sentido, iremos abordar nos próximos tópicos, os paradigmas do campo, bem como algumas das características legais e conceituais do SUAS e do CRAS, local de abrangência de nosso estudo.

### **2.3. OS PARADIGMAS NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A construção do entendimento de paradigma realizada por Benelli e Costa-Rosa (2012) apontam a existência de, no mínimo, quatro parâmetros norteadores da práxis (junção da teoria com a prática, uma prática que visualize o sujeito), são eles: a) Concepções do objeto e dos meios de ação sobre ele; b) Concepções das formas de organização do dispositivo institucional; c) Modos de relação da instituição com a clientela e a população (incluindo o território) e d) Concepções dos efeitos

socioeducativos (políticos, educativos, pedagógicos, terapêuticos) e de seus desdobramentos éticos.

É possível identificar que o paradigma adotado pela instituição não está explícito, mas se revela nas práticas cotidianas estabelecidas, permeando a práxis, conforme problematizado por Benelli; Costa-Rosa (2012):

[...] o paradigma da Caridade, da Promoção Humana e da Filantropia pode ser encontrado nos dirigentes e técnicos das entidades assistenciais, o paradigma Clientelista Assistencialista é típico dos funcionários e técnicos das prefeituras municipais, já o discurso da Assistência Social como Política de Estado é um paradigma que se verifica nos políticos das esferas estaduais e nacionais, bem como em técnicos e profissionais que atuam nessas esferas mais elevadas (Benelli; Costa-Rosa, 2012, p. 615).

As práticas vivenciadas por nós concretizaram a necessidade de discutir, se o que produzimos e entendemos como proteção social básica neste CRAS está atrelada a qual paradigma, já que supomos ter superado as práticas relacionadas aos paradigmas da Caridade, da Promoção Humana e da Filantropia, bem como do paradigma Clientelista Assistencialista ou da Assistência Social como Política de Estado. Os efeitos que desejamos estão descritos no paradigma do sujeito cidadão, como uma possibilidade e alternativa crítica. Apresentaremos nos próximos parágrafos de modo breve cada um dos paradigmas discutidos pelos autores e reafirmado por nós mediante intercessão.

O paradigma da Caridade trata das ações vinculadas à religiosidade, ao “fazer o bem ao próximo”, em que o fundamento está na fraternidade para com os pobres e necessitados (Benelli; Costa-Rosa, 2012, p. 618), que conviveu com o paradigma da Filantropia, baseada nas ações típicas da elite burguesa moderna, com pretensões científicas e racionais, com objetivo de amparar a pobreza para as pessoas, criadas em associações, entidades ou estabelecimentos filantrópicos.

O paradigma da Assistência Social como promoção humana, busca uma prática cotidiana que possibilite uma comunidade mais solidária e uma sociedade mais justa “O objetivo maior do trabalho de promoção humana seria educar o homem para a convivência com o outro, impulsioná-lo a se organizar para ter força reivindicatória” (Benelli; Costa-Rosa, 2012, p. 626).

A Assistência Social como clientelismo assistencialista do poder público consiste em executar as ações de modo a dispensar ajuda, auxílio e favor às famílias pobres, por meio de programas, projetos e serviços institucionalizados, visando auxiliar os pobres e obter seu voto por meio do favor, ou seja, utilizando a máquina

pública com finalidades eleitoreiras, favores pessoais de autoridades políticas, improvisada, aleatória, pontual e precária.

A Assistência Social como política de Estado é o paradigma associado à proposta oficial da PNAS, em que a Assistência Social consiste em um direito fundamental que garante o mínimo para uma vida digna aos necessitados:

[...] a técnica pode ser denominada de “socioeducativa”, instrumentalizando recursos pedagógicos e educacionais de modo a produzir efeitos psicológicos, morais e terapêuticos, visando a adequação social dos indivíduos, por meio de ações técnicas e despolitizadas (Benelli; Costa-Rosa, 2012, p. 633).

Uma parte significativa do que presenciamos, transita entre elas e depõe contra perspectivas do paradigma do sujeito cidadão, produzindo ações caridosas, benemerentes e assistencialistas. Apresento um recorte do diário de intercessão como exemplo vívido:

Data 11/05: Recebi o contato telefônico na data de ontem de uma assistente social da Santa Casa do município, questionando sobre uma solicitação de CB que ela realizou para uma **cunhada** em 14/04 e a orientei que na data de ontem, estávamos realizando os atendimentos das solicitações realizadas em 05/03. Oriento sobre o protocolo de atendimento e fornecimento de BE. Ela refere muita indignação, que fome não espera e que isso é absurdo. Concordo e entendo, mas retomo sobre a explicação, “são muitas pessoas em situação de hipossuficiência”. A colega se irrita ainda mais e fala que precisamos trabalhar mais **rápido**, que isso não existe. Explico sobre a quantidade de solicitações recebidas e que estamos atualmente em duas técnicas, que os atendimentos são mais do que mera liberação de cesta básica, mas também escuta, orientação, encaminhamentos e que isso não pode ser feito **‘rápido’**, extremamente grosseira, violenta e agressiva comenta que irá falar com a responsável pela pasta, pois isso não pode acontecer. Informo a coordenadora sobre o ocorrido no mesmo instante. Então, na data de hoje, às 6:30h a secretária encaminha à coordenadora, questionamentos “se isso procede”, encaminha o áudio da assistente social, em que ela se refere a mim como ‘menina’ e ‘aquela’, novamente bastante desrespeitosa. A coordenadora recebe uma forte crítica, pelo que eu consigo entender, eu não poderia ter mencionado que os atendimentos estariam em março. Não me arrependo e faria de novo, realizei o atendimento com a mesma fala que uso à todas as pessoas, sem distinção. Não atendi e não atenderia de modo especial por tratar-se de familiar. Entendo que seria errado e antiético, além de extremamente desrespeitoso às outras pessoas. A coordenadora do CRAS está aparentemente incomodada, me questiona sobre o ocorrido, explico novamente com detalhes, me sinto pressionada e desrespeitada. A altíssima demanda reprimida é uma questão extremamente antiga, desde a primeira publicação em redes sociais sobre o fornecimento e a mediação de um benefício. O clima fica pesado. A coordenadora recebe a solicitação de um relatório numérico e qualitativo extremamente detalhado e nos convoca para a construção. No final do dia, somos informados que dois psicólogos da secretaria irão atender as solicitações de CB para contribuir e **ZERAR** a demanda. Mas porque isso só foi pensado agora? A gestão não sabia sobre a demanda ou não se importava? Porque foi preciso alguém possivelmente influente se chocar para isso causar incômodo? Essas quase 500 famílias estão mesmo em insegurança alimentar? Quantas delas já são

acompanhadas ou referenciadas? E a busca ativa? As famílias que realmente precisam estão conseguindo acesso? Em nenhum momento o desrespeito a mim ou aos demais trabalhadores foi considerado (Diário de Intercessão, 2021).

Os interesses que compõem o Paradigma do Sujeito Cidadão estariam relacionados à perspectiva da educação popular, sustentados por uma participação radical do sujeito como protagonista central dos processos e plenamente alinhados ao polo socialmente subordinado. Distante de ser um modelo pronto com padrões ideais, as ações assistenciais neste paradigma consideram o Modo de Produção Capitalista, bem como dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais (Benelli; Costa-Rosa, 2012).

No CRAS em que atuamos foi implantado em certa ocasião, por um trabalhador indicado como cargo político e atuante da gestão, um serviço denominado como “cabide solidário”, cuja nomenclatura já nos direciona aos objetivos do serviço e quem ele serve. Com uma semana de uso, percebemos que muitas pessoas estavam realizando de modo equivocado o serviço ofertado. Eram imensos volumes de doações, recebíamos sacos e mais sacos de cem litros, mas quando selecionadas, começamos a perceber o que era afinal destinado ao pobre: lixo. Iniciamos imediatamente o embate, questionando sobre os objetivos daquele serviço. Trago uma breve anotação do diário de intercessão:

A execução desse cabide está gerando sofrimento para uma parte da equipe, enquanto outros trabalhadores não demonstraram interesse no debate, pelo contrário: ‘São doações gente! Precisa ser selecionado, as pessoas tem que entender que são coisas velhas e se querem coisas novas precisam comprar’. Me preocupo com algumas palavras que temos utilizado: ‘as doações **devem** passar por seleção, as pessoas **precisam** entender que são doações’ (fala da colega). Na verdade, não devem e não precisam não!!! Isso é o que nós pensamos, mas ninguém perguntou se eles querem ou acham isso interessante (Diário de Intercessão, 2021).

Analisando a perspectiva do Estado protetivo, negamos o modo de fazer proteção que se relacione a forma rasa de produzir o controle da população. Foucault (1979), considera o poder e seus efeitos, reprimindo e produzindo efeitos de saber e de verdade.

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (Foucault, 1979, p.182).

Assim como Foucault, também acreditamos e entendemos que os fatos e os acontecimentos sejam considerados em seu tempo, história e espaço.

Foucault<sup>13</sup> nos ajuda a pensar sobre a emergência de novas tecnologias de governo, pela configuração saber-poder e as tensões das relações de forças, bem como o papel do Estado, que instrumentaliza diferentes formas de controle. Os sujeitos e suas famílias, tornam-se peças, engrenagens e a política um modo de normalização e controle.

Assim, prevenir é primeiro vigiar, quer dizer, se colocar em posição de antecipar a emergência de acontecimentos indesejáveis (doenças, anomalias, comportamentos de desvio, atos de delinquência, etc.). Mas o modo de vigilância promovido por essas políticas preventivas é totalmente novo. [...] As novas políticas preventivas economizam essa relação de imediatismo, porque do que elas tratam, num primeiro tempo, pelo menos, não são indivíduos, mas fatores, correlações estatísticas. [...] Trata-se menos de afrontar uma situação já perigosa do que antecipar todas as figuras possíveis de irrupção do perigo. E, o que marca assim em foco o lugar do perigo é uma distância avaliável em relação às normas médias (Castel, 1987, p. 126).

A ideia de poder vai assumindo outras formas, menos explícitas e físicas, mas uma vigilância exaustiva dos sujeitos, exercida por um conjunto de instituições. Foucault (1999) discute sobre o poder como um mecanismo produtivo e transformador

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: 'ele exclui', ele 'reprime' ele 'recalca', ele 'censura', ele 'abstrai', ele 'mascara', ele 'esconde'. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (Foucault, 1999, p.135).

No dicionário há uma definição de poder<sup>14</sup> ampla e superficial, passível de utilização em esferas distintas como o poder social, poder político, poder constituinte, poder moderador, poder potencial, poder coordenador, entre outros. O que presenciamos na intercessão é a palavra poder associada a essência da autoridade.

---

<sup>13</sup> Paul-Michel Foucault nasceu em Poitiers na França em 15 de outubro de 1926 e veio a falecer em 25 de junho de 1984, em decorrência da AIDS, com a idade de 58 anos. O legado foucaultiano consiste em uma gama heterogênea de temas, podendo ser divididos, segundo Machado (1981), em três diferentes períodos: o Arqueológico, o Genealógico e o Ético. No primeiro período, destacam-se as obras: "História da Loucura" (1961), "As palavras e as coisas" (1966), "A Arqueologia do Saber" (1969); no segundo, as obras: "Vigiar e Punir" (1975), "História da sexualidade" (1976) e a "Microfísica do poder" (2006). No terceiro período, Foucault passou a investigar o tema da subjetividade, discutindo a ética como um campo desvinculado da moral. Neste período, destacam-se as obras: "Subjetividade e verdade" (1980) e "A Hermenêutica do sujeito" (1981).

<sup>14</sup> De acordo com o dicionário: Poder: verbo; 1. Transitivo direto e intransitivo, ter a faculdade ou a possibilidade de algo. "podemos dizer a verdade". 2. Transitivo direto, transitivo indireto e intransitivo possuir força física ou moral; ter influência, valimento, "ele pode levantar muitos quilos".

Podem-se encontrar definições do tipo: “É poder social a capacidade que um pai tem para dar ordens a seus filhos ou a capacidade de um governo de dar ordens aos cidadãos” (Bobbio, 2000, p. 933). E ainda, “o poder evoca a ideia de força, capacidade de governar e de se fazer obedecer, império” (Souza; Garcia; Carvalho, 1998, p. 417).

Ao analisar o discurso oficial da política de Assistência Social brasileira é possível identificar que o sujeito já está reconhecido como protagonista: há admissão dos mesmos como sujeitos detentores de direitos. Diante desse discurso, é levantada uma questão: é possível que os usuários adquiram o protagonismo da ação social e política sem passar pela implicação subjetiva? Consumadamente diante da visão do autor é evidente que não. Para que isso ocorra, de modo não normalizador, é mais do que necessário a superação do paradigma sujeito-objeto, esse ainda é pouco superado nas éticas do cuidado, nas quais o trabalhador acaba posando de cuidador, grande Outro<sup>15</sup> detentor de saber-curar (Costa-Rosa, 2013).

Consideramos que na Assistência Social não seja diferente, essa ética do cuidado, se alinhe ao paradigma de cunho caridoso. Consolidar o entendimento e as formas de atuação, para transpassar ao paradigma do sujeito cidadão é muito pertinente e até necessário, para que tomemos os sujeitos, usuários das políticas como protagonistas. Reconheçamos a princípio, neles o caráter produtor de saber, de sentido, da construção de sua própria história e capaz de saber por si mesmo sobre sua parte em seus impasses.

Para que haja superação dos paradigmas da Assistência Social que não promovem o protagonismo dos sujeitos, é fundamental por parte dos profissionais desta política que suas práticas estejam pautadas por uma ética que considere essas questões vinculadas ao contexto econômico, social, racial e de gênero.

A psicanálise de Freud e Lacan e sua ética do desejo, podem instrumentalizar e enriquecer a postura dos trabalhadores. Ao passarem pela ética do cuidado e posarem de Outro detentor de saber-solução para os problemas dos usuários da Assistência Social, os trabalhadores podem se defrontar com suas próprias angústias, as quais só podem ser superadas em separado e por isso é importantíssimo que o cuidado se torne um “cuidar-se” (Costa-Rosa, 2013).

---

<sup>15</sup> “O grande Outro é a linguagem. O grande Outro é o inconsciente. É uma Outra cena. Não que o inconsciente seja a condição da linguagem, mas que a linguagem seja a condição do inconsciente. [...]Podemos lhe dar várias antonomásias: vazio, falta, furo, real” (Gerbase, 2010, p.26).

Nossa atuação, um tanto mais informada e advertida pelo MHD e pelo DI, pretende ampliar os campos de atuação e as formas de conceber a realidade, pois conhecer melhor a estrutura e os modos de reprodução do capital, bem como a organização do Estado podem contribuir para estabelecermos outras formas de luta, operar e ocupar as brechas.

Tenho por hipótese que a Assistência Social e seus agentes institucionais estão em constante movimento, transitando suas ações entre diferentes configurações paradigmáticas.

### **3. A TRABALHADORA-INTERCESSORA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

#### **3.1. INTERCESSÃO-PESQUISA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A atuação da trabalhadora-intercessora na política de Assistência Social pode ser realizada em diferentes estabelecimentos, tais como na Gestão municipal, no CREAS, no Conselho Tutelar, na Casa de Acolhimento para Crianças e Adolescentes ou Adultos, no Centro Pop ou no CRAS, como é o nosso caso. Pode ocorrer também, por meio de atendimentos às pessoas e famílias, visitas domiciliares, oficinas e grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). As ações, também, extrapolaram os muros da instituição e podem acontecer nas reuniões de rede, na discussão de casos com outros estabelecimentos, na elaboração de Plano Individual de Atendimento (PIA), visitas domiciliares, visitas institucionais, reuniões de equipe, entre outros.

O Dispositivo Intercessor (DI) constitui uma abordagem complexa, que utiliza como ferramenta teórica a psicanálise do campo de Freud e Lacan, o Materialismo Histórico em Marx, a Análise Institucional de Lourau e Lapassade e a Filosofia da Diferença, sobretudo no conceito de “Intercessores” de Deleuze.

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisas, plantas, até animais [...]. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma série. Se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos. Eu preciso de meus intercessores para me expressar, e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê (Deleuze, 1992, p. 126).

Cada uma dessas ferramentas teóricas tem sua função nos modos de agenciamento do trabalhador-intercessor em ato, na escuta dos sujeitos, no modo como planejamos e executamos cada atividade no CRAS.

A intercessão-pesquisa possibilitou a condição de nos reposicionarmos e olharmos para o trabalho realizado, a partir de um lugar estratégico, na percepção e nas construções de diálogos e possibilidades de um modo de fazer no CRAS, que de fato se distanciava das práticas caridosas, clientelistas e filantrópicas e não desconsiderasse, o percurso de construção histórica e as lutas sociais.

O trabalho é explicitado por Marx como “um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (Marx, 1983, p. 149), ou seja, o trabalho consiste em um condicionador da existência humana.

Do mesmo modo, as características do trabalho contemporâneo – precarização, terceirização, subcontratação, fragmentação, repetição – seriam responsáveis por uma nova alienação subjetiva e pela transformação do capitalista em Outro devastador, detentor e modulador, além do capital, do desejo da(o) trabalhador(a) (Diniz; Campos, 2018).

No Modo de Produção Capitalista (MPC), a luta de classes representa uma apreensão entre trabalhadores e os detentores do modo de produção, para a obtenção da mais-valia, uma parte do tempo e do trabalho não é pago aos trabalhadores, em um constante processo de acumulação, quem possui as riquezas possuirá ainda mais e os trabalhadores explorados e destituídos de acesso aos mínimos sociais. As relações produtivas e sociais são impulsionadas pelo dinheiro, com o objetivo constante de incentivar a compra e o consumo, não raro criando necessidades inexistentes, transformando relações humanas e sociais pelos conceitos de valor.

Considerando que, (sobre)vivemos em um MPC, cujo discurso modaliza a produção da alienação do(a) trabalhador(a), não é possível, portanto, desassociar a formação dos sintomas da contemporaneidade das formas pelas quais nos organizamos socialmente. No campo da Assistência Social, cuja formulação se embasa na garantia de direitos, na produção de “autonomia” e na reapropriação dos sujeitos por suas histórias, o sentido do trabalho e seus efeitos aos sujeitos, a partir de um reposicionamento crítico, consciente e avisado pelo DI, nos posicionamos contrários a qualquer estratégia moralizante, psicologizante, culpabilizadora,

medicalizadora ou criminalizadora da pobreza. Buscamos uma atuação e uma forma de cuidado e proteção distante do controle, da vigilância e da fiscalização das famílias, um modo de resistir aos processos disciplinares e assistencialistas que permeiam a práxis.

A Educação Popular baseia-se na metodologia dialética marxista e na participação radical do sujeito, como protagonista central na produção do processo de ensino-aprendizagem, a principal característica é utilizar o saber da comunidade como matéria-prima para o ensino. Para a PNAS, a Educação Popular também, pode ser extremamente útil. A partir desse pressuposto, a entidade assistencial deve ser constituída coletivamente e não instaurada de modo hierárquico e horizontalizado, como presenciamos em alguns estabelecimentos do município. Os trabalhadores devem operar no sentido da Autopolitização e da Politização Popular, contribuindo para que os cidadãos questionem sobre a realidade social e a ideologia hegemônica vigente.

As ações de acordo com este paradigma socioassistencial, devem operar no sentido da difusão de conhecimento, tanto em relação aos trabalhadores executores da política, como também, em relação aos sujeitos usuários, os quais deixam de ocupar a posição de beneficiários/usuários, para a posição de executores de tal política. Busca-se assim, que tenham uma ampla visão adquirida por meio da obtenção de conhecimentos e reflexões, acerca da realidade social e do Modo Capitalista de Produção.

As práticas profissionais, por meio dos atendimentos, projetos, programas e instituições, podem contribuir para um processo de apenas manutenção da realidade. Seriam práticas meramente assistencialistas, que não possuem a perspectiva de transformação da realidade. Nesse sentido, as diferentes práticas profissionais, podem atender a perspectivas mais conservadoras, mais opressoras ou podem contribuir para a transformação da realidade e para a emancipação do homem formando indivíduos críticos e reflexivos.

Nesse contexto, é fundamental que o profissional compreenda qual teoria embasa sua prática, pois toda ação e atuação têm uma intencionalidade. Como tem sido a atuação dos profissionais na Política Nacional de Assistência Social? Como a concretização dos direitos da população seria efetivada pela política de Assistência Social, na prática cotidiana? Que tipo de efeitos/consequências a atuação profissional, estariam produzindo aos usuários dos serviços no CRAS? A atuação profissional tem

provocado efeitos/consequências no contexto social da cidade, na qual se localizam a sua demanda? E no contexto pandêmico, como a atuação profissional produziu efeitos/consequências aos usuários dos serviços no CRAS?

### **3.2. A PRÁXIS DO TRABALHO ASSISTENCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS**

Com a pandemia do novo coronavírus, as ações de caráter coletivo foram suspensas, os acompanhamentos passaram a ser realizados por meio de atendimentos prioritariamente remotos e as visitas domiciliares foram suspensas.

Enquanto agentes da Assistência Social, mesmo não tendo domínio sobre as questões sanitárias e epidemiológicas, é preciso discutir sobre seus reflexos, principalmente com relação ao recorte de classe e seus desdobramentos sobre a população pobre, uma vez que a pandemia, além de efeitos físicos, biológicos, trouxe grandes e graves impactos sociais:

[...] se observa uma disparidade no percentual de óbitos entre negros e brancos (55% e 38%, respectivamente). A pesquisa [da PUC Rio] também mostra que aqueles com maior escolaridade possuem menos chances de vir a óbito - enquanto entre aqueles sem escolaridade, 71,3% faleceu; no caso das pessoas com ensino superior esse valor é de 22%. Outro estudo mais recente estimou que a taxa de letalidade do vírus entre mulheres grávidas brancas é de 8,9% enquanto entre as gestantes negras essa fração sobe para 17% - ou seja, quase o dobro. Concomitantemente, uma série de publicações denunciam os problemas de inclusão e exclusão da política do Auxílio Emergencial, pois, segundo levantamento do Data Favela 65% dos moradores de favela solicitaram, mas 39% desses solicitantes das periferias não receberam. Enquanto isso, 3.9 milhões das pessoas mais ricas do Brasil recebem o benefício (Instituto Locomotiva, 2020). A exclusão digital e exigência de aplicativos para cadastramento relâmpago na pandemia também podem operar como barreiras no acesso à política, haja vista que 25% dos brasileiros não têm acesso à Internet (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2019) e dos que têm acesso 58% é apenas pelo celular que chega a 85% das classes D e E (Lotta, *et al*, 2020, p.17).

Tal cenário, acumulado com a gestão das medidas sanitárias e (des)protetivas por parte do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, intensificaram o abismo da desigualdade social no Brasil. Os trabalhadores informais que não possuem vínculos formais ou garantias de trabalho, ficaram desprotegidos, sem renda, sem direitos, sem garantias, produzindo impasses concernentes ao próprio Modo Capitalista de Produção.

As práticas governamentais incidiram diretamente sobre os modos de vida de toda a população, somadas com tempos de sofrimento e medo do futuro, além das

dificuldades relacionadas ao trabalho e sustento da família. Se optassem pelo isolamento, teriam condições de sobreviver e se manter financeiramente? Se continuassem trabalhando, colocariam a si e toda a sua família em risco de contaminação? O trabalho equivale à vida ou à sobrevivência? Essas situações constituíram mais uma violação à população e mais desafios aos (às) trabalhadores(as) da Assistência Social.

Houve nesse contexto, uma parte dos trabalhadores que acreditou que todos dividimos uma condição universal de humanidade. Porém, o racismo e a desigualdade estruturam o laço social. A democracia racial trata-se de uma tentativa de mistificação da universalidade de direitos, quando de fato, o que se institucionalizou foi uma hierarquia com base na invenção das noções de diferença racial e de gênero (Santos, 2023).

Nesse sentido, o conceito de biopolítica traçado por Foucault (2005), faz uma genealogia de um modo de gestão da vida em que se pretende tomar o humano a partir da análise biológica deste e possibilitar a emergência de uma população, que se pode ser quantificável, previsível e gerida em uma “normalidade biológica”. Não eventualmente, a Assistência Social se modula e a seus trabalhadores para dar conta de uma demanda individualizante, que tende a naturalizar os problemas do capitalismo. A instrumentalização da força vital pelo MPC utilizada como uma estratégia de dominação que se deu por meio da invenção e da consolidação da racialidade enquanto uma diferença hierarquizada (Kilomba, 2019), e a partir das vivências da intercessão a demanda pela reflexão, coadunando com a produção da escrita do ensaio 03.

Utilizar as discussões de Foucault, para refletir sobre o trabalho da Assistente Social e sobre as relações de saber e poder, principalmente no âmbito familiar é trazer à discussão coesão, peso, aprofundamento e abranger as possibilidades de reflexão, sobre uma atuação crítica e precavida. Hillesheim e Cruz (2012) utilizam o conceito de biopolítica de Foucault, para demonstrar como a Assistência Social pode compor uma ampla estratégia de normalização da população pobre, um modo de regulação do Estado sobre a vida, moldando determinadas formas de subjetividade.

Mbembe (2018) afirma que a necropolítica se dá em uma relação direta entre três grandes composições que se aliam e são responsáveis pela manutenção das estruturas de poder dos Estados nacionais: biopolítica, soberania e estado de exceção se alinham para constituir o cenário contemporâneo de uma verdadeira guerra social.

O conceito de necropolítica refere-se a diferentes formas de dominação e exercício do poder e surge do diálogo com a noção foucaultiana de biopolítica:

O mais importante que aprendemos em Foucault é que o corpo vivo (e, portanto, mortal) é o objeto central de toda política. Il n'y a pas de politique qui ne soit pas une politique des corps (não existe uma política que não seja a política dos corpos) [...] O corpo não é para Foucault um organismo biológico dado sobre o qual o poder age. A própria tarefa da ação política é fabricar um corpo, colocá-lo em funcionamento, definir seus modos de reprodução, prefigurar as modalidades de discurso por meio das quais esse corpo se torna ficcionalizado até poder dizer "eu" (Preciado, 2020, p.1).

Assim, o governo do vivo está inscrito na realidade através de práticas políticas de um regime de verdade que são fabricadas pela colonialidade. A necropolítica incide na demarcação de uma fronteira entre “quem pode morrer” e “quem deve viver” (Mbembe, 2018), desse modo a necropolítica não é sobre governar a vida, mas sobre produzir a morte.

Nesse período de pandemia, houve também a suspensão das aulas e as mães solo sentiram grande dificuldade para organizar a rotina. Não foram todas as empresas que suspenderam os trabalhos presenciais, o que gerou intensa tensão e algumas mulheres foram, inclusive, dispensadas. As poucas, consideradas aptas para o trabalho formal, tornaram-se um número ainda menor.

A grande maioria dessas mães, trabalhadoras informais, nos procuravam com frequência com a seguinte dúvida: deixavam as crianças sozinhas em casa ou levam para o trabalho? Realizamos, por várias vezes, a escuta e atendimento dessas mulheres sem propor soluções, mas um atendimento que pudesse tencionar a realidade vivenciada por ela de modo a subverter sua culpa e responsabilidade, problematizando sobre as dificuldades e contextualizando com a conjuntura governamental e pandêmica.

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação um campo biológico – do qual toma o controle e se inscreve (Mbembe, 2018, p. 17).

Num cenário de risco sanitário, o desemprego também atingiu níveis alarmantes, assim como a fome passou a ser cada vez mais comum nos discursos das pessoas atendidas por nós, profissionais do CRAS. Ademais, alguns itens – compreendidos como básicos, como água, sabonete e álcool, eram considerados produtos de luxo para uma parcela considerável da população. Era preciso

(re)construir maneiras de garantir a segurança alimentar, bem como a proteção dessas famílias.

Entretanto, o que acompanhamos, ao longo do primeiro ano da pandemia, foi a transformação das ofertas do CRAS, em fornecimento de cestas básicas. Os(as) profissionais se tornaram “atendentes de *telemarketing*”, em que as funções básicas eram a conferência da veracidade de informações prestadas por aqueles(as) que solicitavam o benefício eventual, e a avaliação decisória se este(a) solicitante preenchia os “critérios de fornecimento”. Nossa escuta estava mecanizada, fragmentada, robotizada, acabávamos desenvolvendo uma ação mais de fiscalização da pobreza.

Nossa rotina de trabalho era composta por listas de espera com “cadastros da cesta”<sup>16</sup> e muita cobrança com relação à urgência dos atendimentos. Durante o período em que o CRAS esteve fechado e o nosso trabalho foi executado remotamente, chegamos a trabalhar por 14 horas por dia e realizar 78 atendimentos. Era preciso atender e “dar conta da demanda”: “CRAS, bom dia!” Eram as palavras mais repetidas, diariamente.

Percebo que passamos a desconhecer os rostos e as histórias das pessoas que estamos atendendo e as transformamos em números de CPF e endereços, que podemos consultar solicitações anteriores como parte mais importante da análise e avaliação de fornecimento do benefício. Às vezes, transformamos os sujeitos de direitos em “barraqueiras”, “oportunistas”, como efeito da nossa sobrecarga, desmotivadas e sem embasamento técnico, enquanto objetos de nossas intervenções, limitando-as a demandar apenas o “objeto cesta”, já que não estamos no momento realizando outros atendimentos. Hoje, foi realizado o terceiro boletim de ocorrência por ‘desacato ao servidor’, não estamos nos ouvindo, menos ainda ouvindo as pessoas. Eventualmente, alguma escuta nos captura! Percebo que mesmo através do telefone é possível atender a integralidade, quando ler este trecho, que possa me ajudar a lembrar da necessidade de um atendimento com qualidade, ainda que a cobrança seja no viés da quantidade (Diário de intercessão, 2021).

Na medida em que somos capturadas pelos efeitos do retrocesso no cenário das políticas públicas – e efetivação da lógica capitalista –, corremos o risco de reproduzir, em nosso cotidiano, uma cultura moralista e autoritária, que culpa o pobre por sua pobreza, com concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, com expansões de uma rede solidária, benemerente e filantrópica, baseada no dever moral das ações e práticas (Yazbek, 2007).

---

<sup>16</sup> Termo muito utilizado pela população que nos chegou, colocado aqui de maneira proposital para que possamos problematizá-lo de maneira crítica.

O foco na produção de novas sociabilidades, tão caro na política de Assistência Social, dominado pela lógica de mercado, pode acarretar a distorção do papel da família, que passa a ser compreendida como espaço privilegiado de produção física e social dos sujeitos. Esses sujeitos, futuramente comporão a força de trabalho, com uma consciência não crítica, dóceis, produtivos, submissos à divisão do trabalho e aptos ao consumo (Moraes, 2018).

Assim, a família constituiu-se como espaço estratégico, por meio do qual se podem universalizar novos valores sociais, buscando formar indivíduos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade e da pátria. Assim, o Estado passa a ter maior importância que a família, porém um Estado apropriado pela família burguesa e ordenador das famílias trabalhadoras (Moraes, 2018, p.812).

Ao tratarmos a família como *locus* estratégico, única e responsável de uma transmissão de valores, assegurando a manutenção dos filhos dentro do espaço do “lar”, isentamos o Estado de sua intervenção, assim como impossibilitamos novas significações, inclusive, sobre o papel da família na vida coletiva.

[...] a própria Assistência Social pretendia produzir que tipo de incidência na realidade social brasileira: política e transformadora ou terapêutica e correccional? Essa política pública visaria mais desenvolver práticas disciplinares e de controle ou emancipadoras e singularizantes junto aos segmentos populacionais atendidos? (Benelli, 2020, p.18).

Quando ocupamos o lugar de trabalhadora-intercessora, não nos colocamos em uma posição de intelectual, pois o DI não se trata de alguém que detém um saber e vai a campo para ensinar os demais trabalhadores, sobre um como fazer. O trabalhador-intercessor se diferencia por se tratar de alguém que carrega seus próprios incômodos, seus questionamentos, um trabalhador com um modo de se posicionar intencionalmente planejado, respaldado pelos referenciais teóricos que embasam o DI e, assim como no caso desta trabalhadora-intercessora, se trata de alguém que já está inserido no estabelecimento institucional.

Propomos o conceito de trabalhador-intercessor para nomear trabalhadores que são precavidos pela psicanálise do campo de Freud e Lacan, pela Análise Institucional, por elementos do Materialismo Histórico e elementos da Filosofia da Diferença (campos transdisciplinares e, por hipótese, correlatos, em alguma medida). Veremos que a esse trabalhador é necessário também um certo atravessamento pelos efeitos da própria análise (Costa-Rosa, 2015, p. 17).

Orientados pelo DI, foi possível operar de um modo diferente e avisado, supondo cautela, paciência e manejo das situações, evitando por exemplo, subestimar

o saber que os atores da práxis já possuem, assim, incluímos os sujeitos como capazes de produzir rupturas e mudanças nos estabelecimentos institucionais e na formação econômica e social (Souza, 2015).

O conceito de dispositivo, contribuiu, enquanto assistente social, com referências para as intercessões aos sujeitos, que demandam do CRAS e das políticas públicas, sobre uma possível resolutividade ou na forma como essa ferramenta teórico-técnica nos habilitou a enxergar nossa práxis de outra forma, nos autorizou a questioná-la, buscando superar as dicotomias entre sujeito/objeto, indivíduo/sociedade, fazer/saber que são discutidas nesta perspectiva (Costa-Rosa, 2008; Pereira, 2011).

Notamos que nossa práxis, eventualmente, apresentava características assistencialistas, filantrópicas, que, compunham objetivos não declarados como a incitação à dependência, um modo de autopromoção do profissional ou mesmo atitudes com viés de compensação, chantagem, naturalização da pobreza ou culpabilização. Essas características, recaiam, principalmente, relacionadas à figura materna, como a pessoa responsável pela conjuntura familiar. Não refletíamos sobre a responsabilização do Estado na política de atendimento, como também, sobre o papel da rede de serviços na atenção e respaldo as necessidades básicas da população ou mesmo sobre a questão social.

Exemplificando, o Programa Bolsa Família (PBF), possui algumas condicionalidades, entre elas, exige uma frequência escolar mínima de 85% das crianças entre 6 e 15 anos. Caso não seja atingida, o benefício ficará bloqueado, suspenso ou cancelado, dependendo das reiterações. Enquanto técnicas de referência, possuímos o “poder” de interromper os efeitos da condicionalidade, reativando no mês seguinte o repasse financeiro, mas apenas nos casos de bloqueio e suspensão.

Estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade. Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social, base histórica da requisição social da profissão. A linguagem de exaltação do mercado e do consumo, que se presencia na mídia e no governo, corre paralela ao processo de crescente concentração de renda, de capital e de poder. Nos locais de trabalho, é possível atestar o crescimento da demanda por serviços sociais, o aumento da seletividade no âmbito das políticas sociais, a diminuição dos recursos, dos salários, a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais, materializados em serviços sociais públicos (Iamamoto, 2003, p. 18-19).

A proposta do Programa, era que as famílias acompanhadas pelo CRAS pudessem ser informadas sobre o bloqueio. E a partir do acompanhamento familiar, o qual eram realizados de forma individual ou em grupos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), discutir junto a profissional de referência, as causas das faltas e buscar que o familiar assumira os compromissos no Plano de Acompanhamento Familiar (PAF).

São dois pontos divergentes, de um lado a condicionalidade é tomada como inadmissível, já que a Constituição Federal (Brasil, 1988) prevê que a política de Assistência é destinada a quem dela necessitar, no entanto, inclui exigências justamente às famílias que já se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. Por outro lado, a combinação entre benefício e exigência, como a frequência escolar, reduz os riscos de incidência de trabalho infantil, evasão escolar e de certo modo, “força” que as políticas públicas caminhem juntas em direção aos sujeitos. Suponho, que se não fosse o PBF, poucos dados seriam levantados ou disponibilizados sobre evasão ou falta escolar, por exemplo.

O que é recusado pelo diagrama neoliberal não é a assistência ao pobre em si mesma, mas a ideia de que aos deveres da sociedade em atenção ao pobre correspondam direitos [...] Numa sociedade constituída segundo o princípio da liberdade, não dá direitos, ela lhe confere deveres (Raichelis, 2013, p.156).

O primeiro momento do DI, na intercessão propriamente dita, momento em que estivemos no campo, em contato direto com os sujeitos e trabalhadores, com o objetivo de ocupar as brechas, produzir rupturas, questões na práxis e um saber que pudesse ser útil, não somente a nós, como intercessores, mas também aos sujeitos da demanda e ao campo. O segundo momento, que compreendeu o DI como Modo de Produção do Conhecimento (DIMPC), em que realizamos a sistematização da reflexão teórica sobre o primeiro momento e, produzimos um saber que proporcionasse mudanças na práxis e em outros intercessores (Souza, 2015).

Consideramos a Assistência Social um campo atravessado pela imprevisibilidade. A possibilidade de prever os acontecimentos, mesmo que se conheça o território, é muito pequena, pois tanto o território, como os estabelecimentos e sujeitos são dinâmicos e estão em constante movimento. Essa imprevisibilidade justifica a importância de uma práxis intercessora e a necessidade de um fazer-saber dialético, com um constante movimentar e reposicionar, revisar, reler e repetir.

Em certa ocasião, durante uma discussão sobre um Plano de Acompanhamento Familiar (PAF), em uma reunião técnica, um espaço que considero privilegiado de diálogo sobre os casos em acompanhamento, discutimos sobre um processo judicial enfrentado por uma mulher, a quem chamarei de Bete<sup>17</sup>. Uma mulher, branca, mãe de 3 filhos, desempregada, seu companheiro tinha um emprego como pastor em uma igreja evangélica, que funcionava na sala de sua casa, uma residência improvisada e ocupada de modo ilegal. Bete havia realizado a compra de um eletrônico proveniente de roubo e estava respondendo judicialmente por esse ato. Durante o estudo da situação, a proposta da colega era realizar a divisão entre a equipe, com o intuito do pagamento da multa. O argumento utilizado era de que a Bete não sabia sobre o histórico do produto e de que o juizado não havia considerado seu contexto de vida.

Recém chegada ao CRAS, com uma perspectiva de quem pouco sabe, questionei a colega sobre a proposta, que, para mim não se aproximava de uma perspectiva de garantia de direitos. Não havia espaço para argumentos contrários, a equipe estava decidida à mobilização, então insisti e questionei se não se trataria de uma ação assistencialista, considerando que estava em oposição aos pressupostos éticos. Tenho a hipótese de que gerei incômodo neste momento, a colega se voltou a mim questionando, “Quem é você?”. A reunião foi imediatamente encerrada, não participei do pagamento da multa, mas suponho tenha acontecido.

Nas ocasiões de planejamento estratégico de trabalho ou elaboração da metodologia de acompanhamento familiar, desejávamos sempre realizar as visitas domiciliares ou PAF em dupla, uma assistente social e uma psicóloga, para “realizar um atendimento completo”. Durante a efetivação das visitas ou PAF, poucas vezes o desejo foi efetivado, já que as equipes estavam incompletas.

Outra questão gerou incômodo e que remeteu à reflexão, foi a análise do que afinal, se trata o atendimento psicossocial. Na rotina dos atendimentos no CRAS, os atendimentos ocorrem em duplas, composta de assistentes sociais e psicólogos; e isso é denominado atendimento psicossocial nos serviços (PAIF, PAEFI e nos demais serviços da Assistência Social). O fato do atendimento ser realizado conjuntamente por assistentes sociais e psicólogos, é uma atenção psicossocial? O que é atenção psicossocial?

---

<sup>17</sup> Nome fictício.

Quando iniciamos a intercessão, tivemos a visão e a percepção de que se tratavam de saberes suplementares. Enquanto a assistente social possui competências mais voltadas a análises socioeconômicas, estudos sociais, planejamento, estratégias e políticas sociais, a psicóloga estaria mais voltada a uma análise das subjetividades, das percepções do não dito. Isto sustentou nossa atuação em equipe, por pouco tempo.

Aparentemente não havia dúvidas e nem questionamentos sobre esse considerado trabalho em equipe. As visitas técnicas, sempre que possível eram realizadas em dupla, aliás, quase nunca, mas no campo do ideal, era considerado como um desejo e uma meta dentro da execução dos trabalhos. Considero relevante considerar que os atendimentos, sejam com ações particularizadas ou visitas domiciliares, em dupla, não significam que o trabalho está sendo interdisciplinar. O trabalho tem base na interdisciplinaridade porque está sendo realizado em dupla de profissionais, de diferentes áreas?

Pensar em interdisciplinaridade consiste primeiramente em romper o paradigma de que os problemas sociais devem ser subdivididos em categorias e que para cada situação, haverá um especialista. É certo que essas análises parecem óbvias e que as situações de vulnerabilidades e riscos sociais são compostas por múltiplas dimensões. Qualquer tentativa de dissecá-las, para definir a qual parte pertence ou a qual profissional destinar, uma atenção a um determinado conhecimento, quebram-se as interconexões e as complexidades que as constituem e atribuem além de um caráter simplista, uma tendência à resolutividade. Família, território, violência, institucionalização, são temas complexos e para questões complexas, respostas complexas.

A discussão acerca do trabalho no SUAS traz como possibilidade a construção de propostas que estejam preocupadas, sobretudo, com a finalidade da ação coletiva no campo da Assistência Social: o enfrentamento à desigualdade social por parte das(os) trabalhadoras(es), dos movimentos sociais e de toda a sociedade às voltas de produzir um projeto societário menos desigual. Ocupamo-nos em contribuir com a construção de atitudes emancipatórias, protagonismo social e garantia de direitos coletivos.

Muitos diálogos, trabalho em conjunto, cafés, reuniões de equipe, de rede, articulação comunitária e indicações de leitura vinculadas ao Dispositivo Intercessor (DI) contribuíram para que os meus questionamentos e inquietações ganhassem

nome e características. Ainda, que os aparatos legais apontassem a superação, muitos de nós estávamos incitando a dependência e o assujeitamento<sup>18</sup>.

No exercício da atuação profissional como assistente social, notava que havia entre os profissionais, e me insiro nesse contexto, uma aproximação às práticas assistencialistas tradicionais, promovendo a incitação à dependência, promoção de atos compensatórios em oposição à materialização dos direitos, já conquistados. O discurso sobre a naturalização da pobreza e a criminalização do pobre era constante, entre outras características, as quais estavam longe da busca e da luta pela concretização e efetivação dos direitos. A atuação estava mais próxima da perspectiva de cunho paternalista e assistencialista.

Diante desse contexto, deparamos com duas perspectivas e dois paradigmas<sup>19</sup> contraditórios no campo da Assistência Social: de um lado a filantropia, que buscava promover uma dependência, uma docilização disciplinar dos indivíduos (Foucault, 1999), de outro lado, há a busca pela efetivação dos direitos sociais de forma plena, contínua, reconhecendo os indivíduos como sujeitos de direitos.

## **ENSAIO 2**

### **UMA ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL OPERANDO COM O DI**

#### **INTRODUÇÃO**

O ensaio 02 propõe a problematização de uma pequena parte das minhas reflexões, enquanto assistente social e trabalhadora-intercessora, a partir da práxis desenvolvida em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de um município do interior de São Paulo, das implicações da atuação no campo, incluída

---

<sup>18</sup> Butler (2017) estudou como nos constituímos como sujeitos, a partir da incorporação de algumas normas sociais, buscando estabelecer um diálogo conceitual entre Foucault e Freud. Para ela, a ideia de Foucault de que o sujeito é formado em sua sujeição, a partir das relações de poder, encontra ressonância no processo descrito por Freud em relação à formação das instâncias psíquicas. Assim, em ambos, o sujeito carrega o paradoxo da submissão a outros por meio do controle e da dependência (que seria a sujeição), ao mesmo tempo em que esse assujeitamento permite a construção de uma identidade, pela consciência ou conhecimento de si mesmo. Submeter-se é, portanto, condição primeira de possibilidade da existência.

<sup>19</sup> Segundo a análise de Mexko (2017, p. 31) a partir das contribuições de Benelli; Costa Rosa: “paradigma é um constructo teórico formal-abstrato, composto por uma ‘unidade jurídico-ideológica e teórico-técnica de ação sobre a demanda’ (Costa-Rosa, 2000, p. 143) que nos permite compreender ‘dinamicamente a realidade histórica, organizando seu aparente caos’ (Benelli, 2012, p. 613). O paradigma no campo da AS, estabelece contornos de como a atenção assistencial deve ser realizada”.

nas políticas públicas, em um contexto social, econômico e político permeado por insegurança, instabilidade e ausência de informação.

Partimos da premissa de que a Assistência Social é um campo extremamente complexo e, exige uma abordagem que possibilite a análise crítica da práxis, por isso, escolhemos operar orientados pelo o DI<sup>20</sup>, que tem como pilares epistemológicos principais o Materialismo Histórico Dialético, a Análise Institucional, a Psicanálise do campo de Freud e Lacan e a Filosofia da Diferença.

A Análise Institucional e suas ferramentas contribuem neste ensaio, particularmente para problematizar o estabelecimento institucional CRAS e como opera uma trabalhadora da política de Assistência Social, permeada pelas contradições do campo e a permanente inquietação frente aos paradigmas da Caridade, da Promoção Humana e da Filantropia, do Clientelismo Assistencialista e da Assistência Social como Política de Estado (Benelli; Costa-Rosa, 2012).

A elaboração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Serviço Social, enquanto profissão, constituem processos históricos distintos e conectados, inseridos no âmbito dos movimentos sociais e de muita disputa. São construções institucionais que surgem da relação conflituosa entre o desenvolvimento do Estado e a sociedade civil, palco da luta de classes e da relação entre capitalismo e o trabalhador (Iamamoto, 1982, 2003, 2010; Netto, 1996, 1999, 2005).

A Assistência Social enquanto política pública tem bases constituídas com certa autonomia e pretende propor o “protagonismo do usuário” (Benelli, 2020), porém nós, atores institucionais, operamos múltiplos efeitos, nem sempre alinhados às perspectivas da autonomia e do sujeito cidadão de direitos. Para Mexko (2017), a política de Assistência Social está longe de representar os interesses dos integrantes do polo subordinado da vida social, e acaba representando, no limite, uma tática do polo dominante.

A práxis que desenvolvemos no CRAS, atrelada ao aprofundamento teórico e conceitual proporcionou que nos situássemos criticamente, percebendo suposições

---

<sup>20</sup> O Dispositivo Intercessor consiste numa formulação original do Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa, docente do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo, infelizmente falecido em 26/11/2018. A “Carta de fundação do Laboratório Transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e “Subjetividades saúde” (LATIPPSS)” escrita pelo Prof. Abílio, bem como trabalhos inéditos sobre o tema foram publicados num número especial da Revista de Psicologia da UNESP organizado pelo coletivo do Laboratório. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/issue/view/88>. Acesso em 15 set. 2023

interessantes à discussão, como por exemplo, o modo como o protagonismo do usuário é frequentemente substituído por práticas tuteladoras, assistencialistas, ou então da perspectiva de que nós profissionais somos detentores de um saber-poder, exercendo sobre as famílias usuárias uma força autoritária, hierárquica e atribuindo ao sujeito um lugar de coparticipação de sua própria vida.

Este ensaio compreende problematizar nossa aproximação ao campo, as formas como construímos nosso exercício profissional, os desafios enfrentados enquanto trabalhadora-intercessora, considerada por Benelli (2022) como uma das exigências do DI, que consiste em discutir e problematizar criticamente o conhecimento da área a partir de nossa própria práxis.

Não pretendemos neste ensaio e nem mesmo nesta dissertação formalizar, prescrever ou propor soluções para serem aplicadas, mas sim viabilizar e vislumbrar que outros trabalhadores do campo também possam se interessar em refletir as inquietações, incômodos e ocupar a função de intercessor, função esta, não vinculada necessariamente a uma Universidade ou a um campo do saber específico, mas apresentar-lhes o DI como uma nova possibilidade de posicionamento no campo de atuação.

Durante o período de pandemia e com o aumento de famílias em situação de vulnerabilidade social, a política de Assistência Social, por meio da Proteção Social Básica teve um grande papel na oferta de serviços, programas e benefícios socioassistenciais articulados com outras políticas, tais como Saúde, Educação e Previdência. Entretanto, os limites do desmonte do Estado e o contexto político reacionário reverberam na falta de um planejamento no âmbito dos Estados e municípios a curto e longo prazo, assim como, as intervenções que pudemos realizar acabaram ocorrendo de forma pontual, imediata e com vistas a entregar coisas concretas, ou seja, algo material como uma cesta básica, ou ainda a exemplo do Auxílio Emergencial, como um plano mal executado de um Programa criado com grande pressão política e social e como uma estratégia de defesa presidencial à grandes críticas relativas à sua omissão diante da pandemia.

Em um contexto de ataque maciço, impiedoso e opressor dos governos federal de Bolsonaro e estadual de Dória, particularmente entre 2019 e 2022, a rede de proteção socioassistencial, bem como outras políticas públicas, sentiram os efeitos do desmonte via necropolítica. Exemplificando, os atendimentos para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), antes realizados pelos técnicos do Instituto

Nacional do Seguro Social (INSS), passaram a ser possíveis somente através de uma plataforma online ou aplicativo de celular, sendo que as agências deixaram de realizar atendimentos presenciais, para que as pessoas pudessem dar entrada no benefício ou para obter orientações. A mudança causou confusão para os trabalhadores que não foram capacitados ou sequer informados oficialmente, resultando em desinformação e dificuldade de acesso aos sujeitos; e muitas vezes, ocasionando a perda do direito.

Em minha argumentação, relaciono a noção de biopoder de Foucault a dois outros conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio. Examino essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhantes exceção, emergência e inimigo ficcional. Em outras palavras, a questão é: Qual é, nesses sistemas, a relação entre política e morte que só pode funcionar em um estado de emergência? (Mbembe, 2018, p.128).

É preciso dizer que assumo nestes ensaios apresentados e reunidos nessa dissertação, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia, o risco de me posicionar sobre algumas considerações mais pontuais serão inseridas e debatidas sobre o campo da Proteção Social na PNAS e dos efeitos que produzimos no sujeito atendido. Contudo, essa escrita foi movimentada pelas minhas inquietações e, sinalizo para que essa leitura seja única e exclusivamente tomada como uma janela da realidade, a partir dos olhares desta trabalhadora assistente social, cuja produção se deve ao fato de estar imersa no fazer cotidiano da PNAS e do SUAS, num dado contexto municipal.

Considero que a produção do conhecimento não deve ser pautada apenas pela observação ou pela teoria, mas sim como essa intercessão, na qual propomos que a realidade da nossa própria práxis deve ser um objeto a ser analisado. Não se trata de um processo estático e esvaziado de sentido, mas uma complexidade coerente, a partir da qual podemos produzir conhecimentos científicos, mas, para além disso, serve para qualificar a própria práxis.

## **2. A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS**

### **2.1. SITUANDO O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO TRABALHO PROFISSIONAL**

Segundo Marx (1974), o trabalho pode ser considerado como a interação do ser humano com a natureza, com a finalidade de transformar a natureza em produtos necessários à vida humana. O trabalho deve ser situado em uma categoria fundante do ser social, como condição da produção da vida social e por isso categoria ontológica, ou seja, central na vida humana.

No cerne do capitalismo, encontramos não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho, tensão pelas quais as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e suas vidas (FEDERICI, 2017. p. 37).

O Serviço Social nem sempre foi entendido como profissão e sua origem está vinculada as necessidades do capital e ao controle da classe trabalhadora. O Serviço Social, neste momento, atuou na perspectiva da integração do indivíduo e da família à sociedade (Yazbek, 2000).

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa especialmente a partir dos anos 40, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. Efetivamente, a reorientação da profissão, para atender as novas configurações do desenvolvimento capitalista, exige a qualificação e sistematização de seu espaço sócio-ocupacional, tendo em vista atender às requisições de um Estado que começa a implementar políticas no campo social (Yazbek, 2000, p. 22).

A base ética profissional no Serviço Social se expressa no Projeto Ético-Político disposto a um Código de Ética da profissão, de 1993, e possui em suas bases, “o compromisso com valores ético-políticos emancipadores referidos a conquista da liberdade” (Barroco, 2009, p. 200).

Esta é a base teórica hegemônica que permeia a profissão, no entanto, está longe de ser a única. Encontramos na categoria dos Assistentes Sociais, o risco de perda da direção ideológica crítica, em função de uma onda conservadora que permeia a realidade brasileira.

Não há a intenção de realizar no texto da dissertação um percurso histórico integral dos acontecimentos passados, nem mesmo estamos propondo uma descrição linear dos fatos. O processo do percurso histórico não foi linear, ou seja, não houve um momento apenas do ideário católico, do conservadorismo ou da perspectiva marxista, essas tendências permearam e continuam permeando a profissão. Mas essas questões contribuem para que possamos ter um olhar questionador e crítico da atualidade “que produz um pensar interrogante e estabelecido no espanto, no

estranhamento, em um exercício constante de demolição de evidências” (Lemos; Cardoso, 2009, p. 353).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) apresenta muita similaridade ao Sistema Único de Saúde (SUS), porém, com objetivo de estruturar a política e apoiar a família nas suas funções de proteção, socialização, aprendizagem e desenvolvimento das capacidades humanas; assumindo como pressuposto fundamental que o usuário de seus serviços ou benefícios não pode ser desvinculado do seu contexto familiar e social. Isto é, a política de Assistência Social reconhece que somente é possível tecer uma rede de Proteção Social ao se compreender os determinantes sociais, que colocam a família em uma situação de vulnerabilidade social e acolher integrantes dessa família, num diálogo na busca da superação dessa situação.

É certo que nenhuma profissão é absoluta, assim como o campo social não é privativo de uma única área. É possível que a fecunda interlocução entre as áreas que se ocupam do social, constitua uma estratégia importante para que não se estreitem, nem se cristalizem no interior de seus respectivos conhecimentos.

Portanto, exige-se a disposição de criar conhecimentos desalienantes<sup>21</sup> a respeito da realidade sobre a qual se vai deliberar, no que se refere à vida das pessoas. Exige-se a apreensão da “incompletude institucional”, no entendimento de que somente uma das dimensões, seja ela jurídica, social, cultural ou psicológica, é incapaz de abarcar a totalidade da situação das pessoas atendidas e suas famílias.

O Serviço Social é cercado por múltiplos conhecimentos e cada sujeito, seja trabalhador da política de Assistência Social ou sujeito cidadão de direitos possui o seu saber, por isso a importância de um trabalho direcionado ao coletivo, que considere a práxis como algo elaborado com ele e não para ele.

Segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2007), o exercício profissional é apresentado mediante dimensões, que mantêm entre si uma relação de autonomia e interdependência.

---

<sup>21</sup> A concepção estabelecida contemporaneamente sobre alienação vem da tradição marxista, muito embora tal concepção tenha atualmente uma série de vertentes e variantes. Para a sociologia, o conceito de alienação foi construído por Karl Marx; no dicionário do pensamento marxista alienação se refere a ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos, e – além de, e através de, também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente) (Bottomore, 1988).

A Dimensão Interventiva trata-se do fazer profissional e compreende a intervenção, atuação propriamente dita, de forma a delimitar o campo das tendências teórico metodológico, instrumentalidade, instrumentos técnico-operativos e também as habilidades. É desta dimensão que surge a existência, a materialidade e a concentricidade da profissão. Sugere o exercício da profissão em uma perspectiva crítica, que busque a superação da prática reiterativa e implique em se posicionar ainda com o objetivo de consolidar sua ação profissional em defesa dos direitos sociais, os quais estão previstos na legislação. Esta é uma prática caracterizada como um compromisso com a classe trabalhadora e que propõe um esforço para romper com o conservadorismo, o qual, mesmo com toda luta, ainda está presente na rotina e na postura profissional:

A intervenção engloba também o campo das habilidades profissionais. Essas habilidades são percebidas no modo e na direção que o assistente social dá ao seu exercício profissional. A postura assumida revela, inclusive, a compreensão acerca do protagonismo do usuário no trato interventivo (Torres e Lanza, 2013, p. 203).

A reflexão sobre a direção do exercício profissional e a importância do reconhecimento do protagonismo do usuário e como tal percepção pode contribuir na superação do paternalismo. Fomos nos apropriando do DI, com mais aprofundamento da Análise Institucional e do Materialismo Histórico Dialético (MHD) e fomentando a discussão crítica por atendimentos que de fato promovessem o protagonismo e autonomia dos usuários.

Já a Dimensão Investigativa está relacionada à produção do conhecimento, que propõe elaborar pesquisas que busquem qualificar e dar suporte na concretização da ação interventiva. Ou seja,

É um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social (ABEPSS, 2007, p.67).

A Dimensão Ética põe em prática todas as definições que foram estabelecidas no Código de Ética de 1993, no projeto ético-político e prioriza a forma como os profissionais utilizam o conhecimento, se apropriam dele e o aplicam.

A Dimensão analítica, segundo Torres e Lanza (2013), aponta para o (re)conhecimento do espaço de trabalho pelo técnico, analisando o desenvolvimento ao longo de sua vida profissional, construindo meios que superem a visão simplista e imediatista que muitas vezes podem ser identificadas em alguns profissionais da

categoria. Enquanto a Dimensão Ideopolítica relaciona o exercício profissional ao projeto ético político e à defesa do projeto societário de uma classe social.

Essas múltiplas dimensões são suplementares e buscam favorecer a viabilidade do fazer profissional, além de dar embasamento teórico e argumentativo ao agir profissional. De acordo com a análise da realidade social, somos capazes de intervir, ou seja, conhecer, planejar, executar e analisar ações profissionais.

É importante que nós profissionais entendamos a postura acerca do protagonismo do usuário na intervenção, na superação de qualquer visão de paternalismo, caridade ou benemerência, que mesmo com todo esforço e luta profissional para romper com o conservadorismo, ainda se fazem presentes na postura de alguns profissionais, como se os usuários precisassem ser ouvidos somente por suas queixas e não por suas capacidades de autonomia e decisão. Nos posicionamos a partir de uma percepção e olhar diferenciados, que buscasse utilizar de uma visão para além daquilo que pode ser visto como aparência, um olhar e uma análise que considerasse o contexto, a conjuntura social e política. O esforço contínuo no sentido de pensar e repensar com relação a construção de estratégias de intervenção que estivessem em consonância com aquilo que está sendo buscado pelo sujeito e/ou pela população, já que as contradições permanecem presentes na realidade social e como o profissional irá se posicionar mediante esta demanda é o que o difere dos demais.

Iamamoto explicita algumas das características necessárias ao profissional:

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida da sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (2007, p. 49).

A realidade profissional é apresentada de forma diferente em cada cotidiano de trabalho e exige que o profissional, seja ativo, criativo, propositivo e capaz, não apenas capaz como profissional, mas capaz de analisar o contexto e qual será a abordagem adequada para aquele momento, de que forma deverá agir, ou seja, aplicar seus conhecimentos de um modo coerente.

## 2.2. A LEGITIMAÇÃO DA PROFISSÃO NAS DIMENSÕES: TEÓRICO-METODOLÓGICA, TÉCNICO-OPERATIVA E ÉTICO-POLÍTICA

A legitimação da profissão, nesse contexto, coloca o Serviço Social brasileiro diante da matriz positivista, na perspectiva de ampliação de seus referenciais teóricos para a profissão. Este processo, caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte da teoria social positivista, mostra outro caminho à profissão: o pensamento conservador (Iamamoto, 2007).

Este horizonte da profissão, aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, não aponta para as mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se para ajustes e conservação. As propostas de trabalho se configuram como ajustadoras, focalizam na família a causa do problema; a pobreza é vista como inerente aos indivíduos e suas famílias; estigmatizam o pobre e a pobreza e consideram que a sua condição econômica é reflexo de sua falta de interesse. Produzem uma visão naturalizada dos problemas sociais e do fenômeno da pobreza, tendem a tratar cada problema como uma questão isolada, desconectada da questão social e econômica.

O questionamento a este referencial tem início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este movimento de renovação que surge no Serviço Social e na sociedade latino-americana, impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não – homogêneos e em conformidade com a realidade de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo (Yazbek, 2000, p. 23-24).

No início dos anos 80, sobretudo com Iamamoto (1982), a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão, e o Serviço Social passou a ser reconhecido enquanto “[...] especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo e reprodução das relações sociais” (Iamamoto; Carvalho, 2003, p. 83-84).

Na década de 1980, a profissão passou pelo considerado período de “maioridade intelectual” (Netto, 1991, p.275), com produções consideráveis e frutíferas com relação aos avanços críticos demarcados pela importância das discussões desencadeadas a partir de 1982, sobre a prática de Serviço Social enquanto uma das especializações na divisão social e técnica do trabalho. Os desdobramentos do debate e fomento da visão crítica da sociedade e da profissão possibilitaram discussões sobre a relação entre o saber e o fazer profissional, sua dimensão política e o modo como se relacionavam com o contexto em que estão inseridas.

A ruptura com a visão e a condição do técnico, bem como a procura de inscrição da prática do Serviço Social nos quadros complexos da totalidade social, afirmam o estatuto de um profissional que quer entender sua prática e entender-se na globalidade do processo social. E isso representa um percurso indispensável para não nos tornarmos profissionais cooptados (Iamamoto, 2003, p. 180).

A proposta de desenvolvimento da instrumentalidade do Serviço Social está baseada nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, respaldada em uma construção teórica, política e normativa (Motta, 2003; Iamamoto 2003, 2004; Guerra 2000, 2002, 2007).

Atualmente o projeto hegemônico do Serviço Social, é calçado na perspectiva marxista, com a apropriação de elementos teóricos e políticos que culminaram na negação do conservadorismo e na incorporação de novos referenciais ético-morais.

Tais incorporações se materializaram, por exemplo, na eleição do valor ético-político central do compromisso profissional com a classe trabalhadora e na afirmação e defesa da centralidade do trabalho expressa pela teoria marxista como categoria central na constituição do homem (Barroco, 2009, p. 209).

A dimensão teórico-metodológica não pode ser diminuída a pautas, etapas, procedimentos simplistas do fazer profissional ou a uma aplicação teórica. Diz respeito a um modo de ler, de interpretar, de se relacionar com o ser social. “Uma relação entre o sujeito cognoscente – que busca compreender e desvendar essa sociedade – e o objeto investigado” (Iamamoto, 2003, p.174), ou seja, está empenhada em explicar essa sociedade e os fenômenos que a constituem.

[...] a capacitação teórico-metodológica é que permite uma apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares em seus componentes de objetividade e subjetividade, em suas dimensões econômicas, políticas,

éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam da adoção de uma teoria social crítica (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.152).

A dimensão ético-política possui elementos norteadores vinculados ao Código de Ética Profissional, que possui, como núcleo a liberdade como um valor central “[...] concebida historicamente como possibilidade de escolher entre alternativas concretas” (Netto, 1999, p.104), implicando um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Está vinculada a um projeto societário que pressupõe a construção de uma nova ordem social sem dominação ou exploração de classe, etnia ou gênero, afirmando a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do preconceito, fomentando o pluralismo na sociedade e no exercício profissional.

Já a dimensão técnico-operativa se refere aos elementos técnicos e instrumentais para o desenvolvimento da intervenção. Esses instrumentos são considerados por nós como potencializadores do trabalho e seu uso constantemente aprimorado e questionado,

[...] considera instrumental técnico-operativo como a articulação entre instrumentos e técnicas, pois expressam a conexão entre um elemento ontológico do processo de trabalho (os instrumentos de trabalho) e o seu desdobramento – quantitativamente diferenciado – ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas). Portanto, as técnicas se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de sua adequação às exigências de transformação dos objetos, visando o atendimento das mais variadas necessidades humanas. A técnica pode ser tomada, então, como uma qualidade atribuída ao instrumento para que ele se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto de trabalho (Trindade, 1999, p. 65).

A implicação das dimensões do exercício profissional pelos trabalhadores visa, nesse sentido torná-lo mais que um agente técnico, um profissional atento as finalidades e aos objetivos, bem como aos efeitos e às consequências do seu trabalho. Um profissional técnico, mas também intelectual, capaz de realizar leituras críticas da realidade social e identificar os nexos que constituem os fenômenos.

Considerar a instrumentalidade profissional em sua complexidade, aliada aos pressupostos do DI implica fugir do modelismo, do tecnicismo e do metodologismo, vislumbrando a possibilidade de uma intervenção profissional ainda mais coerente, crítica e consistente à coletividade e à transformação social.

E no momento atual, no ano de 2023, acirrado com o golpe de 2016 no Brasil, vivemos em tempos de crise, em que cresce o desemprego, o subemprego, a violência, e a luta por sobrevivência no campo e na cidade, aumentando a exclusão

social, econômica, política e cultural de mulheres, homens, crianças, adolescentes. E as (os) assistentes sociais são desafiadas (os), ainda mais nesse momento, ao mesmo tempo em que reduz os serviços ofertados e ampliam as necessidades da população.

Observa-se, com base na experiência pessoal, que o Serviço Social, torna-se um depositário de conflitos, das pessoas que são atendidas nos locais de trabalho e no cotidiano da prática profissional. Além do mais, o profissional tem acesso às informações sobre a realidade vivenciada das pessoas em seu cotidiano. Quanto mais pensamos, mais produzimos formas novas de práticas, novas formas de alterar o real, no entanto, para sermos sujeitos dessa prática e dessa história, temos que fazê-la a partir da própria problemática vivida e vivenciada.

### **2.3. O CRAS COMO PALCO DA INTERCESSÃO**

Ao ingressar como trabalhadora no contexto das políticas públicas, em 2018, recém formada, carregava comigo muita insegurança, questionamentos sobre o meu não saber teórico, não saber prático e sobre o meu não lugar: mulher, preta, relativamente jovem, ingressando com meus 27 anos em um espaço de pessoas com alguns ou muitos anos de prática. Os olhares e os atravessamentos quase não eram notados, mas os embates no discurso certamente percebidos, minha presença gerava incômodo, que inicialmente atribuí ao não saber e a insegurança na atuação, as reuniões para discussão de casos causavam mal estar ressoados inclusive no aspecto no físico.

O estabelecimento assistencial CRAS e a função ocupada por nós, como assistente social, seguem os aparatos legais<sup>22</sup>, que regulamentam e direcionam a práxis. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2021) caracteriza o CRAS como a porta de entrada da Assistência Social, uma unidade de atendimento da Proteção Social Básica (PSB), tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de

---

<sup>22</sup> Principais Leis e normativas de base do Serviço Social: Constituição Federal (1988), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), Lei nº 8080 Lei Orgânica da Saúde (1990), Lei nº 11346 Lei Orgânica da Segurança Alimentar e nutricional (LDB, 1996), Lei nº 8069 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1190), Lei nº 11340 Maria da Penha (2006), Lei nº 12435 Sistema Único da Assistência Social (SUAS, 2005), Lei nº 8842 Política Nacional do Idoso (1994), Lei nº 10216 Política Nacional de Saúde Mental (2001), Lei nº 10741 Estatuto do Idoso (2003), Lei nº 8662 Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 13146, Estatuto da Pessoa com deficiência (2015), demais decretos, portarias, cartilhas, orientações técnicas.

potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Considerado como a porta de entrada da Assistência Social, justamente por sua proximidade com a população, os CRAS são estabelecimentos que possibilitam e proporcionam materialidade ao serviço e às ofertas da PSB.

O caderno de Orientações Técnicas do CRAS, publicado em 2009, pelo Governo Federal, propõe que os serviços ofertados sejam refletidos a partir de uma análise e de um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem, incluindo as suas necessidades, potencialidades, a ocorrência das situações de risco e vulnerabilidade social (Brasil, 2009). A análise do estabelecimento de atuação contribuiu para as proposições e decisões começarem a confrontar a hipótese da ignorância desenvolvida por Benelli (2020) e, nos permitisse driblá-la enquanto uma possível figura dos trabalhadores sociais:

Os trabalhadores sociais não sabem o que fazem, pode-se mesmo dizer que são teóricos, sendo que se baseiam em pressupostos altamente conservadores e reacionários, implícitos e não formalizados - posto que não há prática sem teoria -, produzindo efeitos que desconhecem. Mas é possível deduzir uma série de elementos e de referências teóricas que, estando dissolvidos e banalizados na cultura geral, estariam subsidiando suas práticas. [...] A equipe de trabalhadores sociais pode estar centrada em práticas de atuação improvisadas, caseiras e pouco profissionalizadas, estando voltadas para os atendimentos das urgências, das demandas espontâneas e pontuais da população, na perspectiva da moralização do comportamento das famílias pertencentes às classes populares, por meio de uma assistência que incluiria a ajuda e o apoio social como meio de impor uma orientação diretiva e progressiva das condutas supostamente inadequadas (Benelli, 2020, p. 149).

Ainda, em contradição à hipótese da consciência, o objetivo dos trabalhadores consistiria em educar, tratar e curar, assim, “de acordo com essa perspectiva é a de que elas não calculam os efeitos éticos e políticos daquilo que fazem, mas é o que estão fazendo” (Benelli, 2020, p. 155). O discurso exercido por alguns trabalhadores é representa a classe dominante, cujo objetivo se trata de escamotear as conquistas, já estabelecidas ou ainda abafar lutas e discussões com benefícios, que pouco têm de garantia de direitos.

Não estamos deixando de considerar a conjuntura econômica, social, política e cultural, que impõem limites, dificuldades, mas também, possibilidades no cotidiano da prática profissional. Sempre há um espaço para a sugestão de alternativas criadoras são resultantes das contradições presentes na própria dinâmica da vida social.

As alternativas não saem de uma suposta “cartola mágica” do Assistente Social; as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (Iamamoto, 2003, p. 21).

O Assistente Social tem sido historicamente um dos profissionais que implementam as políticas sociais, especialmente as políticas públicas, e essa atuação tem uma relação direta com a população usuária dos serviços. Atualmente, os estabelecimentos exigem um profissional qualificado e além de executar, exige formular e também trabalhar com a gestão da política pública; e para responder a tantos requisitos, exige a ruptura com a atividade meramente burocrática, apenas como o cumprimento de horário e metas a serem cumpridas.

É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (Iamamoto, 2003, p. 21).

Dessa forma, entendemos como necessário problematizar o nosso saber, evidenciar criticamente as ações e as técnicas que estávamos utilizando, em nosso fazer profissional: as legislações, orientações, normas técnicas, resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Ainda em oposição a uma prática de sustentação, docilização e assistencialismo, desejávamos direcionar para uma práxis qualificada, produtora de cidadania, enquanto trabalhadores e operadores da política de Assistência Social, avisados dos nossos limites e precavidos pelas discussões do Modo Capitalista de Produção, frente à luta de classes. Tal problemática incide nas(os) assistentes sociais, como trabalhadoras(res) assalariadas(os), como também mediadoras dos conflitos, no enfrentamento da questão social, propondo medidas que visam equacionar e subverter a demanda para além do plano individual, de forma a incluir a questão social e política.

Mexko (2017) realizou uma análise crítica com relação ao posicionamento dos profissionais, enquanto supridores e os sujeitos usuários dos serviços enquanto carentes e assujeitados, demonstrando a relação como vertical por meio da qual os trabalhadores se posicionam como detentores do poder, do conhecimento, denominando de saber-poder-ajudar, desconsiderando os conhecimentos e

interesses dos sujeitos, assumindo muitas vezes, a posição de objeto de ajuda ao invés de possibilitarem caminhos, para o sujeito usuário possa assumir o protagonismo.

Nesse sentido, o sujeito não é visto como um participante ativo para a resolução de seus impasses, pois, é o trabalhador que supõe poder resolver todas as situações ou sugerir, orientar, direcionar. Segundo Juncá (2012) o profissional acaba sendo visto de maneira superior, criando como consequência um repasse de informações e esclarecimentos à população.

Nesse estudo, o CRAS onde atuamos configura um cenário problemático. Ele está localizado em uma cidade que possui população de 103.035 habitantes, de acordo com o último censo pelo IBGE (2010), com significativa tradição cultural em artesanato, música e teatro, dispendo de quatro CRAS e um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). O primeiro CRAS foi implantado em 2005, o segundo e terceiro em 2006 e o quarto em 2008, contemplando juntos aproximadamente 201 bairros, destes, 28 pertencem ao território de abrangência do CRAS em que atuamos, com uma equipe composta por uma coordenadora (assistente social), duas assistentes sociais, duas psicólogas, um funcionário administrativo e dois guardas mirins para recepção, uma entrevistadora do Cadastro Único (Cadúnico), um servidor de serviços gerais e um motorista.

Os quatro CRAS existentes no município dividiam dois automóveis para as visitas domiciliares, busca ativa e demais atividades para uma demanda de 16.264 total de habitantes: 1131 famílias inscritas no Cadúnico, um cadastro do Governo Federal, que possibilita acesso aos Programas e Benefícios e reúne um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações também são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas, supostamente capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias. O Cadúnico, também é utilizado pelo Governo Federal, para seleção das famílias, para o acesso a programas e serviços, como por exemplo, Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica, Isenção de taxas em concursos públicos, entre outros.

A operacionalidade e a forma de organização do CRAS dependem de uma lógica comunicativa complexa, implica necessariamente a circulação de informações entre os níveis de ação e decisão, a comunicação e a transmissão de informações e, fazem parte da base de atuação, desde as gestões federal, estadual e municipal

decidem, recebem e repassam as informações até a equipe local, essa última considerada como a ponta responsável para que as informações cheguem aos usuários do serviço de forma rápida e coerente.

Sobre a infraestrutura, nosso local de trabalho, evidenciava já na entrada algumas restrições quanto à acessibilidade para pessoas com deficiência, já que o espaço físico ocupado pelo CRAS consistia em um prédio alugado construído para ser uma residência. Possuía no portão de entrada duas placas de identificação já bastante envelhecidas e apagadas, consumidas pelo tempo, pois, são as mesmas desde a inauguração, uma instalada em um braço de ferro, na lateral da parede, outra no portão que dava acesso a rampa da garagem. Por se tratar de uma rampa, pensada para um automóvel, era bastante íngreme e não permitia o trânsito de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A garagem era utilizada como sala de espera e possuía várias cadeiras encostadas na parede, ao centro, um conjunto de mesa e cadeiras infantis e um cesto com lápis de cor, canetinha, giz de cera, além de desenhos impressos, livros e um baú de brinquedos.

Todos os espaços do CRAS eram delicadamente decorados, com cortinas trabalhadas em fuxico<sup>23</sup> produzidas pela comunidade, além de flores de EVA, desenhos pintados à mão, outros trabalhos manuais e várias lembrancinhas das atividades coletivas do SCFV.

A recepção era composta por um computador, três armários de prontuários, um armário de material para uso da equipe, três cadeiras e um grande balcão em formato de L, que quase escondia os trabalhadores, um técnico administrativo e os dois guardas mirins realizavam o acolhimento e a escuta inicial, direcionando os sujeitos, conforme a demanda, para os agendamentos técnicos, inclusão ou atualização de Cadúnico ou orientação sobre programas e benefícios.

Tratava-se de um ambiente receptivo e acolhedor, sem a incômoda placa informando sobre o desacatado ao servidor<sup>24</sup>, que foi substituída pela de boas-vindas, diferente de outros estabelecimentos do município. Pelas paredes e murais, foram espalhados vários cartazes informativos, *folders* e panfletos diversos, que no grande balcão, mesmo organizando regularmente, apresentava um aspecto de bagunça e desorganização.

---

<sup>23</sup> O fuxico é uma técnica artesanal em que há o reaproveitamento de retalhos de tecido. Composto por várias pequenas trouxas de roupa que costuradas dão origem a flores de diferentes cores, o fuxico é uma criativa maneira de compor produtos artesanais. Fonte: da autora.

<sup>24</sup> Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Da recepção o acesso era possível para uma pequena sala multiuso, ocupada por duas grandes mesas e suas doze cadeiras, um computador *desktop* e um armário de materiais das oficinas. Não havia porta dividindo a recepção desta sala, impossibilitando o sigilo e diálogo entre a equipe. Ao lado dela, havia a sala da coordenação, composta por dois grandes armários de documentos, formulários e cartilhas, um computador, uma mesa e três cadeiras.

Do lado direito estava a cozinha, separada por uma divisória improvisada, composta por uma geladeira e um micro-ondas, provenientes de doação. Atravessando a cozinha, há uma pequena área de serviços, considerada um privilégio, já que não havia em nenhum outro CRAS, assim como uma área verde aos fundos, utilizada para uma horta e árvores frutíferas.

Ao lado do corredor interno, na lateral da cozinha, o estabelecimento possuía um banheiro destinado aos usuários do serviço, sem acessibilidade, com uma porta bastante estreita, sem água disponível para lavar as mãos, devido à falta de manutenção da pia.

Seguindo pelo corredor, havia duas salas, a do lado esquerdo utilizada pela entrevistadora do Cadúnico, composta por um armário novo, três mesas e três cadeiras novas, uma impressora colorida e um computador *desktop* com *mousepad* ergonômico, apoio para os pés, lixeira, grampeadores, canetas, maletas, pastas, entre outros materiais, que muitos de nós nunca veremos, pois como o Cadúnico não pertencia à Secretaria de Assistência Social, mas sim ao Gabinete do município, os materiais e equipamentos utilizados eram diferentes do restante da equipe.

Já a segunda sala, utilizada como sala técnica, possuía três grandes mesas, um único computador *desktop* e um banheiro, escolhido pela equipe para uso exclusivo das trabalhadoras. Na rotina diária, o uso da sala técnica me parece caótico, nos primeiros meses de intercessão éramos em duas e ao final, com as reposições solicitadas pela coordenação, chegamos a ser quatro trabalhadoras, duas assistentes sociais e duas psicólogas. O espaço físico destinado à sala técnica era pequeno, mas extremamente limpo e organizado, já que também nos servia como sala de atendimento, pois não contávamos com espaço exclusivo para isto, bem como não dispúnhamos no CRAS de salas para as atividades coletivas do SCFV, que eram realizadas no Núcleo, um outro prédio localizado em endereço distinto do CRAS. O CRAS e o Núcleo do CRAS, guardavam entre si uma distância de aproximadamente um km, com muitas diferenças, já que o núcleo tratava-se de um espaço amplo, com

salas de grande porte e espaço de cultivo de hortaliças, utilizado pela população como horta comunitária, além de atividades como oficina culinária, artesanato e capoeira executadas por voluntários da comunidade, aulas de danças urbanas e danças contemporâneas em parceria com a secretaria de cultura do município, zumba em parceria com a secretaria de esporte, ginástica funcional e *skate* ofertados por uma Organização da Sociedade Civil (OSC).

Com uma pintura antiga e sem placa de identificação, o local era frequentado diariamente pelas famílias em acompanhamento pelo CRAS ou não, já que as atividades eram abertas à comunidade. O acompanhamento sistemático ofertado era parte do PAIF e consistia em um conjunto de procedimentos realizados, com o objetivo de contribuir para a ressignificação dos laços familiares, propor um espaço de vivência e convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de aporte na vida social das famílias.

Conforme a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Assistência Social faz parte do Tripé da Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social), de caráter não contributivo e é destinada a quem dela necessitar<sup>25</sup>. O fortalecimento dos vínculos familiares, a defesa e promoção do direito à convivência familiar e comunitária são as finalidades da Política Nacional da Assistência Social (PNAS).

No contexto adverso, político, econômico e sanitário da pandemia, surgiu um grande desafio profissional a nós potencializado e, foi necessário reposicionar nossa atuação, abandonar práticas automáticas e sem reflexão. Percebemos a importância da cautela e atenção nos atendimentos e fornecimento de benefícios eventuais (BE), já que, as ofertas propostas em forma de BE, ainda que possibilitem o acesso às garantias imediatas, sinalizam a necessidade de colocar as dimensões profissionais em movimento, estabelecendo uma relação problematizadora entre a teoria e a

---

<sup>25</sup> A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) define e objetiva: “[...] Art. 1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Art. 2º A Assistência Social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção, de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Parágrafo único. A Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (Brasil, 1993).

prática, reconstruindo ações de acordo com a realidade social e considerando as singularidades de cada território.

O CRAS é responsável por identificar as dificuldades apresentadas pela família em seu ambiente, organizando as informações, planejando estratégias de elaboração e de execução das políticas. Um constante traduzir e transcrever normas e operações técnicas às vivências familiares e comunitárias, proporcionando aos sujeitos a compreensão sobre o acesso a seus direitos, uma atuação antecipada à ocorrência dos riscos e vulnerabilidades sociais.

Durante o processo da intercessão-pesquisa, no primeiro momento, constituído pela intercessão propriamente dita, tempo em campo, em contato direto com os sujeitos usuários do serviço e com os demais trabalhadores, me percebo atropelada por ações rotineiras, mecanizadas, discursos prontos e mal formulados no sentido da garantia de direitos, precipitados por publicações em mídias sociais, divulgando sobre o benefício eventual, sem a possibilidade de estruturar, planejar e qualificar os atendimentos.

Após esta breve apresentação dos aspectos físicos do estabelecimento, consideramos oportuno enfatizar que, para a elaboração da nossa intercessão-pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico das produções já disponíveis que se utilizaram do DI, bem como das obras de autores fundamentais constituintes das bases epistemológicas, principalmente, Marx, Freud, Lacan, Lourau, Foucault, Deleuze e Guattari e após doze meses de intensa dedicação às resenhas, leituras e resumos, tomados pela complexidade teórica e das práticas vivenciadas em ato, retornamos à academia como aluna especial em uma Universidade do município nas disciplinas de Psicologia Institucional, Clínica Psicanalítica e Teorias Psicanalíticas I e II - Freud e Lacan.

Tratamos também de revisitar os documentos oficiais, leis, portarias, resoluções técnicas, cadernos de orientação do PAIF, tipificação dos serviços socioassistenciais, entre outros, articulando as leituras com nossa práxis do campo da Assistência Social e buscando uma visão mais crítica e problematizadora, permeados aos discursos e análises do diário de intercessão.

Para Lourau (1993), não há possibilidade de efetuar uma análise neutra e apolítica de qualquer instituição. A implicação da denúncia daquilo que a instituição produz em nós é frequentemente efeito de uma produção coletiva, de valores, interesses, expectativas, desejos e crenças imbricados nas relações. Por isso, é

importante considerar a complexidade, discutir sobre os problemas, examinar o que o campo produz em nós e observar o plano de forças componentes da realidade, ora operando em prol do que já está estabelecido, ora operando a favor de agenciamentos produtivos.

A construção de uma atuação avisada e consciente criticamente, transpõe o instituinte<sup>26</sup>, como parte de um processo dinâmico e em movimento, enquanto o instituído trata-se de algo estável, estabilizado, cumpre um papel histórico importante, como os marcos legais que embasam a práxis, as normas, os hábitos de vida, regras e padrões que regulam a vida em sociedade. Contudo, para que os instituídos sejam funcionais, eles têm de estar acompanhando a transformação da vida social e, portanto, abertos ao instituinte, como atividade revolucionária, criativa e transformadora (Barembliitt, 1992).

A linguagem, as relações de parentesco, a religião, o Estado, a educação, a justiça e a saúde, dentre muitas outras, são exemplos de instituições

Instituições são árvores de decisões lógicas que regulam as atividades humanas, indicando o que é proibido, o que é permitido e o que é indiferente. Segundo seu grau de objetivação, podem estar expressas em leis, princípios ou fundamentos, em normas ou pautas (Barembliitt, 1992, p. 177).

Para que uma instituição realize concretamente a função regulamentadora, ela se materializa em organizações e estabelecimentos, exemplificando, o CRAS eventualmente assume um lugar muito específico de vigilância e permanente controle dos corpos, sofisticado por tecnologias como celular, *internet*, planilhas e registros de atendimento. A exemplo do atendimento e avaliação para o fornecimento de BE, como cesta básica, realizávamos uma análise baseada nos atendimentos anteriores, desconsiderando parcialmente a singularidade de cada atendimento e de cada sujeito, aqueles acima de duas faltas eram colocados em lista de espera, para que pudessemos atender àqueles que nunca haviam faltado, ou seja, eram criados critérios profissionais seletivos para o recebimento de um direito, excluindo ainda mais, a população dos serviços ofertados.

A avaliação referente a cesta básica tem sido na minha perspectiva meramente administrativa, as perguntas seguem sempre as mesmas: composição familiar, renda, gastos e última solicitação de cesta básica no

---

<sup>26</sup> Para Felicio e Benelli (2014, p. 27), o instituído e o instituinte “constituem o movimento histórico da sociedade, sendo o instituído o parâmetro de permanência e o instituinte, o indicador do movimento de transformação constante da sociedade em direção a novos estados sociais”. Portanto, não é correto pensar que o instituinte é adequado e o instituído é o inadequado, já que a vida e a práxis são processos de constante mutação.

CRAS, **mas a orientação é não negar!!!** Pensando em nosso papel técnico e nossa atribuição de fato, tenho “descumprido” a ordem vigente e me dedicado ao grupo dos idosos (SCFV) (Diário de intercessão, 2021).

Trata-se, de um fiscal do governo, criando mais mecanismos reguladores, com o principal objetivo excluir e manter excluído o máximo possível de demandantes da proteção do Estado para aliviar as despesas governamentais (Pereira-Pereira, 2011).

Veremos que com um mínimo de provisão social espera-se, quase sempre, que os beneficiários dessa provisão deem o melhor de si e cumpram exemplarmente seus deveres, obrigações e responsabilidades. [...] Dos pobres, portanto, exige-se, sistematicamente, o máximo de trabalho, de força de vontade, de eficiência, de prontidão laboral e de conduta exemplar, até quando não contam com o tal mínimo de proteção como direito devido. É que, diferentemente do rico, o pobre tem que “andar na linha” e aceitar qualquer oferta de serviço e remuneração, pois sua condição de pobreza continua sendo vista como um problema moral e individual e, conseqüentemente, como um sinal de fraqueza pessoal que deverá ser condenada (Pereira-Pereira, 2011, p. 34).

A partir dos estudos e da aproximação com os conceitos de Foucault, particularmente da normalização disciplinar, tão logo, aprofundamos as análises das faltas e, constatamos que nossa prática estava em descompasso ao nosso compromisso de proteção social, conforme trecho retirado do diário de intercessão:

Realizei pela manhã o contato telefônico com o Conselho Tutelar, sobre uma família que estou iniciando o acompanhamento familiar. A conselheira me informa sobre a negligência **da mãe**, já que está levando as crianças para trabalhar na coleta de materiais recicláveis. A residência, segundo a colega não possuía condições de higiene e um boletim de ocorrência com relação a 14 cachorros. Coloca que **a mãe** (sempre se referindo a ela desta forma, nunca pelo nome) estaria escondendo 15 cestas básicas em sua casa, alimentos com bicho e já estragados. Discordo dos argumentos da colega e comento sobre as possibilidades da Sra. Cleusa<sup>27</sup>, **enquanto mãe**. Mas a conselheira insiste, continua, refere que irá pedir o acolhimento das crianças com vistas a garantir a segurança delas. Relata que conhece a família “de outros carnavais” e que já viu muito essa mãe na praça em uso de drogas e/ou prostituição (tais fatos teriam ocorrido há pelo menos 10 anos). Solicito a emissão de um relatório informativo ao CRAS, constando o que me havia relatado e explico sobre a possibilidade do benefício de aluguel social e peço algumas semanas, antes do acolhimento, considerando que não havia, até a presente data nenhum tipo de acompanhamento no CRAS. A conselheira diz que para a segurança das crianças, não é possível aguardar. Que a habitação não é a única questão, refere a Sra. Cleusa como “negligente, descuidada, relaxada e esperta” (Diário de intercessão, 2021).

## 2.4. O TERRITÓRIO DA INTERCESSÃO E SUAS SINGULARIDADES

---

<sup>27</sup> Nome fictício.

O CRAS deve localizar-se em áreas que concentram situações de vulnerabilidade e risco social, conforme as orientações da PNAS (Brasil, 2004), porém, considerando as dificuldades e desafios quanto a mensuração desse público

A NOB-SUAS admite que os CRAS sejam instalados, prioritariamente, em territórios com maior concentração de famílias com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, uma vez que as vulnerabilidades sociais podem ser agravadas pela situação de empobrecimento das famílias. Em geral, territórios com concentração de famílias pobres são mais vulneráveis pois, desprovidos de serviços, o que evidencia a necessidade de uma maior atenção do Estado (Brasil, 2006, p. 34).

O CRAS tem como objetivo estimular as potencialidades das famílias e da comunidade, bem como promover espaços coletivos de escuta e troca de vivências. Com a pandemia (COVID-19), as ações de caráter coletivo e as visitas domiciliares foram suspensas, enquanto os atendimentos e acompanhamentos foram realizados pelo telefone, entre 2020 e 2021, sendo retomados gradativamente em 2022.

O estabelecimento da Assistência Social CRAS em que atuamos, atendia um conjunto de 28 bairros, denominado como território, dos quais tomamos três para apresentar uma breve descrição, cuja análise contribui na apresentação e materialização ao leitor sobre o campo da intercessão-pesquisa.

No bairro um as vulnerabilidades identificadas eram mais expressivas, com relação aos atendimentos como demanda espontânea, por exemplo, com solicitações do benefício eventual de cesta básica, o bairro continha a maior quantidade de inscrições no CadÚnico, além de um alto índice de violência contra idosos e contra mulher, segundo os dados fornecidos pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). O bairro é subdividido em duas regiões, separadas pela rodovia Raposo Tavares, essa situação geográfica dificulta o acesso dos usuários ao serviço. Quanto às potencialidades, é o bairro que mais possui ofertas de serviços públicos na área da educação, já que era atendido por duas escolas de ensino fundamental e duas de educação infantil. Ainda, há vários comércios locais e algumas grandes empresas, não conta com associação de bairro, porém, apresenta espaços coletivos potentes e fortalecidos das igrejas católica e evangélica.

No bairro dois, trabalhamos com um número mais expressivo de casos de violência contra crianças e adolescentes, pontos de tráfico de drogas e exploração sexual. Em relação às potencialidades, é um bairro com extensão territorial pequena, comparado aos demais territórios. É composto pela Unidade de Saúde da Família I (USF I), dois conjuntos habitacionais com quatro praças distribuídas entre eles, possui

também pequenos comércios locais e algumas casas com piscina para aluguel de final de semana, além de uma escola de ensino fundamental. Possui um número significativo de líderes comunitários fortalecidos entre si, atuantes e parceiros do CRAS.

Já no bairro três, identificamos o maior índice de pessoas idosas no território e o segundo maior bairro com inscrições no Cadúnico. É o segundo maior em registro de atendimento, no que se refere à demanda espontânea e ao fornecimento de cestas básicas. O bairro também é subdividido pela rodovia Raposo Tavares, separando-o na primeira e segunda sessão. Como potencialidades, identificamos um número expressivo de estabelecimentos da rede de serviços de educação, contando com três escolas, sendo uma de ensino fundamental e duas creches; saúde, com a presença da Unidade de Atenção Básica de Saúde (UBS). O bairro três está com a comunidade fortalecida, por se tratar de um bairro mais antigo e possui associação do bairro e algumas lideranças com significativa atuação comunitária, sem vínculo com o CRAS. O comércio local é composto pelo *Shopping*, um supermercado de grande porte e quanto ao lazer contava com o clube Atlético, bem como quatro praças públicas.

Na execução dos trabalhos, a relação de saber e poder nem sempre são visíveis ou materializadas. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) frequentemente aciona estratégias de gerenciamento da conduta, onde os sujeitos se constituem nas relações de poder. Todavia, o poder não é exercido somente pelos chamados poderes de Estado, mas também pelas práticas disciplinares das diferentes instituições que produzem os sujeitos, direcionam e delimitam suas condutas (Foucault, 1979).

As demandas e solicitações dos usuários do CRAS que atendemos podem ser escamoteadas pelas ofertas do estabelecimento, o discurso do capitalista e do 'material', caracterizado pela oferta de serviços e benefícios já mapeados pelos trabalhadores e um caminho a ser percorrido que formalizasse ao final do atendimento o registro em prontuário com as informações pré-estabelecidas sobre a composição familiar, se a família já possuía o Cadúnico e se estava atualizado<sup>28</sup>, quais os Programas ou Benefícios a família já estava inserida ou se poderia ser incluída.

A rotina e a agenda de atendimentos, frequentemente cheia, exigia de nós a execução dos atendimentos com um percurso quase mecânico, do reconhecimento

---

<sup>28</sup> O Cadúnico precisa ser atualizado a cada 2 anos ou caso haja alguma mudança de endereço, renda ou composição familiar.

das famílias e ofertas a elas, de suas vulnerabilidades e suas potencialidades. O trabalho era organizado por uma agenda disposta na rede de computadores e disponível a todos os trabalhadores simultaneamente.

No meu caso, os atendimentos individuais para solicitação de cesta básica aconteciam na segunda-feira; na terça-feira eram realizadas as visitas domiciliares, provenientes de encaminhamentos da rede socioassistencial, para acompanhamento familiar e busca ativa; na quarta-feira, eram realizados os acompanhamentos familiares em grupo PAIF; na quinta-feira o grupo do SCFV específico para idosos; as reuniões de equipe aconteciam na sexta-feira de manhã com o CRAS fechado.

Não pretendemos aqui, invalidar o princípio da universalidade, posta pelas políticas públicas, mas sim discutir sobre a efetivação de direitos, de protagonismos, de empoderamento e de atendimentos mais singularizantes propriamente ditos.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estrutura-se buscando apoiar a família nas suas funções de proteção, socialização, aprendizagem e desenvolvimento das capacidades humanas, assumindo como pressuposto fundamental que o usuário de seus serviços ou benefícios não pode ser desvinculado do seu contexto familiar e social. Isto é, a política de Assistência Social reconhece que somente é possível tecer uma rede de Proteção Social quando compreendermos os determinantes sociais que colocam a família em uma situação de vulnerabilidade social e, acolher os integrantes dessas famílias num diálogo crítico, discutindo sobre a vulnerabilidade como fruto de uma construção histórica e perversa, que não considera o processo acentuado de exclusão, discriminação, enfraquecimento de indivíduos ou grupos.

Realizamos junto à equipe de trabalhadores do CRAS um estudo sobre o território, onde atuamos, para a elaboração do planejamento anual, como uma das diretrizes propostas pela equipe de gestão, mas de modo avisado e informado, pelos pressupostos do DI, buscamos o direcionamento em um campo de análise crítica e atenta, já que não estávamos dispostos a tornar a atuação do CRAS como modo de controle e gerenciamento das pessoas e de suas condutas.

Donzelot (1986), ao analisar, na França, o surgimento do campo social como um foco de preocupação do Estado, discutia sobre uma possível tendência, iniciada no século XIX, de se governar indivíduos e famílias a partir de um polo assistencial filantropo, no qual, através dos bons conselhos, tornaria os indivíduos autônomos e economicamente moralizados.

Foi preciso operar nas brechas, ocupar os espaços de discussão para propor estudo, pesquisas e leituras, de um modo que pudéssemos tomar o território e o sujeito de um modo mais complexo, atento e cauteloso, rompendo com a visão estigmatizante de pobre carente, embasados pela Educação Popular de Paulo Freire e a luta paradigmática elaborada por Benelli; Costa-Rosa (2012), propor um plano de atuação crítico e consciente com vistas à promoção da transformação social com os sujeitos de direitos, em consonância com o Paradigma do Sujeito Cidadão (Benelli; Costa-Rosa, 2012).

O foco da proteção social está na família, na NOB-SUAS, consta “[...] não existe família enquanto modelo idealizado e sim famílias resultantes de uma pluralidade de arranjos e rearranjos estabelecidos pelos integrantes dessas famílias” (Brasil, 2005; 2006).

O trânsito da abordagem do indivíduo para a família, no sentido de romper com a perspectiva de tomar o indivíduo isolado de suas relações sociais, foi um avanço, no contexto das políticas sociais. No entanto, há riscos de reforço de culpabilizar as famílias “[...] desestruturadas e incapazes de aproveitar as oportunidades que lhe são oferecidas pela sociedade (e também pelo Estado) para resolverem seus problemas com seus próprios recursos” (Pereira-Pereira, 2011, p.79).

Observamos avanços teóricos, mas muitas vezes, é mantido o forte caráter moralista e disciplinador de intervenção nas formas de pensar as famílias no SUAS. “Apesar dos arranjos e composições familiares, permanecem os velhos padrões e expectativas da família burguesa quanto ao seu funcionamento e desempenho de papéis paterno e materno” (Pereira-Pereira, 2011, p. 78).

## **2.5. MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR: CENTRALIDADE OU CULPABILIZAÇÃO?**

O percurso histórico do Serviço Social é permeado por lutas, movimentos sociais, reivindicações e mesmo com os avanços e as críticas já bem desenvolvidas no campo da garantia dos direitos sociais, nossa práxis, eventualmente, localizava-se na compreensão de que a família correspondia, automaticamente, ao campo de atuação da mulher, uma sobrecarga de trabalho não pago, não considerado, não percebido e o mercado de trabalho formal, como uma responsabilidade do homem como provedor.

A proteção social no Brasil configurou-se ao longo da história por um caráter familista, que “tende a reforçar os papéis tradicionais de homens e mulheres na esfera doméstica e condicionar a posição de homens e mulheres no mercado de trabalho” (Mioto, 2009, p. 140), em que a família tem fundamental responsabilidade na provisão social e garantia de bem-estar dos seus membros, principalmente por meio do cuidado e trabalho doméstico exercido pelas mulheres (Teixeira, 2013). Tal compreensão da situação da família, deve incluir o cenário social brasileiro mais amplo, o contexto da cidade e também suas determinações pelas estruturas geracionais e de gênero presentes. Os conflitos e desigualdades vivenciadas, no âmbito familiar, devem ser analisados e trabalhados a partir da diferenciada distribuição de poder e responsabilidade entre seus membros (Detoni, 2017).

A Constituição Federal (Brasil, 1988) em seu artigo 226, declara que a “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, tratando da importância da família no contexto social, nas relações e na garantia de direitos e a Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004), o foco de proteção social está na família, e não mais tomar o indivíduo isolado de suas relações sociais, ou seja, a matricialidade sociofamiliar e anuncia sobre as mudanças nas formas de composição e no papel das famílias.

[...] faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de Assistência Social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso (Brasil, 2004, p.41).

A política de Assistência Social direciona para que a proteção social seja destinada à toda a família e não apenas ao sujeito que busca pelo atendimento, por exemplo, entendendo a família como um espaço privilegiado de atuação

A matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de **todas** as ações e serviços da política de assistência social (Brasil, 2004, p. 40, grifo nosso).

Ao problematizar a centralidade da família nas políticas públicas, pretendo analisar as formas de proteção apresentadas pelo Estado e conduzidas por nós para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) coloca em suas diretrizes a: “Centralidade na família para

concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” e referenda essa lógica em seus objetivos ao “Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária” (Brasil, 2004, p.33).

Já a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (Brasil, 2006, p. 89) pontua “para a proteção social o princípio de matricialidade sociofamiliar” considerando que “a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social”.

Moraes (2018) discute sobre o papel da família e quais as suas funções no contexto capitalista, no desenvolvimento das forças produtivas. Como garantir a produção física e social dos indivíduos, que futuramente irão compor a força de trabalho, assegurar a manutenção dos filhos dentro da família, com vistas a evitar os custos à criação das crianças seja do Estado ou da comunidade, criar nos indivíduos uma consciência não crítica, mas que aceite a dinâmica do processo e a divisão do trabalho e também garantir, que no seio familiar se produza indivíduos aptos ao consumo.

Percebemos que os recursos familiares têm sido utilizados por nós, nos últimos anos, para suprir o déficit de proteção social na sociedade atual. Segundo Pereira,

a instituição familiar sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social [...] os governos brasileiros sempre se beneficiaram da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros (Pereira, 2006, p.29).

Problematizar sobre os direitos de cidadania, as relações de poder na sociedade de classes e o modo de produção capitalista, pode ser um caminho possível, para tratar sobre os efeitos produzidos na proteção social e responde à nossa preocupação: ações de culpabilização das famílias, bem como, aos posicionamentos profissionais de incitação à dependência.

Os laços familiares, suas interfaces e seu caráter político, fazem da família um tema singular, como espaço de relacionamento complexo e, pode representar um lugar de afeto, sentimento de pertencimento, solidariedade e forma primeira de socialização, mas também pode se constituir em um espaço permeado por conflitos, hierarquias, autoridade, dominação, domesticação e faltas.

As famílias consideradas desestruturadas (Donzelot, 1986) são aquelas com traços dominantes de instabilidade profissional, imoralidade e falta de cuidados

higiênicos. A ideia de cuidado com as famílias pobres e desestruturadas, vem de um movimento histórico característico das famílias patriarcais, estas prestavam assistência às famílias dos operários, a partir do discurso filantrópico e assistencialista.

As definições assumidas no CRAS, refletem as posições políticas, as normas institucionais e expressam as relações de poder vigentes na sociedade. De acordo com Miguel e Biroli (2014), a família tem sido um campo de reflexão teórica e prática, incidem diretamente em sua definição, e essas disputas podem ser percebidas nos dogmas religiosos, nos meios midiáticos, entre outros dispositivos, que perpetuam a forma como a família é vista: visão idealizada de eixo nuclear e heterossexual, confrontados pelos movimentos sociais feministas, LGBTQIAP+, entre outros, evidenciam a construção e o reconhecimento de múltiplos arranjos familiares, mais próximos de nossa atuação e do posicionamento de uma trabalhadora-intercessora.

A participação da família nas relações de proteção social, sofreu um deslocamento durante o percurso histórico, o que influencia as formas de proteção e estratégias de atuação no CRAS, a partir dos aprofundamentos teóricos e inserção no estabelecimento institucional de Assistência Social, em que atuamos, nos parece interessante problematizar essa transição de responsabilidades e papéis carrega intenções, pois, se antes a família, especialmente a mulher, era responsável pelos cuidados aos dependentes e na reprodução de atividades domésticas não remuneradas, passa a ser centralidade nas políticas públicas (saúde, educação e Assistência Social).

Outro elemento determinante no desenvolvimento de serviços, destinados às famílias, é o reconhecimento de que cada uma delas possui características, identidades culturais, interesses, necessidades e potencialidades distintas e sua composição pode apontar demandas específicas: famílias com crianças pequenas demandam atenções diferenciadas daquelas destinadas às famílias com pessoas com deficiência, por exemplo.

À vista disso, o atendimento à família deve ser planejado a partir do conhecimento das necessidades e expectativas específicas dos seus membros, de sua singularidade, em especial, de acordo com a forma como esse grupo se organiza, se a família é monoparental, extensa, como se apresentam os determinantes sociais, culturais, raciais e de gênero enquanto cenário de atuação e prática.

Patto (1992) discute sobre a relação entre a escola e as crianças pobres e analisa alguns fatores determinantes, associados a má qualidade do ensino público, principalmente às famílias pobres. A autora demonstra a origem histórica do que conhecemos como “fracasso escolar” dos pobres, nomeado com frequência de preguiça, vadiagem, má vontade, “família desestruturada” e muitos outros termos pejorativos e estigmatizantes utilizados pela própria família, pela comunidade e pelos profissionais da educação, da Assistência Social, da saúde.

Dada a natureza do discurso oficial sobre as vicissitudes da escolaridade das crianças pobres, não é de estranhar que uma concepção de “ser humano” em termos de “aptos” e “inaptos” estructure a prática de professores e técnicos escolares. A maneira preconceituosa e negativa como se referem a seus alunos tem sido registrada repetidas vezes pela pesquisa educacional nos últimos anos: “burros”, “preguiçosos”, “imaturos”, “nervosos”, “baderneiros”, “agressivos”, “deficientes”, “sem raciocínio”, “lentos”, “apáticos” são expressões dos educadores, porta-vozes, no âmbito da escola, de preconceitos e estereótipos seculares na cultura brasileira (Patto, 1992, p.113).

Ademais, Souza (2018), contribui com argumentos importantes à discussão sobre a relação entre a escola e a família, pois considera esta relação inclua entraves, pois, o que para a escola pode representar um problema, um conflito, o mesmo fato, dentro do grupo familiar pode ser considerado algo habitual ou naturalizado.

O conceito de familismo surge no Brasil como elemento estruturante da política social na formação sócio-histórico brasileira

Assim, a família constituiu-se como espaço estratégico, por meio do qual se pode universalizar novos valores sociais, buscando formar indivíduos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade e da pátria. Assim, o Estado passa a ter maior importância que a família, porém um Estado apropriado pela família burguesa e ordenador das famílias trabalhadoras. Nesse sentido, merece destaque o papel articulador do Estado que, segundo Osório (2014), é a única instituição moderna com capacidade de fazer com que interesses particulares possam parecer de toda a sociedade. Uma instituição que sintetiza costumes, valores e ainda projeta rumos e metas para toda a sociedade. Em continuação, afirma que o Estado se constitui como centro de poder político que atua essencialmente como articulador da produção e reprodução da sociedade, seja no campo material, social, político e ideológico. Nesse processo a família é central tanto para a reprodução material da classe trabalhadora como para a reprodução dos valores e da ideologia burguesa (Miotto, 2009, p. 812).

No Brasil, a centralidade na família em políticas e programas sociais, foi intensificada notadamente a partir dos anos 2000 e pode ser exemplificada pelo Programa Bolsa Família, que prioriza a família, como unidade de intervenção voltada ao combate à pobreza, mediante estratégia de transferência de renda condicionada, em que prioritariamente a inclusão no CadÚnico seja realizado com a referência

familiar na mulher, para acesso a possíveis programas e benefícios, ou seja, uma valorização da família como *locus* privilegiado de superação das sequelas da questão social, diante de um Estado que não tem priorizado os gastos com a seguridade social e pouco tem implementado, em termos de política social, estratégias de superação das desigualdades sociais (Carloto; Mariano, 2010).

Em um dos acompanhamentos familiares, relatados no diário de intercessão, realizei uma reflexão sobre uma família, passando por acolhimento institucional de filhos, a chamaremos de Tereza<sup>29</sup>, cujos filhos foram acolhidos por acompanharem a mãe durante a coleta de materiais recicláveis pelas ruas. Durante um atendimento, ela me faz a seguinte pergunta: “Eu deveria deixar as crianças em casa?”.

Tereza, preta, responsável por quatro filhos, sem renda, estava morando em um prédio insalubre, ocupado ilegalmente, sem acesso à água e luz, sem portas e janelas e conseqüentemente, sem segurança, com expressivas rachaduras na parede. Em uma das visitas, nossa conversa foi interrompida pelo trânsito de um escorpião pela cozinha. Quando retornei ao CRAS, para a construção relatório de acompanhamento familiar, a ser encaminhado ao judiciário<sup>30</sup>, muitos incômodos reverberavam em nós, a exemplo do modo como os documentos oficiais da PNAS tratam a família, como eixo de suas ações e a consideram “um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados para seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” (Brasil, 2005, p.41). Carregamos a reflexão para uma qualificação da práxis, sobre o que teria o Estado a ofertar como proposta, de garantia e proteção à família da mãe Tereza, já que não havíamos até o momento esgotado as ofertas da rede socioassistencial e, ainda assim as crianças haviam sido encaminhadas para acolhimento institucional.

Enquanto executores da política de Assistência e agentes da práxis nos sentimos carentes de um saber concreto, formalizando os direitos à Tereza, a qual não havia acessado, até então. O incômodo pelas pressões, eram realizadas tanto pela equipe do Judiciário e as solicitações de relatórios de acompanhamento com prazos extremamente curtos, como também pelo órgão gestor e coordenação do estabelecimento, propusemos refletir sobre este caso específico, recorrendo às leituras e discussões realizadas com os colegas de trabalho e em grupo de pesquisa.

---

<sup>29</sup> Nome fictício.

<sup>30</sup> O judiciário do município em questão realiza solicitação de relatórios periódicos sobre as famílias com crianças acolhidas, em grave risco de acolhimento ou desacolhidas.

Considerando a imersão teórica, constatamos nesse contexto que o PAIF inova ao materializar a centralidade do Estado, no atendimento e acompanhamento das famílias, de modo proativo, protetivo, preventivo e territorializado, assegurando o acesso a direitos e a melhoria da qualidade de vida. Refletir e problematizar sobre o trabalho social com famílias, no âmbito do PAIF, não é fazer apelo para a ideologia de culpabilização ou de responsabilização natural de seus atores, mas ao contrário, reafirmar a adoção das ações de caráter estatal, destinadas à sua proteção social, previstas constitucionalmente no art. 203, I, e no art. 226 caput e § 8º, como dever do Estado junto às famílias, no âmbito da política de Assistência Social, assim como o reconhecimento da equipe de referência do CRAS enquanto viabilizadora de direitos e do exercício da cidadania.

A inquietação gerada pela práxis, nos mobilizou a reflexão e contextualização sobre a percepção da utilização do conceito de negligência, de uma maneira genérica e inadvertida e que desconsiderava a questão social. Observamos nas intervenções, o uso recorrente e viciado do termo negligência pelos profissionais, com cunho moralista, para designar diversas situações de desproteção em relação as pessoas, em relação as famílias. Assunto esse que será abordado no próximo tópico.

## **2.6. O CONCEITO DE NEGLIGÊNCIA E AS SUAS ARMADILHAS ÀS MULHERES POBRES E PRETAS**

*A política não se situa no polo oposto ao de nossa vida. Desejemos ou não, ela permeia nossa existência, insinuando-se nos espaços mais íntimos.*  
(DAVIS, 2017, p.53)

Berberian (2013) expressa um promissor debate sobre o conceito de negligência, seu uso, atribuição e seus efeitos nos ajuda a problematizar nossa práxis, de um modo mais consciente. Conforme dicionário brasileiro de Língua Portuguesa, negligência trata-se:

Falta de cuidado, de aplicação, de exatidão, de interesse, de atenção; desleixo, descuido. Falta de atenção; descuido, displicência, desatenção, desmazelo, preguiça. Ausência de motivação, de disposição, de interesse e de vigor; indolência. [Jurídico] Falta não intencional da pessoa que se omitiu no cumprimento de um ato que lhe foi atribuído. Etimologia (origem da palavra *negligência*). A palavra negligência deriva do latim "negligentia.ae", com o sentido de descuido, indiferença. Negligência é sinônimo de: preguiça, incúria, inadvertência, imprevidência, descuido, desmazelo, desleixo, desatenção, displicência, indolência (Michaelis, 2023).

O conceito em si é utilizado em muitas áreas do conhecimento, como Direito, Psicologia, Medicina, Educação, a Assistência Social, entre outras, e carrega um sentido amplo, composto por conteúdos valorativos negativos e revelando um perfil estereotipado e preconceituoso sobre o outro.

Berberian identificou em seus estudos, dois modos de abordagens profissionais: o primeiro, trata-se de uma visão estigmatizante, preconceituosa e intencionalmente moralizante “no campo da culpabilização dos sujeitos; do fatalismo e da crença de um “ciclo da pobreza” (2013, p.95), desconsiderando as condições de vida real e material dos sujeitos, em oposição ao segundo modo, que parte “de uma perspectiva mais crítica, alinhada com o reconhecimento das múltiplas mediações expressas nessas avaliações” (Berberian, 2013, p. 99), consideravam o sujeito em sua complexidade, as reais condições de moradia, alimentação, acesso à rede de serviços, saúde, educação, lazer, esportes, entre outros.

Não localizamos durante a intercessão-pesquisa, critérios bem definidos ou estruturados para o uso do conceito de negligência pelos profissionais da Assistência Social, ainda que o termo tenha aparecido com muita frequência em encaminhamentos realizados por outros estabelecimentos como Conselho Tutelar, CREAS, escolas. O termo negligência, não se sustentava, frequentemente utilizado pelos trabalhadores de modo genérico e vinculado a outros termos como “família em situação de vulnerabilidade social”, “família em risco social” e mesmo em encaminhamentos realizados pelo CRAS, como referência ao CREAS.

Inserimos a problematização apresentada por Berberian, como uma possibilidade de superação e subversão do conceito de “negligência” pelo de “desproteção”

[...] ratificamos a sugestão de utilização por parte do Serviço Social do termo “*desproteção*” em substituição ao de *negligência*, uma vez apontados os inúmeros comprometimentos do emprego desse último conceito. Percebemos, ao longo dos estudos, que o conceito *negligência* por si já tem em seu conteúdo um teor valorativo negativo, e que, de antemão, ao ser utilizado largamente sem a perspectiva crítica, indica de alguma maneira um juízo de valor pré-concebido que tende a discriminar o sujeito (Berberian, 2013, p. 133)

Nossa proposta consiste em apresentar a necessidade de inserir momentos de estudo e reflexão junto a práxis, uma vez que as políticas públicas são permeadas por contradições políticas e sociais e carregam ao longo do percurso histórico, um caráter

familista com intenções de afirmar as responsabilidades de cada ator da esfera doméstica e reforçar a posição dos homens e das mulheres.

A ausência de um fluxo de trabalho formalizado entre a rede de serviços, a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), que representaram uma barreira importante para a práxis, além de um sistema cujo pressuposto era aliado à manutenção do grande capital, sem se ocupar dos efeitos produzidos, fomentando nosso desejo de uma leitura crítica e avisada sobre as armadilhas postas pela classe dominante e suas estratégias de opressão, dominação e exploração.

Consideramos um avanço no campo dos direitos sociais, o fato da mulher estar em evidência, em relação à inserção nos programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, visam ampliar o empoderamento, a cidadania e autonomia das mulheres brasileiras, enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza. Apesar disso, avaliamos ser essencial, para o andamento de uma efetiva garantia de acesso aos direitos sociais, a incorporação da transversalidade de gênero e raça, que atravessam as relações sociais, porque nos ocupamos em discutir os conceitos de negligência e familismo, com vistas a evitar que nossa práxis reflita a armadilha de tornar as mulheres, em sua maioria pretas, como as principais responsáveis pela desproteção de sua prole.

A luta das mulheres pretas, contra a opressão de gênero e raça, vem ganhando força e materialidade e o CRAS, como porta de entrada da política de Assistência, deve incentivar as discussões e integrar a participação na luta antirracista.

São percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997,00, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491,00 (IPEA, 2011, p.19).

Moreira (2012) refere em sua análise resultados que comprovaram a importância do CRAS na execução do Programa Bolsa Família, ainda assim, sobre questões referentes ao empoderamento das mulheres. Acolho os apontamentos do autor e entendo o CRAS como um cenário potente de convivência, participação, conscientização sobre direitos, inserção social, bem-estar e qualidade de vida, através da percepção do interesse das mulheres nas atividades propostas, nos programas e nos atendimentos desenvolvidos.

Durante parte da intercessão-pesquisa, vivenciamos o contexto gerado pelo Novo Coronavírus (COVID-19)<sup>31</sup>, a situação das pessoas, das crianças, adolescentes, das famílias, dos idosos, já apresentavam sinais de dificuldades e entraves, no que se refere às questões sociais, quanto educacionais, estruturais e institucionais. Tais situações, se agravaram de forma significativa, no contexto pandêmico devido ao Novo Coronavírus.

No plano familiar, cada pai, mãe ou responsável, precisou reorganizar sua própria rotina, para o enfrentamento à pandemia. Passamos um período aprendendo a lidar com o medo da infecção e de transmissão do vírus aos familiares, principalmente para os idosos e mais vulneráveis.

Nessa perspectiva, grande parte das mães, pais ou responsáveis, também tiveram que se readaptar em suas rotinas de cuidados com as crianças, adolescentes, lidando ainda, com tempos de sofrimento e medo do futuro, além das dificuldades relacionadas ao trabalho e sustento da família. Vivemos o acirramento da desigualdade social, o aumento da pobreza, do desemprego e da redução de renda das famílias.

Tal situação acarretou um aumento significativo nas demandas de trabalho e houve a necessidade dos atores da política de Assistência Social adaptarem-se a realidade imposta. Nessa circunstância, como os profissionais do CRAS responderam a essa nova exigência? O item 3 abordará sobre o fazer profissional no CRAS permeado pelo contexto da pandemia.

### **3. CRAS E O CONTEXTO DA PANDEMIA COVID**

O contexto de pandemia do COVID-19, vivenciado durante parte da intercessão-pesquisa, evidenciou a necessidade dos atores da política de Assistência Social se reorganizarem, implementar políticas sanitárias de distanciamento social e apresentar respostas imediatas, diante do cenário de grandes perdas socioeconômicas que atingiram as famílias mais vulneráveis, de forma avassaladora e perversa. O negacionismo do governo federal, como parte da manutenção obscura

---

<sup>31</sup> Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados em Wuhan, na China. Provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19). Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br>. Acesso em 14 out. 2023.

objetivava privilegiar os interesses da classe dominante, escamoteando direitos e conquistas populares, ao passo que a população pobre era deixada à morte.

A pandemia nos mobilizou, derrubando qualquer verdade em seu valor absoluto, abrindo possibilidades de restituição e reinstauração de outros processos vitais em curso, foi preciso elaborar novas formas de atendimento, de acompanhamento e outra rotina de trabalho.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de idosos, passou a ser executado por aplicativo de celular e por total surpresa, manteve forte e ativo durante todo o período. As atividades passaram a ser planejadas e adaptadas ao formato remoto, as discussões eram sobre os cuidados em saúde, higienização, desinfecção, distanciamento social, uso de máscara, mas também atividades dinâmicas para exercitar nossa mente, autoestima, memória e afetos. Buscamos proporcionar espaços de diálogos, jogos e brincadeiras que produzissem, ainda que por tempo limitado sensações de acolhimento, aconchego e liberdade.

Ações presenciais coletivas de fortalecimento de vínculos e acompanhamento familiar estavam impossibilitados, dadas as orientações de isolamento social e a grande demanda de atendimentos para benefícios eventuais de cestas básicas. Em 2020, realizávamos uma média de 45 atendimentos por dia, entre avaliações para fornecimento de cestas básicas, verificação de Cadúnico, escuta e orientação, todos pelo telefone. Mesmo quando o CRAS foi fechado, os atendimentos foram mantidos e realizados de maneira remota pelos trabalhadores.

Considerando a crise sanitária e econômica vivenciada, as demissões, reduções na quantidade de trabalhos autônomos pela necessidade de isolamento, tensão e medo que assombrava toda a população, o Governo Federal aprovou o programa denominado Auxílio Emergencial, também chamado de *coronavoucher*<sup>32</sup>, com objetivo de mitigar alguns dos impactos sociais e com critérios estabelecidos mediante Cadúnico.

Tomamos como referência de análise, alguns dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2021), com o objetivo de ilustrar a práxis vivenciada. O número de famílias cadastradas no Cadúnico, no município de atuação, em outubro de 2019 era de 7.533 e em março de 2021 esse número saltou para 7.893 famílias,

---

<sup>32</sup> A Lei nº13.982, de 2 de abril de 2020 (BRASIL, 2020) define a concessão de um auxílio no valor de R\$600,00 inicialmente pelo período de 03 meses (prazo prorrogado), além de alterar parâmetros ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

um aumento de 360 famílias em aproximadamente 16 meses, quantidade possivelmente subnotificada, já que em nossa intercessão-pesquisa, constatamos uma grande quantidade de demanda reprimida, neste período pandêmico, pessoas aguardavam por atendimento para atualização ou inclusão do CadÚnico.

Em outubro de 2019, haviam 2.392 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), que equivalem a 5,59% da população total do município. Deste total, 967 famílias atendidas estariam em condição de extrema pobreza se não recebessem o benefício, ou seja, abaixo de R\$ 89,00 por pessoa. No mês de outubro de 2019, foi repassado um valor total de R\$ 399.477,00 para o município, uma média de R\$ 167,01 por família.

Em maio de 2021, o número de famílias beneficiárias do PBF passou a ser 3.266, aumento de 874 famílias atendidas pelo programa, dentre essas famílias, 85,8% da referência familiar (RF) eram do sexo feminino. No mês de maio de 2021, foram transferidos R\$254.666,00 valor médio por família de R\$77,97. O número de famílias aumentou significativamente, porém o valor pago por família sofreu uma redução, passando de R\$167,00 em média para R\$77,97.

As orientações técnicas do SUAS recomendam a Assistência Social a atuação de forma descentralizada e participativa, com responsabilidades definidas entre os três entes federados (governo federal, estados e municípios), o que implica cooperação e interação nas ações e, a atuação em Calamidades e Emergências é responsabilidade da gestão municipal.

Diante disso, o papel do CRAS era desempenhar as suas funções no campo protetivo e cooperando com as respostas locais, o que exigia uma transversalidade com outras áreas e políticas, mas principalmente uma integração com as áreas do SUAS como a Proteção Social Especial, que no município de atuação permaneceu fechado e sua equipe mobilizada para os CRAS, também para atendimento e fornecimento de cestas básicas.

Percebemos um descompasso entre os marcos legais e a práxis frente ao contexto pandêmico, enquanto por um lado somos convocados a dar respostas de compromissos sociais alinhadas aos compromissos éticos e condizentes ao fazer profissional, por outro lado para a população em extrema pobreza, alguns itens como água, sabonete e álcool são produtos quase ou totalmente inacessíveis. A pandemia trouxe muito além de questões físicas, biológicas e robustos impactos sociais.

O isolamento social trouxe muitos impactos, como o aumento do desemprego e informalidade potencializaram e geraram ainda mais desafios à população e aos trabalhadores. As estratégias de atenção e atendimento aos usuários do CRAS ficaram restritas ao fornecimento de cestas básicas e orientações sobre os programas de transferência de renda, desconsiderando outros fatores de violência, exploração, desigualdade.

Os trabalhadores informais como, coletores de materiais recicláveis, os pedreiros e auxiliares, as boleiras, as salgadeiras, os cabeleireiros, os vendedores de produtos em geral, além do isolamento, enfrentaram uma queda exorbitante nas vendas e demandas, riscos de contaminação, baixo ou nulo rendimento financeiro, a ausência de vínculos e consequentemente de direitos trabalhistas intensificaram o cenário de (des)proteção social, e incidiram de modo singular às mulheres pretas. Há de se considerar as características físicas e étnicas do público que busca atendimento no CRAS ou mesmo da população em situação de pobreza ou extrema pobreza no Brasil, no estado, no município ou no território do CRAS (Souza, 2018).

A realidade do Brasil tem sua singularidade, complexidade e suas contradições. Se não bastassem todas as nossas dificuldades e desafios de sobrevivência impostas pela pandemia, fomos indigestamente lembrados em nosso cotidiano acerca do contexto nefasto que vivenciamos neste momento histórico, social, político, econômico e cultural. Para além de qualquer ressentimento gerado com relação aos fascistas que estiveram no “comando” da nação, pensamos que o efeito pandemia em nossas vidas nos convidou a repensar, refletir e reposicionar nossos modos de agir cotidianos em relação ao outro e com nós mesmos.

As orientações para o isolamento em casos positivos para COVID-19, não contemplavam em grande parte as famílias pobres, pois orientavam o que isolamento fosse realizado em um quarto e um banheiro estivesse destinado de forma exclusiva para pessoa com COVID, mas não consideravam a realidade de muitas residências possuírem apenas um quarto e um banheiro. Uma das famílias acompanhadas por nós habitava em uma residência de um quarto, sala, cozinha e um banheiro com uma composição familiar de 23 pessoas, sendo 12 crianças e com renda proveniente de trabalho eventual como pedreiro e faxineira.

A política de Assistência Social teve um papel ainda mais importante e precisou estar muito alinhada à saúde, buscando uma discussão e levando proposições sobre as formas de atendimento, as especificidades, possibilidades de ofertar assistência e

proteção a essas famílias, sem perder a consciência do desmonte e dos limites de atuação.

Algumas expressões da questão social se agravaram com a pandemia, como as situações de violência doméstica e familiar, trabalho infantil, negligência, violência e abandono de pessoas idosas e deficientes, entre outros. Muitas pessoas não poderiam esperar a pandemia “passar” para serem atendidos, enquanto outros atendimentos não eram possíveis, por via remota, por telefone, *WhatsApp* ou *e-mail*, resultando em prejuízos pela necessidade de suspensão dos atendimentos e acompanhamentos presenciais.

Dentro do que foi possível, a equipe trabalhava na tentativa de consolidar alguns atendimentos emergenciais. Aos que não possuíam telefone para avaliação e fornecimento de cesta básica, ofertamos aos usuários as máscaras adquiridas para uso dos trabalhadores, enquanto comprávamos a nossa. A rotina intensa de atendimentos telefônicos, alienados e alienantes de avaliações sociais pela janela, orientações sobre Auxílio Emergencial, consulta cadastral e uma fila gigantesca de pessoas sufocadas por informações distorcidas, equivocadas e mentirosas buscavam acesso a um benefício sem concretude, sem planejamento e sem estratégia.

O contexto enfrentado pelos trabalhadores e usuários do serviço, referente à pandemia (COVID-19), pontuado por Ventura (2020) como momento histórico que encontrou uma população despreparada, um Estado despreparado e os Municípios também. Os cientistas e estudiosos permaneceram empenhados, estudando e buscando informações sobre o vírus, como tratar, formas de contágio e evolução da doença. Pouco se sabe sobre o assunto e muito se especula. O que é possível prever e avaliar refere sobre a força e responsabilidade do Estado, suas respostas e ações apontam e definem para estratégias que podem, ou não, propor respostas e ações específicas de controle e combate. Para além da disseminação da doença, a população ainda precisa lutar para manter a economia ativa e prover seus próprios meios de subsistência.

Os desafios com relação à pandemia, não são os mesmos de todas as classes sociais, pois enquanto alguns encontram dificuldades em não sair de casa, não frequentar espaços de diversão e entretenimento, outra parte da população, bem conhecida por nós, encontram como principal luta e desafio a manutenção da vida, das necessidades básicas, como a alimentação.

Com o intuito de ilustrar essa dinâmica, relataremos no item quatro o caso dos irmãos Silva.

#### **4. PROBLEMATIZANDO O CASO DOS “IRMÃOS SILVA”**

O CRAS recebe demandas diferentes diariamente, porém, com o passar do tempo e o avançar da intercessão-pesquisa, identificamos que essas demandas guardam em si muita similaridade, casos que inicialmente chegam como específicos e individuais, quando analisados com maior reflexão crítica, produzem percepções sobre as desigualdades sociais, escasso ou nulo acesso a direitos, desemprego, entre outros. Questões que necessitam, de fato, serem discutidas e problematizadas de forma coletiva.

Abordarei uma experiência sobre um acompanhamento realizado por nós, durante dois anos, de uma família composta por três irmãos. Para efeitos de sigilo, trataremos os atores por nomes fictícios, de Sr. Pedro, Francisco e Márcio. Os primeiros atendimentos realizados pelos trabalhadores do CRAS para família datavam de 1996, direcionados à mãe Benedita. Entretanto, a partir de 2014, os atendimentos começaram a ser mais frequentes. Dona Benedita intensificou sua procura, devido à preocupação com seu filho Márcio, tempo em que a equipe iniciou o processo de acompanhamento familiar PAIF e priorizou a escuta, orientação, os encaminhamentos e articulação com a rede de cuidados o diagnosticou com esquizofrenia.

Pedro com 49 anos, negro, estatura mediana, cabelos curtos, corpo emagrecido, olhos fundos e rosto cansado, aparentava muito mais idade que de fato possuía, para se manter em pé, com frequência necessitava de auxílio, suas forças não lhe permitiam mais. Francisco, irmão de ambos, por parte apenas de mãe, com 42 anos contava com disposição sobre suas peripécias de jovem, como se tratasse de uma outra vida. No entanto, o entusiasmo desaparece quando retorna ao presente, fisicamente era o que estava em melhores condições que seus irmãos, ainda que emagrecido e pálido, buscava por renda, alimentos e atendimentos.

Já o irmão mais novo, também com vínculo sanguíneo apenas materno, Márcio possuía 38 anos e relatava por horas sobre suas experiências quando pintor profissional, pois havia trabalhado para grandes empresas, por vários anos, até sofrer um atropelamento quando retornava do trabalho. Passou por cirurgias e um grande

período de hospitalização, o percurso deixou sequelas dolorosas, que interromperam sua carreira.

Após o falecimento da Sra. Benedita, a situação se agravou, com a ausência de renda e as questões de saúde física e mental enfrentadas pela família. Notamos a intensificação do cenário de vulnerabilidade social. O uso de álcool aumentou significativamente, tornando-se prejudicial. Os irmãos abandonaram completamente a busca por trabalho formal e passam a exercer trabalhos autônomos de pintura ou construção civil, pouco se alimentavam e dormiam.

Embora tenham sido beneficiados com o auxílio emergencial, no valor total de R\$1800,00, Pedro, Francisco e Márcio não conseguiram realizar uma boa gestão desse auxílio, em prol dos cuidados consigo e na manutenção das contas da casa, uma vez que se encontravam sem respaldo da rede. Os fornecimentos de água e luz foram interrompidos, por falta de pagamento, agravados pelo roubo do registro de água. Em uma das visitas realizadas, Pedro relatou que realizou um desvio ilegal no registro, mas não tomava banho há 8 dias, já que seu corpo emagrecido e debilitado não era capaz de carregar o balde de água até o banheiro.

Não pretendemos neste relato, tratar a problemática do uso abusivo de álcool de forma simplista e direcionada apenas às classes subalternas ou mais vulneráveis. Mas não podemos negar os efeitos da questão social, aliados à função exercida pelas indústrias que ofertam grande quantidade de opções a preços relativamente baixos, bem como a manutenção da condição de exploração dos seres humanos vinculados ao exército industrial de reserva<sup>33</sup> (Marx, 1974).

As políticas de cuidado as pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas, não se restringem ao campo da saúde, devendo se efetivar também, nos diversos setores os quais se dedicam à garantia de direitos, como educação, habitação, trabalho e Assistência Social. Nos pautamos nas proposições de Lancetti (2015), provoca a pensar o uso prejudicial de álcool e outras drogas como um sintoma social, isto é, um efeito das formas pelas quais nos organizamos socialmente, tendo como plano de fundo as relações do próprio capitalismo.

Entendemos que o uso prejudicial de álcool, aliados à ausência de renda, ampliaram os fatores de vulnerabilidade e risco social, potencializados pela pandemia

---

<sup>33</sup> Conceito cunhado por Marx (1974), o exército industrial de reserva serve ao bom funcionamento do sistema de produção capitalista, que para garantir o processo de acumulação precisa que uma parte da população permaneça desempregada, ou seja, corresponde à força de trabalho que excede às necessidades de produção.

de COVID-19, pois, com a suspensão dos atendimentos e grupos do Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPS ad), serviço de Saúde Mental ao qual a família estava referenciada, bem como, em decorrência do redirecionamento das ações do CRAS para o fornecimento de benefícios eventuais, o acompanhamento da família não foi realizado sistematicamente, sendo ofertados poucos atendimentos pontuais.

Com a retomada das atividades e após uma visita domiciliar realizada, pela equipe do CAPS ad, participamos de uma reunião conjunta, com o objetivo de direcionar ações para viabilizar estratégias de cuidado e acesso aos direitos dos usuários. Nessa ocasião, pactuamos alguns encaminhamentos, dentre eles, que o CAPS ad retomasse o acompanhamento integral da família, contemplando os encaminhamentos necessários para o atendimento em saúde dos irmãos e para averiguar possibilidade de emissão de laudo médico para o Benefício de Prestação Continuada para Pessoa com Deficiência (BPC Pcd), direcionado à Márcio, bem como o preenchimento de um Boletim de Ocorrência, notificando sobre o furto do hidrômetro da residência, para posterior apresentação ao órgão responsável pelo fornecimento de água no município.

A equipe de trabalhadores do CRAS intensificou os atendimentos e visitas, na tentativa de construção de um Plano de Acompanhamento Familiar (PAF), também providenciou a requisição para segunda via dos documentos de Francisco a fim de atualizar o Cadúnico e por fim, enviou um relatório ao Fundo Social de Solidariedade do município, solicitando quitação das contas e multas de água e luz da residência, justificando como direitos essenciais à vida e parte da estratégia do PAF.

O CRAS passou a viabilizar transporte diariamente para buscar as marmitas já fornecidas pelo CAPS ad e entregá-las na residência da família, bem como forneceu cestas básicas mensais, além de uma cota de gás de cozinha, já que estavam utilizando uma churrasqueira improvisada com tijolos. O CAPS ad nos encaminhou os relatórios e laudos médicos, para entrada no pedido de Benefício de Prestação Continuada, porém, Márcio não efetivou a busca pela segunda via da documentação civil.

Foi realizada uma reunião com a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Centro Pop, entendendo como urgente a ampliação das ofertas de assistência e cuidado extrapolavam as possibilidades de ações do CAPS ad e do CRAS.

Ao longo do percurso de acompanhamento, participamos de diversas reuniões para discussão do caso com a rede, as quais eram intensas e desafiadoras. A equipe do CAPS ad estava convicta de que os três irmãos deveriam ser internados para desintoxicação, referindo-se que as diversas comorbidades e complicações clínicas dos sujeitos não poderiam ser cuidadas ou amenizadas devido à situação de extrema vulnerabilidade e risco social.

Era consensual a necessidade de manutenção do acompanhamento sistemático, a importância do investimento nas ações de cuidado em saúde e acesso aos direitos, argumentamos sobre a necessidade de utilização do Centro Pop, para que pudessem cuidar da alimentação e da higiene, mas a equipe do estabelecimento se opôs. Nossa hipótese, não foi bem recebida pela equipe do serviço, foi necessário um arsenal de argumentos, descrições sobre as características habitacionais e sociais da família, a situação de mendicância e os processos de acompanhamento familiar. Era quase como se não tivéssemos autorização para usar um serviço público.

O CRAS havia estabelecido um excelente vínculo com a família e dialogando com o CAPS ad sobre a execução de intervenções coletivas. Solicitamos a tentativa de intervenção nos cuidados clínicos e retomada da frequência integral no serviço de saúde. Compreendi que se tratava de um momento de crise e a equipe do CAPS ad se posicionou contrária a qualquer ação de cuidado, em saúde extra-hospitalar.

Buscávamos argumentos que embasassem a ideia de cuidado em domicílio e nos posicionamos contrárias ao cumprimento da indicação a medida de internação compulsória sugerida pelo CAPS ad, entendendo possibilidade de defesa, proteção e de cuidados, uma vez que tal decisão poderia, inclusive, violar os direitos dos usuários, à medida que não os considerava em sua singularidade e particularidade, tratando-os de maneira padronizada.

Mesmo com os argumentos contrários e propostas de acompanhamento, foi emitido pelo CAPS ad um relatório ao Ministério Público, pautado em avaliações médicas antigas, pois, em reunião conjunta, identificamos que ambos os médicos do CAPS ad (clínico geral e psiquiatra) não sabiam descrever suas avaliações sobre cada um dos irmãos. Constatamos que a equipe os tratava de “irmãos Silva”, como se fossem uma só pessoa, confundindo-os e generalizando as percepções, afirmando que se trataria de “uma internação social”, já que o diagnóstico seria “falta de banho e comida” (palavras ditas pelo médico clínico geral). Esse relatório teve como

consequência uma decisão judicial, pela internação compulsória psiquiátrica dos três irmãos, sem realização de perícia.

Sobre os recursos e ações que a rede ainda dispunha, cabe lembrar que a Lei nº 10.216, de 11 de abril de 2001, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, apresenta no artigo 4º: “A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes”. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), após a publicação da Portaria GM nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, ampliam suas modalidades de atendimento, cabendo ao CAPS ad: regulamentados pela Portaria/SAS/MS nº 341 de 22 de agosto de 2001, dentro de sua área assistencial, “manter de dois a quatro leitos para desintoxicação e repouso” (Brasil, 2001).

Por essa razão, entendemos que as condutas assumidas pela equipe do CAPS ad estavam em conformidade com práticas higienistas, moralistas e manicomiais, reforçando uma lógica de exclusão, de marginalização e de reprodução de violências em detrimento da inclusão, da produção de autonomia e da compreensão do sofrimento psíquico como um fenômeno multideterminado por fatores psicossociais, culturais, de raça, gênero e classe social.

## ENSAIO 03

### **PROBLEMATIZANDO OS MARCADORES SOCIAIS: RAÇA, GÊNERO E CLASSES SOCIAIS E SEUS EFEITOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR MEIO DO DISPOSITIVO INTERCESSOR**

#### **INTRODUÇÃO**

Nossa atuação como assistente social na Política de Assistência é complexa, intensa e permeada por tensões frente às expressões da questão social, bem como aos desafios do mundo do trabalho, já que também pertencemos à classe trabalhadora. No cotidiano, eventualmente buscamos por respostas simplistas, objetivas, imediatas e individualistas aos problemas do conjunto da sociedade contemporânea e é comum que o nosso pensamento imediato e acelerado não procure na história os padrões de repetição dos fenômenos que dão origem àquilo que vivemos, fazendo parecer que as questões não se relacionam às mudanças do mundo e dos sujeitos individuais e coletivos.

A práxis do trabalho na política de Assistência Social é permeada por alguns desafios, inclusive devido ao fato de que nossa atuação está vinculada diretamente à contradição entre capital e trabalho, em que somos convocadas(os) pelo Estado burguês a apaziguar, mediar, camuflar e dar respostas às expressões da questão social. Nossa atuação está então frequentemente tensionada por forças antagônicas, ao passo que somos trabalhadores assalariados, suscetíveis à realidade do mundo do trabalho e aos desafios que perpassam a classe trabalhadora (Raichelis, 2011).

O ensaio três possui como pretensão realizar uma análise de como os marcadores sociais, principalmente, raça, gênero e classe social atravessam o cotidiano dos sujeitos e as práticas dos trabalhadores da Assistência Social e influenciam significativamente nos efeitos que produzimos. Carneiro (2011) nos alerta quanto ao perigo que corremos quando, no campo das políticas públicas, operamos com a ideia de universalização do sujeito, atitude que considero tão complexo e arriscado como incorrer em tendências pouco implicadas e assistencialistas. A autora afirma que o sujeito universal não tem raça e, assim, o risco é pactuar com o racismo imbuído em um projeto de governo que historicamente nega o Brasil como um país violento e preconceituoso.

Se pensarmos na constituição da política de Assistência Social, a mesma situa que devemos ver as situações de forma a não sermos preconceituosos, e, devemos

nos atentar às singularidades das situações e dos sujeitos, porém, nossa política se constitui com pouca discussão sobre raça e nenhuma discussão sobre a racialização das desigualdades sociais em seus documentos.

Como assistentes sociais, consideramos raça, sexo, orientação sexual, origem, bem como todos os marcadores sociais das minorias, são geradores de processos de opressão, exploração e desigualdade, e esse conhecimento precisa balizar a nossa intervenção – das equipes, dos municípios, do estado, do governo - e se fazer presente nas discussões. Nessa dissertação, esses pontos são muito relevantes e foram construindo-se à medida em que avançávamos na produção dos textos e as análises da práxis intercessora permitia captava momentos específicos de atuação e nos sinalizava o caminho a percorrer, pois

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele 'exclui', 'reprime', 'recalca', 'censura', 'abstrai', 'mascara', 'esconde'. Na verdade, o poder produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele pode ter se originam nessa produção (Foucault, 1999, p. 172).

Com o DI, entendemos a necessidade de problematizar, discutir nossa práxis e romper com a divisão sociotécnica do trabalho, de modo a envolver todos os trabalhadores e trabalhadoras. Engana-se profundamente quem pensa que a Ciência se limita aos livros, às bibliotecas, às universidades e que o ato de pensar se limita o órgão gestor, sendo que

A realidade social não é visível a olho nu. Isso significa, ao contrário de nossas ilusões — julgamos que conhecemos como a sociedade funciona simplesmente porque participamos dela —, que o mundo social não se revela facilmente. (Jessé, 2022, p.13).

O Serviço Social se coloca como uma profissão que atua principalmente no combate às desigualdades sociais, com foco na coletividade, na integração do indivíduo com a família e com a sociedade. Entender as demandas do Serviço Social e a sua principal luta, faz com que o profissional esteja sempre em desenvolvimento, acompanhando e propondo soluções para a melhoria dos serviços prestados à população. Como uma profissão de caráter propositivo e interventivo, entende-se a fundamentação de uma pesquisa que coloca como base as dificuldades da luta diária, discutindo a própria atuação a partir do desejo de produzir transformação social e encorajar novos intercessores.

Realizamos aqui uma reflexão a partir da práxis enquanto trabalhadora do SUAS, utilizando como ferramenta a perspectiva teórico-metodológica do Dispositivo

Intercessor (DI), tecendo uma apropriação teórica do MHD, AI, Filosofia da Diferença. O presente ensaio propõe a discussão e a problematização da práxis, seus efeitos e sua relação com os marcadores sociais de raça, gênero e classes sociais.

### **3.1. MARCADORES SOCIAIS RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL: ENTRE ESQUECIMENTOS E RESISTÊNCIAS**

As desigualdades possuem uma relação intrínseca com a divisão de classe social e com outros marcadores sociais – de uma suposta diferença – como raça/cor, gênero, orientação sexual, geração, etc. Procuramos nos apoiar nos estudos e problematizações de Santos (2023), nomeando como marcadores sociais os efeitos do poder sobre o nosso corpo, considerando que o poder:

Intervem materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder (Machado, 1979, p. 10).

Tais categorias emergem nas ciências sociais, no contexto dos estudos sobre gênero, sexualidade e raça, durante as décadas de 1980 e 1990, ao se abordar as desigualdades na distribuição de direitos civis essenciais para algumas populações. Assim, quando falamos sobre reconhecimento das desigualdades de condições de trabalho das mulheres, por exemplo, falamos de uma desigualdade que está vinculada ao marcador social gênero.

Tais atravessamentos em nosso corpo são marcas históricas, imaginárias e representacionais, provenientes das desigualdades nas relações de poder que as sustentam. Essas marcas nos identificam e (de)limitam nossas vivências no campo social, visto que silenciam a complexidade de nossa existência (Souza, 2023, p.115).

Para além de sinalizar o modo como os sujeitos são entendidos dentro de um registro de diferenças, a noção de marcadores sociais contribui na reflexão do modo como algumas diferenças sociais passam a ser operadas dentro de um regime de desigualdades, diminuindo as condições de existência para alguns enquanto garante melhorias substanciais de existência para outros.

A política de Assistência Social e os profissionais que nela atuam possuem como tarefa lidar com as múltiplas e diversificadas formas de desigualdade e violações

de direito que perpassam o cotidiano da vida da população e chega aos diferentes serviços e nos diversos níveis de proteção social, para a dissertação realizaremos um recorte da intercessão na Proteção Social Básica (PSB).

A população que chega a este CRAS no interior de São Paulo, possui características específicas, além de classe, tem raça e gênero muito bem estabelecidas, visto que

A população negra é o principal público atendido no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é exatamente por esse motivo que as ações profissionais precisam expressar o antirracismo em seu cotidiano (Moreira, 2019, p. 9).

Compreendemos, com a intercessão, que precisamos alargar a perspectiva do SUAS para outras formas de desproteções relacionais e voltar a discutir sobre como superar algumas perspectivas arraigadas em alguns profissionais, que compreendem o trabalho no SUAS somente enquanto provisão material, objetivada como em um fim em si mesma e desconsiderando em boa medida outras formas de desproteções e violações que, além da carência de renda, também fazem parte da vida desses sujeitos.

Em 2017, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), lançou a campanha “SUAS sem racismo”, durante a XI Conferência Nacional de Assistência Social em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Ministério dos Direitos Humanos. A campanha problematizou a existência do racismo estrutural em nosso país, manifesta como uma forma de racionalidade, presente em todos os âmbitos da vida, se expressando concretamente como desigualdade social, econômica e política para a população negra (Almeida, 2018). Essa realidade concreta tem sua origem em um longo percurso histórico que inclui as particularidades da nossa formação social, expressa-se num racismo profundamente velado e com potencial devastador, fazendo com que as(os) negras(os) ainda sejam responsabilizadas(os) moralmente pela profunda situação de desigualdade social e que experienciam.

Nosso país vivencia um racismo fundamentado de forma dissimulada, sofisticada e perversa amparado no discurso da democracia racial e se consolida no cotidiano das vivências, não isoladamente, mas de modo contínuo. Considerando nossa intercessão no CRAS, percebemos que de modo singular se consolida nas desigualdades, nas violações de direitos e na violência, um modo de omissão do Estado frente às desigualdades forjadas no âmbito de uma igualdade formal, e,

nesses termos despolitiza qualquer iniciativa da sociedade brasileira de reivindicar direitos através do argumento étnico-racial – aí situamos a sua particularidade. Podemos, portanto, tratar do “racismo à brasileira” (Telles, 2003), dada a dinâmica que ele assumiu e assume historicamente em nossa realidade, ao moldar-se nos diversos contextos sócio históricos, mas garantindo a funcionalidade do capital.

O foco na produção de novas sociabilidades, tão caro na política de Assistência Social, ao ser dominado pela lógica de mercado, pode acarretar a distorção do papel da família, que passa a ser compreendida como espaço privilegiado de produção física e social dos sujeitos que futuramente comporão a força de trabalho, com uma consciência não crítica, dóceis, produtivos, submissos à divisão do trabalho e aptos ao consumo.

Assim, a família constituiu-se como espaço estratégico, por meio do qual se podem universalizar novos valores sociais, buscando formar indivíduos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade e da pátria. Assim, o Estado passa a ter maior importância que a família, porém um Estado apropriado pela família burguesa e ordenador das famílias trabalhadoras (Moraes, 2000, p. 812).

Ao tratarmos a família como *locus* estratégico, única e responsável por uma transmissão de valores, assegurando a manutenção dos filhos dentro do espaço do “lar”, isentamos o Estado de sua intervenção, assim como impossibilitamos a produção de novas significações, inclusive, sobre o papel da família na vida coletiva.

A partir da década de 1990, após aproximação com a tradição marxista, o Serviço Social brasileiro iniciou a construção de uma nova direção sociopolítica para a profissão, comprometida com valores emancipatórios e visando a construção de outra sociabilidade. Entre os valores éticos e políticos que defendemos, tal como expresso no Código de Ética dos/as Assistentes Sociais (1993), está a defesa intransigente da liberdade como valor ético central, dos princípios democráticos, contra toda forma de exploração, opressão e preconceito, seja devido ao pertencimento étnico-racial, de gênero, sexualidade, classe, geração. A direção defendida hegemonicamente pela profissão está atrelada à construção de uma nova ordem social, oposta à do capital.

No movimento da intercessão nos dedicamos a estudar e problematizar a nossa práxis no CRAS considerando o entrelaçamento entre as relações sociais, sexo, dimensões de raça e de classe. Partimos então, do pressuposto de que classe, raça e sexo não compõem apenas relações superpostas, tampouco adicionais ou

mesmo com “intersecções”, como propõe Cisne (2018) entre as relações de gênero e raça, já que, ao considerarmos, por exemplo, que elas seriam relações adicionais, ou seja, somáveis, cairíamos na segmentação positivista de entendê-las como relações separadas e não enoveladas, como nos propõem Saffioti (1979, p. 125):

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída.

Pensamos que as relações sociais de sexo, raça e classe são consubstanciais e coextensivas, já que “a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe como também de ‘raça’ e de gênero” (Ávila, 2011, p. 65) e nesse sentido, acreditamos ser “indispensável integrar plenamente em nossas análises os efeitos conjugados de várias relações sociais de poder: de sexo, de classe e de ‘raça” (Falquet, 2008, p. 122).

As relações sociais de sexo e de raça são elementos indispensáveis para entendermos a exploração do mundo do trabalho e as demandas da política de Assistência Social, especialmente, quanto ao que Falquet (2008 e 2012) denominou de “trabalho desvalorizado” e “trabalho considerado feminino”. Falquet (2012) afirma que as mulheres efetuam majoritariamente o que é considerado como trabalho de mulheres, em condições de trabalho frequentemente exploradas e de modo informal, precarizado e com a presença de abusos como o assédio sexual, moral e psicológico.

Na realidade do nosso trabalho no CRAS podemos perceber um tensionamento ainda maior permeando as mulheres pretas, já que, assim como as mulheres brancas ganham salários inferiores aos dos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos dos homens negros; e as mulheres brancas podem sofrer violência de um homem negro; as vivências do racismo e da LGBTfobia são diferentes segundo a classe; assim como mulheres podem explorar mulheres numa relação de classe. Portanto, nenhuma das relações sociais (de sexo, raça e classe) podem ser analisadas isoladamente, em virtude das interrelações de poder que as permeiam.

Quanto a classe, não a consideraremos como se a população fosse uma massa homogênea, mas permeada por fatores específicos a serem considerados, já que o capitalismo utiliza dessas dimensões como “uma estratégia de dividir para reinar” (Souza-Lobo, 2011, p. 173).

Nesse sentido, cada uma das particularidades estruturantes da classe, imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas desigualdades, opressões e explorações e se representam de um modo singular, como no caso apresentado da Sra. Cleusa no item 1.2, em que durante nossa intercessão, pudemos olhar atentamente as minúcias não ditas e não escritas, mas que estavam presentes naquela situação, já que o ECA em seu Art. 23 prevê que “A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” (Brasil, 1991).

Cisne (2014) elabora uma crítica à sociedade capitalista baseada nas relações racistas-patriarcais, como um modelo de família ideal pré-estabelecido e fortalecido na divisão sexual do trabalho sustentando a base para a reprodução social da força de trabalho e a exploração do trabalho desvalorizado das mulheres.

Logo, não podemos considerar classe como um conceito puramente abstrato, tampouco a-histórico. Se consideramos que são pessoas reais que corporificam a classe, não podemos negar a existência de componentes como sexo e raça/etnia nas relações de classe, já que, assim como a classe, as pessoas não são homogêneas, ainda mais em uma sociedade desigual. Da mesma forma, não podemos negar o componente classe nas relações sociais de sexo e étnico-raciais (Cisne, 2014, p. 33).

As disputas de classes permeiam as relações sociais e influenciam de diversos modos o fazer profissional no CRAS e não as problematizar também se torna um sintoma.

Santos (2023) discutiu sobre a importância de considerarmos os marcadores sociais na nossa atuação intercessora. Uma escuta que nos permita “fazê-lo não para que responda a partir dessas marcas, mas sim para não incorrer no risco de acreditar não-marcado pelas mesmas” (Santos, 2023, p.48).

Durante o tempo de realização da nossa intercessão percebemos alguns retrocessos no campo dos direitos sociais, um avanço considerável da perspectiva conservadora, bem como uma crescente revalorização dos discursos e das práticas caridosas, assistencialistas, ou ainda o modo coercitivo e opressor como resposta do Estado à intensificação da questão social, tratadas como questões individuais, culpabilizadoras ou ‘casos de polícia’ (Donzelot, 1986). De modo breve, trataremos

dos itens 3.1 Raça; 3.2 Gênero e 3.3 Classe Social os conceitos que parecem ser essenciais para qualificar nossa própria atuação.

### **3.1 RAÇA**

Para a discussão de raça, consideramos o conceito como “uma construção social política e cultural, produzida a partir de relações sociais e de poder” (Oliveira, 2017 p. 14), já que, “o racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente” (Lima; Vala, 2004, p. 402), sendo as características fenotípicas ressignificadas de um modo negativo e generalista, por isso “a raça não é um simples parâmetro de classificação biológica, mas sim uma identidade social que posiciona os indivíduos dentro das relações hierárquicas existentes em uma sociedade” (Moreira, 2019, p. 39).

Segundo Foucault (1982), há nas relações de poder um constante confronto e, como afirma em outro texto

O poder é exercido somente sobre sujeitos livres e apenas enquanto são livres. Por isto, nós nos referimos a sujeitos individuais ou coletivos que são encarados sob um leque de possibilidades no qual inúmeros modos de agir, inúmeras reações e comportamentos observados podem ser obtidos. Onde os fatores determinantes saturam o todo não há relação de poder; escravidão não é uma relação de poder pois o homem está acorrentado (Neste caso fala-se de uma relação de constrangimento físico). Consequentemente, não há confrontação face a face entre poder e liberdade, que são mutuamente excludentes (a liberdade desapareceria sempre que o poder fosse exercido), mas uma interação muito mais complicada. Nessa relação, a liberdade pode aparecer como condição para exercício do poder (simultaneamente sua pré-condição, já que a liberdade precisa existir para o ‘poder’ ser exercido e, também, seu apoio uma vez que sem a possibilidade de resistência, o poder seria equivalente à determinação física) (Foucault, 2014, p. 221).

Assim, as relações de poder e confronto são produzidas em uma relação complexa. Na definição de Foucault, a existência de liberdade, garantindo a possibilidade de reação por parte daqueles sobre os quais o poder é exercido, apresenta-se como fundamental. Não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta.

O percurso histórico do racismo no Brasil é marcado pela escravidão, pelo mito da democracia racial e pelo ideal de branqueamento, que foi uma ideologia lançada com bases científicas com o intuito de embranquecer a pele da população, onde “o branco era superior ao mestiço e este, por sua vez, ao negro ou índio” (Bolsanello, 1996, p. 122).

A escravidão no Brasil não é pouco conhecida, mas é pouco estudada e eventualmente considerada como sendo um recorte já superado, um capítulo na história do país. O que aprendemos na escola é que houve racismo no passado, em que, após a abolição da escravatura por meio da Lei Aurea<sup>34</sup>, teria sido extinto e que a democracia racial se constituiu como uma realidade desde então. Nessa perspectiva, após a abolição, todos os brasileiros passaram a ser tratados de forma igualitária quanto as oportunidades e criou-se o falso mito da democracia. Todo um arcabouço científico, teórico e social, foi construído em torno desse mito, que até hoje compõe o contexto ideológico mais comum, mas o racismo ainda é atual, presente, cruel e disfarçado, existente no cotidiano da realidade brasileira.

Conforme Eurico (2013), o racismo ocorre quando grupos humanos considerados raças, ou identificados por traços raciais ou racializados são tratados de modo desigual do ponto de vista econômico, político, social ou cultural, nesse sentido, o racismo de cor é um dos exemplos, mas não o único.

O conceito cunhado por Almeida (2008), explica que o racismo é uma decorrência da estrutura da sociedade brasileira que normaliza e concebe como verdade, padrões e regras baseadas em princípios discriminatórios de raça. O autor discute o racismo como uma parte de um processo social, histórico e político que elabora estratégias para que as pessoas ou os grupos sejam discriminados de maneira sistemática. Isso significa que precisamos compreender e encarar o racismo como regra e não como exceção, ele não é um lapso, um descuido, algo sem querer, ele é presente e intencional.

No livro sobre Racismo Recreativo consoante Moreira (2019), trata sobre o nosso racismo do cotidiano, como a brincadeira, a piada pronta e a forma como esse tipo de racismo contribui com a naturalização dos racismos, na nossa vida, nos nossos ambientes e na nossa prática profissional. No livro, o autor apresenta alguns exemplos bem conhecidos como o racismo de carnaval em que as pessoas se utilizam dos personagens racistas, homofóbicos, como, nega maluca, os indígenas, travestis, e vários estereótipos, “referências simbólicas que ao longo do tempo relacionam a negritude com algo negativo, como indício de uma moralidade inferior, como ausência

---

<sup>34</sup> A Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, determinou a abolição da escravatura no Brasil. Por meio dessa lei, mais de 700 mil escravizados conquistaram sua liberdade, e seus antigos donos não receberam nenhuma indenização do Estado brasileiro. A responsável por assinar esse documento foi a princesa Isabel, na época, herdeira do trono.

de humanidade” (Moreira, 2019, p. 73). Trata-se de um momento em que essas formas de violência e de tratar a cultura do outro como fantasia e piada ficam liberados, e com muita frequência, quando questionados, a resposta é de que é “só” uma brincadeira e descontração não deve ser um problema, uma forma de socialização, questões tão enraizadas no mito da democracia racial, que o modo como as violências são repetidas não é um problema.

A ideia de que no Brasil existe racismo começou a ser pautada com os trabalhos de teóricos tais como Oracy Nogueira e Florestan Fernandes, que trouxeram a discussão sobre as relações raciais entre brancos e negros em oposição à obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (Carvalho, 2017). A ideia estereotipada de que no Brasil todos conviviam em harmonia foi difundida, preservada e fortalecida inclusive durante o período da ditadura militar. Os teóricos opositores à ideia de democracia racial no Brasil criticavam o que diziam Gilberto Freyre e o Governo sobre a supostamente amistosa relação entre pessoas de diferentes raças, credos e culturas, buscando mostrar como os negros realmente viviam no Brasil (Theodoro, 2014). Segundo Theodoro (2014), foram tais pesquisadores que reconheceram o racismo como fator significativo para a reprodução das desigualdades raciais.

O racismo no Brasil foi se reelaborando ao longo do tempo e através de suas expressões podem se manifestar de forma direta, menos comum ou a mais comum, forma indireta e se caracterizam pela intenção de não ferir a pessoa discriminada e as normas de igualdade, mas um modo de inferiorizar discreto, quase imperceptível.

Através dos dados do Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil,

O percentual de negros pobres nunca ficou abaixo de 64%. Embora sejam mais de 45% da população total, os negros são 70% entre os 10% mais pobres e não passam de 16% entre os 10% mais ricos (Zamora, 2012, p. 569).

Entretanto, Costa (2017), ao analisar os documentos que orientam o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), percebeu que as questões raciais e de gênero não são consideradas centrais em relação às famílias atendidas. Sua análise demonstra, entre outras nuances, a existência do racismo institucional que orientou nossa intercessão à elaboração do presente ensaio.

O conceito de racismo institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton, em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organizações da sociedade e nas instituições. Para os autores, trata-se da falha coletiva de uma organização em

prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica (Eurico, 2013). Refere-se as operações anônimas de discriminação racial em instituições, profissões ou mesmo em sociedades inteiras (Geledés, 2013). O anonimato existe à medida que o racismo é institucionalizado e perpassa de diversos modos as relações sociais, mas não pode ser atribuído ao indivíduo isoladamente. Em nosso caso, ele se expressa mais frequente na dificuldade ou na falta de acesso às políticas públicas como, escola, ao mercado de trabalho, habitação, saúde, na criação e implantação de políticas públicas que desconsideram as especificidades raciais e na produção e reprodução de práticas discriminatórias arraigadas nas instituições (Eurico, 2013).

Para que possamos compreender o fenômeno do racismo institucional no Brasil, é necessário antes de tudo lembrar que sua existência foi por muito tempo negada em nossa sociedade e a concepção do Brasil como sendo uma democracia racial foi divulgada mundialmente e reforçada pelo governo brasileiro, principalmente no período da Ditadura Militar (1964-1985). De acordo com Theodoro (2014), o relatório brasileiro enviado ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CEDR), da Organização das Nações Unidas, em 1970 resume o posicionamento:

Tenho a honra de informar-lhe que, uma vez que a discriminação racial não existe no Brasil, o Governo brasileiro não vê necessidade de adotar medidas esporádicas de natureza legislativa, judicial e administrativa a fim de assegurar a igualdade das raças (Theodoro, 2014, p.4).

Após o fim da Ditadura Militar, reverberaram os estudos que questionavam o mito da democracia racial e, com isso, o movimento negro começou a ter mais voz no debate político, então, “por meio da atuação destes movimentos, o racismo foi incluído na nova Constituição brasileira de 1988 como crime” (Fonseca, 2015, p. 334). Entretanto, somente em 1995 o governo admitiu formalmente a existência do racismo no Brasil a partir do pronunciamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Cardoso, sociólogo que, anteriormente, foi referência nos estudos sobre as questões raciais e fez parte do grupo de Florestan Fernandes, foi um dos pioneiros nos estudos que desmentiam a ideia de democracia racial. Como presidente da República, Fernando Henrique apoiou a participação do Brasil na III Conferência Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Outras Formas de Intolerância, em Durban no ano de 2001. A participação do Brasil nesta Conferência constituiu um marco importante para o reconhecimento das questões raciais existentes e foi uma grande conquista do movimento negro brasileiro, uma vez que a

temática racial passou a ser reconhecida pelo governo. Foi a oportunidade perfeita para exigir ações do governo para o combate ao racismo e, assim, o movimento negro buscou a implementação de políticas de igualdade racial por parte das instâncias executivas (Theodoro, 2014).

O racismo foi criminalizado pela Constituição de 1988 e pela lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989 tornou inafiançável o ato registrado em flagrante. Assim, “o acusado vai direto para a cadeia e não tem direito a pagar fiança para aguardar o julgamento em liberdade” (Turra; Venturi, 1995, p.21). Para além das benesses desse feito, surgiu também, como efeito colateral do mesmo racismo, o cuidado excessivo em não ser incriminado por tal crime, e uma das formas de se evitar isso é não falar sobre o racismo, “um elemento estruturante da sociedade” (Ribeiro, 2018, p. 132) naturalizado em diferentes espaços, ações e discursos. Essa naturalização do racismo faz com que este não seja percebido como racismo. Não pensar, não discutir e não dialogar, contribui para que o racismo não seja percebido no cotidiano, considerado por nós como uma armadilha.

O racismo é uma violência que pode ser expressa de diferentes formas, inclusive através de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão, “a forma como o racismo vai incidir sobre cada pessoa vai ser mais ou menos prejudicial segundo as diferentes identidades e condições em que vivem” (Werneck, 2010, p. 16).

Schucman (2014) refere que a identidade racial branca, se caracteriza nas sociedades estruturadas pelo racismo como um lugar de privilégios materiais e simbólicos construídos pela ideia de ‘superioridade racial branca’ [...] forjada no século XIX. Consoante o mesmo, o racismo e o ideal de beleza branca são motivos pelos quais há certa dificuldade para uma pessoa se autodeclarar negra. Como consequência desses fatos, existe no imaginário do brasileiro uma ideia de superioridade da identidade branca. Assim,

o pardo tenderia a se classificar como branco, o negro como pardo-moreno; e o branco tende a recusar qualquer mistura biológica ou cultural com o negro, pois assim todos fugiriam dos estereótipos negativos relacionados ao negro em nossa cultura (Schucman, 2014, p. 53).

Surgiram ainda outras variações de cores de peles, os denominados café-com-leite, queimadinho, moreno, chocolate e muitos outros

[...] não há, portanto, brancos e negros, mais sim mecanismos de atribuição de sentido a traços fenotípicos para que a denominação de um grupo sobre o outro possa ser legítima. Assim, devemos entender a raça como uma

construção social que procura validar projetos de dominação baseados na hierarquização entre grupos com características físicas distintas (Moreira, 2019, p. 29).

Carneiro (2011, p. 55) afirma que a “urgência de implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil decorre de um imperativo ético moral que reconhece a indivisibilidade humana, e, por conseguinte, condena toda forma de discriminação”. A questão é compreender que o racismo está tão enraizado na vida social e que ele também aparece no CRAS, fato que se torna um desafio para todos nós, pois podemos nos perceber reproduzindo o racismo de modo grupal, ainda que procuremos combatê-lo em nossas práticas individuais.

A Constituição Federal (1988), conhecida como a “Constituição Cidadã”, foi elaborada pelos senadores e deputados eleitos pelos cidadãos nos anos de 1986-1987 por setores populares que também participaram de sua construção. Seu Artigo 5º possui grande relevância para este estudo, pois estabelece que:

Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade [...].  
XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; [...]

O Código de Ética do assistente social, afirma princípios e postulados em defesa da não discriminação e eliminação de preconceitos, dentre os quais

VI-Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação dos grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2012, p. 23-24 *apud* Rocha, 2014, p. 297).

Consideramos ainda a inclusão de mais dois princípios que fazem referência ao posicionamento ético-político em defesa da liberdade e do combate às opressões. São eles:

VIII-Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; XI-Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (Brasil, 2012, p. 23-24).

Sabe-se que todas(os) devem ser iguais perante a lei, contudo as leis são elaboradas por uma parcela específica da população e com alguns privilégios.

Se às grandes majorias populares lhes falta uma compreensão mais crítica em torno de como a sociedade funciona, não é porque sejam, digo eu naturalmente, incapazes, mas por causa das condições precárias em que vivem e sobrevivem, porque vem sendo proibidas de saber, a saída é a propaganda ideológica, a “sloganização” política e não o esforço crítico através do qual homens e mulheres se vão assumindo como sujeitos em processo permanente de busca, de desvelamento de *raison d'être* das coisas e dos fatos (Freire, 1992, p. 55)

As chamadas “ações afirmativas”, por exemplo, podem ser explicadas como uma iniciativa na busca da equidade. Sevferth (2002) pontua que se definem como políticas públicas e privadas, para concretizar a equidade como um princípio constitucional e para diminuir os efeitos causados pela discriminação, não só racial, mas de gênero, sexo. Discute ainda, a importância das ações afirmativas, pois para que um país possa se desenvolver por completo, a exclusão social não pode fazer parte deste cenário e acentua que as ações afirmativas precisam caminhar junto com a conscientização da própria sociedade acerca da redução das desigualdades sociais que prejudicam as minorias.

Conforme Rocha (2009, p. 541), “a apropriação da categoria raça/etnia pelos profissionais de Serviço Social contribuirá como importante ferramenta para a apreensão crítica das relações sociais e suas múltiplas determinações”. Desta forma, entendemos que é esta apreensão do real numa perspectiva do todo, o parâmetro balizador para nossa intercessão qualitativa no âmbito do trabalho profissional, construindo as respostas e estratégias profissionais necessárias e adequadas à população atendida, que é majoritariamente a população negra e esse fato não pode estar desconsiderado ou escamoteado.

Como ações antirracistas protagonizadas e impulsionadas na intercessão, destacamos: o diálogo permanente com a população usuária acerca da temática durante as reuniões com as famílias atendidas no PAIF; diálogos com a equipe multiprofissional acerca da temática étnico-racial; incorporação e preenchimento do quesito raça/cor nos instrumentais do CRAS; construção de ação comunitária de ampla magnitude no município para evidenciar a importância desta discussão. É nesta direção que, nos limites desta dissertação, buscamos apresentar algumas reflexões a partir da experiência de combate ao racismo e ao sexismo no cotidiano profissional

no âmbito do SUAS, mais especificamente em um CRAS, evidenciando a necessidade de construirmos e ampliarmos ações antirracistas em nosso cotidiano.

Nesse sentido, nós, enquanto agentes profissionais que atuamos no contexto contraditório das instituições, precisamos compreender a existência do racismo como fator que estrutura a sociedade brasileira e que se espalha no âmbito institucional, para que consigamos construir respostas profissionais que possibilitem enfrentar tal realidade.

[...] tanto as demandas do capital como do trabalho, só podem fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (Iamamoto; Carvalho, 1995, p. 75).

É por isso que o trabalho profissional da(o) assistente social é cotidianamente polarizado pelos interesses do capital e do trabalho. A compreensão deste elemento eminentemente contraditório que funda a constituição da profissão no Brasil, é determinante para o estabelecimento de mediações que possibilitem apreender esses processos e criar estratégias para fortalecer a luta pelos interesses das (os) trabalhadoras (es). Assim, na mesma medida em que é preciso cuidado para não cairmos em tendências messiânicas e ter nítidos os limites da profissão na órbita do capital, bem como o papel contraditório que a política social assume nesse contexto, é fundamental a direção construída coletivamente ao longo das últimas décadas pela categoria de Assistentes Sociais, e fortalecermos no cotidiano profissional o polo dos interesses das(os) trabalhadoras(es).

De acordo com dados do IBGE (2017), a população negra representa 54,9% da população brasileira. Contraditoriamente, a maioria se encontra sob condições desumanas e a minoria em espaços de prestígio.

Os estudos estatísticos têm constatado que há um fosso entre a população negra e a população branca, em termos de acesso e oportunidades. A ausência de negros nas profissões de prestígio, na política, em algumas expressões artísticas, na mídia etc., é resultado de uma longa história de exclusão, na qual o racismo e o sexismo atuam definindo para homens e mulheres negras lugares desprivilegiados na sociedade, quase intransponíveis (Almeida, 2014, p. 134).

Sentir, estudar, refletir e problematizar sobre os efeitos dos marcadores sociais por meio do DI nos faz perceber um horizonte no qual existem parcelas da população, em especial no recorte feito aqui, o das mulheres negras, que são concebidas socialmente como desprovidas de humanidade, não humanas, desconsideradas em grande parte das políticas públicas. Para nós, tratou-se de evidenciar que a população negra é o principal público atendido no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é exatamente por esse motivo que as ações profissionais precisam expressar o repúdio a qualquer concepção discriminatória e excludente.

Diversas expressões do racismo se manifestam no miúdo da vida vivida da população atendida, não sendo possível, a nosso ver, negar essa realidade. Pelo contrário, a intercessão realizada no âmbito do SUAS, atuando nesse CRAS, evidenciou a tamanha potencialidade em se discutir essas questões junto à população usuária, até porque, a camada da classe trabalhadora mais pauperizada que chega nos serviços, não é abstrata porque possui, além da condição de classe, a condição de gênero e raça/etnia muito bem delimitadas.

Problematizar a Assistência Social trata-se de uma tarefa complexa, considerando o fato de ser eu a única assistente social negra de uma pasta inteira, somando forças com uma única psicóloga também negra, nos possibilita experienciar a intercessão de um modo singular. Este ensaio trata da necessidade de apropriação acerca do debate étnico-racial como modo de apreensão da realidade numa perspectiva crítica e de totalidade.

### **3.3 GÊNERO**

As diversas opressões, explorações, discriminações e preconceitos que se expressam na vida dos sujeitos, especialmente dos que são atendidos no CRAS por nós, são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de gênero – incluindo a sexualidade –, raça e classe de forma imbricada e dialética se configuram em expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdade, de resistência política, na condição da mulher no capitalismo, bem como a sua necessária participação política e social como integrante da classe trabalhadora na construção de um projeto societário e de fato emancipador.

Na concepção do feminismo marxista, a subordinação da mulher aos homens está associada à instauração da propriedade privada e da luta de classes. Como refere Moraes

No tocante à “questão da mulher”, a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em A origem da família, da propriedade privada e do Estado a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da “opressão específica” [...] (2000, p. 89).

A propriedade, de acordo com a teoria marxiana, teria na família o seu “germe”, na qual, segundo Marx e Engels (2009), a mulher e as crianças são consideradas escravas do homem. Para eles, a escravidão aparece de forma ainda latente e muito rudimentar na família, mas já constitui a primeira propriedade.

Marx inicia sua crítica sobre a emancipação humana a partir de uma análise crítico-filosófica sobre as relações entre homens e mulheres:

Na relação com a mulher como presa e criada da volúpia comunitária está expressa a degradação infinita na qual o ser humano existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem a sua expressão inequívoca, decisiva, evidente, desvendada, na relação do homem com a mulher (Marx, 1974, p. 104).

Portanto, em 1844, Marx já denunciava o processo de coisificação da mulher e de sua degradação como ser humano.

O salto ontológico<sup>35</sup> para a sua constituição como ser social é limitado, pois ao tomar uma mulher como “presa”, evidencia-se que há uma preponderância da sua dimensão animal. Assim, ao tratar a mulher como coisa, o homem também se coisifica, ao passo que se desumaniza, “pois quem se satisfaz com um objeto, quem não tem necessidade de entrar em relação com outro ser humano, perdeu toda sua humanidade” (Saffioti, 1979, p. 73-74).

Partimos da percepção de que o capitalismo é incompatível com a igualdade. Lênin ressalta essa incompatibilidade e a inviabilidade desse sistema:

---

<sup>35</sup> Quando ocorre um salto ontológico surge uma nova esfera do ser. O primeiro salto ontológico foi o da passagem do ser inanimado ao ser vivo, o segundo salto ontológico foi o da passagem do ser biológico ao ser social. Uma ontologia do ser social precisa explicar o que constitui a especificidade do ser social perante os demais seres vivos (Lukács, 1969, p. 11-22), o que não significa, porém, que o ser social exista independentemente da natureza. O ser humano é antes de tudo um ser vivo e a sociedade só pode existir em permanente intercâmbio com a natureza.

Mesmo na igualdade puramente formal (igualdade jurídica, 'igualdade' do bem alimentado e do faminto, do possuidor e do não possuidor), o capitalismo não pode ser consequente. Uma das inconseqüências é a desigualdade da mulher e do homem" (1979, p. 104).

Ou seja, a emancipação das mulheres encontra um limite estrutural: o capitalismo

A emancipação da mulher não é um ato de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição de seu triunfo. A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho e com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher (Machel, 1982, p. 18).

Então, as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturantes porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho. Assim, o exercício necessário e o esforço que realizamos nesta dissertação é o da desnaturalização, ou seja, utilizamos do DI como ferramenta para que pudéssemos perceber, analisar e discutir que as coisas não existem desse modo desde sempre. Essa naturalização, nos provoca a acreditar que sempre estiveram lá, desta forma e não podem ser mudadas.

No percurso de consolidação do Serviço Social como profissão, perpassado pelo disciplinamento e responsabilização das "mulheres-mãe", que eram vistas como incapazes e improdutivas, uma ideia de que estas mulheres deveriam adequar suas famílias a um padrão de "normalidade" (Martins, 2011), supostamente já superado.

Como Slenes (1988) discute, no contexto escravista a família negra era vista como fora dos padrões, tendo sido negligenciada como unidade familiar. Nesse sentido, poderíamos deduzir que as famílias negras podem ter sofrido tal disciplinamento devido à configuração considerada como a "correta" de uma família, não estaríamos então, incorrendo em retrocessos quando não compreendemos as famílias em sua totalidade e seu contexto?

O discurso oficial da PNAS presume frequentemente, que as práticas assistencialistas, benemerentes e caridosas estariam superadas e já são inexistentes, bem como as práticas que responsabilizam e culpabilizam as famílias. Mas durante a intercessão, entendemos que a práxis é viva e se movimenta, nesse constante

movimento, permeando uma linha tênue que precisa ser explorada com muito cuidado, atenção e constante reflexão. Romper com a divisão sociotécnica do trabalho nos diz sobre a importância de ler, estudar, problematizar e refletir nosso próprio fazer, de modo a evitar que nos esbarremos nas armadilhas do trabalho, e, caso isso aconteça, que possamos nos reposicionar, ocupar as brechas para produzir uma nova realidade.

As mulheres, especialmente as mulheres negras são hegemonicamente as usuárias de equipamentos públicos como CRAS, bem como beneficiárias de programas como o Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e durante nossa intercessão, o acompanhamento familiar por meio do PAIF era realizado às 113 (cento e treze) famílias, deste total, apenas 03 (três) referências familiares eram de homens, por exemplo.

Neste trecho do diário de intercessão, critico o meu próprio fazer em rede a partir de uma contrarreferência realizada à saúde

A escrita dessa devolutiva me deixa extremamente incomodada, mas a faço da mesma forma. O encaminhamento da profissional de serviço social da Santa Casa foi realizado em março de 2021, realizei a visita domiciliar antes de findar a semana, já que se trata de uma criança com deficiência, entendo a necessidade de muita urgência. Renata está sendo referenciada ao CRAS devido a um encaminhamento recebido da Santa Casa constatada situação de desnutrição da filha Bianca, uma criança com deficiência, que completará com 04 (quatro) meses na próxima semana. Renata não trabalha, pois precisa cuidar dos filhos, fazia bolos e doces para vender, porém com a pandemia e a gestação do filho Luiz, precisou abrir mão do trabalho, mesmo sendo informal não conseguiria conciliar. Renata possui 04 (quatro) filhos, Laura com 12 (doze) anos, Joyce com 09 (nove) anos, Bianca com 04 (quatro) meses e está gestante de Luiz. A renda atualmente é proveniente do BPC Pcd Bianca no valor de 01 salário e Auxílio Emergencial, no valor de R\$ 375,00. Não recebe a pensão alimentícia de Laura, Joyce e Bianca e seu companheiro e pai de Luiz foi preso há 03 (três) meses, sem direito ao auxílio reclusão. Residem em uma casa que foi cedida pela sua tia. Renata está recebendo atualmente 02 latas de leite fornecidas pela saúde, porém refere que a filha precisaria de mais uma ou duas por mês. Durante o atendimento Renata se pergunta e me pergunta sobre ser uma boa mãe, “não sei o que fazer”, diz ela. Durante a escrita do instrumental para devolução e questionamento à instituição sobre quem de fato estaria sendo negligente, algumas perguntas me ressoam: quais condições essa mãe possui? Quais as seguranças não lhe foram afiançadas? O que, de fato, a colega profissional pretendeu? Quais as atribuições do CRAS nesse caso específico?

Depois da discussão com a equipe, entendemos que seria essencial acionar o conselho tutelar de modo a acelerar e exigir o atendimento completo do direito dessa criança (Diário de intercessão, 2021).

Acerca do atendimento territorializado, tomamos o CRAS como estabelecimento que deve realizar ações que se propõem prevenir as situações compreendidas como sendo de risco e vulnerabilidade. Com isso, cabe-nos pensar como a distribuição planejada e política e das vulnerabilidades é pensada por nós, pelas equipes que compõem esse estabelecimento, os efeitos disso no cotidiano dos sujeitos, das mulheres negras pauperizadas e as formas como o Estado as convoca a serem (co)participantes no enfrentamento de sua própria pobreza. Podemos afirmar, então, que essas mulheres são duplamente foco das políticas de Assistência Social: responsabilizadas pela situação que vivem e por sair da mesma.

Butler (2018) afirmou que um dos paradoxos do neoliberalismo repousa justamente em sua noção de “responsabilização”, por atribuir responsabilidade as populações por sua própria precariedade ou por sua experiência acelerada de precarização. A racionalidade neoliberal, de acordo com essa autora, segue o princípio da autossuficiência, embora não crie condições para que as pessoas possam, de fato, alcançá-la.

O capitalismo só é possível por conta de uma lógica de acumulação de capital, que está pautada em um projeto exploratório dos ‘mais fortes sobre os mais fracos’. Assim, as mulheres são subalternizadas, inferiorizadas e tratadas enquanto minorias.

Cisne (2014) trata da heterossexualidade compulsória enquanto sendo uma necessidade primordial para manutenção do sistema opressor e das relações de poder que se estabelecem nele. Essa heterossexualidade compulsória seria usada na consolidação do patriarcado e para inferiorização de mulheres, estabelecendo relações de dominação e de exploração. É interessante pensar o patriarcado como um modo de poder relacional estruturante tanto de relações estruturais quanto as superestruturas. Desta forma, mesmo na ausência de um homem/indivíduo concreto, se efetiva tal poder, mulheres são postas incorporando e reproduzindo os discursos e ações, seja consigo mesmas, na criação de seus filhos e até como forma de fiscalizar, julgar, criticar e menosprezar a ação de outras mulheres.

A disputa e a desigualdade entre homens e mulheres está relacionada a divisão entre a esfera produtiva e a reprodutiva, que fortalece a hierarquia, em que a esfera produtiva é a da valorização, em que os homens produzem as riquezas e a esfera da reprodução é entendida pelas sociedades capitalistas enquanto espaço feminino por excelência e um espaço necessário ao capitalismo para garantir a manutenção e a reprodução da força de trabalho. Isto é, a divisão sexual do trabalho precisa ser

compreendida com base nas assimetrias e hierarquizações próprias dessa divisão e não apenas na diferenciação de tarefas entre homens e mulheres. Essas assimetrias estão expressas nos salários entre os sexos e outras diversas desigualdades existentes. Por isso, a necessidade de analisar não apenas o campo da produção, mas qual relação essa produção estabelece com a reprodução social (Cisne, 2014).

### **3.4. CLASSE SOCIAL**

De modo a analisar as múltiplas dimensões do exercício profissional do assistente social e os efeitos que a práxis oferta aos sujeitos cidadãos (Benelli; Costa-Rosa, 2012), é preciso problematizar o contexto social, bem como a estrutura que organiza a sociedade. Os autores lamamoto e Carvalho (1995), discutem como se constituiu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sendo que, este não advém apenas do crescimento econômico, mas traz consigo as contradições presentes neste modo de produção, além de um quadro de fragilização das relações de trabalho, visto que, gera uma competição entre as pessoas em uma busca desesperada por um lugar no mercado de trabalho, “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros modelos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (lamamoto; Carvalho, 1995, p. 77).

A questão social se torna a base que justifica a necessidade de profissionais implicados, aqueles que vão além da caridade e repressão, que buscam a expansão dos indivíduos enquanto sujeito de direitos (Benelli; Costa-Rosa 2012). Mesmo sendo caracterizada por uma profissão que está regulamentada como de caráter liberal, os profissionais assistentes sociais trabalham como assalariados e prestam serviços em diferentes áreas como saúde, educação, Assistência Social, habitação, docência, entre outros, o que afeta diretamente em sua autonomia e possibilidade de construir respostas técnicas profissionais.

Nesse sentido, Netto (2007, p. 142) destaca que “[...] o desenvolvimento capitalista é necessário e, irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada da pobreza [...]”, portanto, resultante do modo de divisão de bens onde o trabalhador assalariado produz riquezas, porém essas não serão apropriadas por ele e sim acumuladas por uma classe dominante (Siqueira, 2009).

Para lamamoto (2011, p. 128-129):

[...] tais desigualdades revelam o descompasso entre temporalidades históricas distintas, mas coletaneamente articuladas, atribuindo particularidades à formação social do país. Afetam a economia, a política e a cultura, redimensionando, simultaneamente, nossa herança histórica e o presente. Imprimem um ritmo particular ao processo de mudanças em que tanto o novo quanto o velho alternam-se em direções contrapostas: a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrafos nas relações no trabalho, radicalizando a questão social.

Há um processo de metamorfose no que considera ser a questão social, que se reveste com outras roupagens:

Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Fratura esta que vem se traduzindo na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social. Violência que tem no aparato repressivo do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e poder dos que dominam, o seu escudo de proteção e de disseminação. (Iamamoto, 2011, p. 128-129).

O processo de trabalho explicado por Marx (1974, p.149), diz que trabalho é “um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. O trabalho pode ser explicado no modo como o homem interfere na natureza, modificando-a e modificando-se também, independente da sociedade que esteja sendo estudada, o trabalho é tido como um condicionador da existência humana, é através dele, que o ser humano se constrói, conduzindo ao seu autodesenvolvimento como espécie.

Montaño (2006), afirma que os países periféricos passaram a desenvolver políticas e práticas com vistas a cumprir o estabelecido no Consenso de Washington (1989), com base no novo modelo de produção, o qual redefiniu estratégias geográficas, além de aprofundar o controle sobre a produção e intensificação do trabalho e de aumentar a produtividade. A reestruturação produtiva e o neoliberalismo trouxeram impactos destrutivos, que atingiram o mundo de trabalho de forma geral, principalmente os trabalhadores em sua organização de classes, subtraindo direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Toda essa problemática incide em nós, como trabalhadoras assalariadas, mas também como mediadoras dos conflitos, no enfrentamento da questão social, propondo medidas que visam equacionar tal demanda.

O posicionamento dos profissionais, enquanto supridores e os sujeitos enquanto carentes e assujeitados, demonstra a relação como vertical, alguns dos

trabalhadores se posicionam como detentores do poder, do conhecimento, de um saber-poder-ajudar e desconsiderando os conhecimentos e interesses dos sujeitos, assumindo muitas vezes a posição de objeto da ajuda ao invés de possibilitar caminhos para que ele possa assumir o protagonismo, ou seja, o sujeito não é visto como um participante ativo para a resolução de seus impasses, pois é o trabalhador que supõe poder resolver todas as situações, ou sugerir, orientar, direcionar (Mexko, 2017). Segundo Juncá (2012) o profissional acaba sendo visto como superior, criando como consequência um profissional responsável pelo mero repasse de informações e esclarecimentos à população.

Segundo Oliveira (2009), o Serviço Social não apresenta como objetivo observar o homem partido, mas sim inteiro, na dialética do viver e em suas relações sociais e históricas. Objetiva identificar o homem-sujeito e não apenas “assujeitado” às estratégias hegemônicas e aos seus meios de regulação. Muitos são os desafios que os profissionais enfrentam, pois são polarizados pelos interesses de classe, já que o profissional é pago pela classe dominante, para executar políticas e serviços sociais, direcionadas à classe operária.

O Serviço Social, cumpre uma função social, uma profissão legitimada socialmente e criada para atender as necessidades de uma classe social. O objeto de trabalho está vinculado a uma determinada visão de homem e de mundo.

A concepção mais difundida no Serviço Social foi cunhada em 1983 e refere sobre a contradição fundamental do modo de produção capitalista, embasada na produção e apropriação da mais-valia<sup>36</sup> gerada socialmente

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Carvalho; Yamamoto, 1995, p.77).

---

<sup>36</sup> No âmbito da tradição marxista, mais-valia é o termo utilizado para designar a parte do trabalho não pago pelo burguês. Ou seja, a(o) trabalhadora (r), despojada (o) dos meios de produção e possuindo sua força de trabalho como única mercadoria a ser vendida, submete-se forçosamente à essa venda para um burguês que, através do salário, irá pagar parte da riqueza que foi produzida através desse trabalho explorado. A outra quantidade não paga a essa(e) trabalhadora (r), é apropriada pelo patrão/burguês, denominada de mais-valia (Netto; Braz, 2012).

É importante refletir que a questão social representa uma perspectiva de análise crítica da sociedade. Os múltiplos e complexos problemas com as quais se deparam a classe trabalhadora – fome, desemprego, miséria, doença – são expressões da questão social que por seu turno, correspondem às desigualdades oriundas de lógica capitalista de produção e de reprodução das mercadorias. As políticas públicas são constituídas a partir de dimensões particulares e particularizadas da situação de vida dos trabalhadores: saúde, educação, habitação, alimentação, entre outros, dessa forma, a fragmentação não permite ao trabalhador a aquisição de uma consciência mais coletiva sobre seus problemas.

Durante o percurso de consolidação do Serviço Social como profissão, os princípios cristãos e a visão de recuperação da sociedade foram lentamente sendo deixados de lado e a profissão inicia uma aproximação com a postura marxiana, assim a análise passa a ser realizada considerando a forma de produção e apropriação do produto social é a causa prioritária das desigualdades e que a intenção é justamente manter a dominação de classe.

Melo (2005) e Teixeira (2010) apontam para a Assistência Social brasileira atual como transcendente à noção de pobreza única e exclusivamente como uma carência de renda. Melo (2005) afirma que a razão da pobreza atualmente é uma desigualdade da estrutura econômica que se expressa de diferentes modos: desigualdade de renda, desigualdade de acesso, desigualdade de meios, desigualdade na detenção de ativos. Na perspectiva de Teixeira (2010), o leque de distintas manifestações das desigualdades sociais pode ser expresso pelas definições de vulnerabilidade e risco social, de forma a ampliar a noção de pobreza em direção a sua multidimensionalidade e as suas diferentes formas de expressão, negando-a, assim, como apenas a ausência ou precariedade de renda.

Os beneficiários dos serviços, programas e projetos, principalmente, os benefícios de transferência de renda eram frequentemente considerados como “preguiçosos” por alguns colegas trabalhadores e usuários do CRAS, sendo que para eles há uma cultura de comodismo devido a um usufruto econômico sem esforço. Também presenciamos falas com tom de condenação como: “ela dorme até às onze da manhã” (Diário de intercessão, 2021). Entendemos que esses tipos de narrativas colocam erroneamente a população em uma massa homogênea de pessoas que não gostam de trabalhar. Nesse discurso sobre a pobreza, muitas variáveis, tais como o sofrimento psíquico, contexto de vida, recursos subjetivos, são desconsideradas.

De acordo com Cruz e Hillesheim (2013), as políticas públicas de Assistência Social podem ser compensatórias, utilizando como exemplo o Programa Bolsa Família que, levando em consideração o auxílio financeiro ínfimo, tem o objetivo de diminuir a miséria, mas não de erradicar a fome. As mesmas autoras apontam que eventualmente nossas ações não são continuadas, na medida em que o governo espera que os usuários dispensem em algum momento o auxílio. O nosso questionamento surge quando refletimos sobre nossa atuação e o que estamos executando para que esses sujeitos dispensem o auxílio, e, no movimento de reflexão, nos deparamos com uma lógica de serviço estática, paralisada, a qual não promovia autonomia social. Podemos pensar nas práticas culpabilizadoras, que compreendem o sujeito como o único responsável pelo desenvolvimento social e financeiro de sua família, excluindo-o do complexo do sistema capitalista.

Assim, Sawaia reforça que “viver é mais que sobreviver. O homem tem necessidade, sim, de pão, mas igualmente de bons encontros potencializadores de liberdade, felicidade, criação e fruição do belo” (2009, p. 370). Pensando nisso, acreditamos e defendemos que o CRAS deve e pode ser um espaço para o desenvolvimento de bons encontros e que uma possibilidade ao trabalhador, é ampliar os horizontes, buscar repertório de atuação nas artes, viabilizar parcerias com outras pastas e outros segmentos.

Guattari e Rolnik (1986) destacam que as políticas públicas podem também funcionar como mecanismos de normatização, captura, disciplinarização e controle social:

O Estado assistencial começa pela organização de uma segregação que empurra, para fora dos circuitos econômicos, uma parte considerável da população. E num segundo momento ele vem socorrer, vem dar assistência a essa população, mas com a condição de ela passar por esse sistema de controle (Guattari; Rolnik, 1986, p. 148).

A política aparece como um espaço de paradoxos, ou seja, um terreno para garantia de direitos, mas, também, um campo de disputa e de aniquilação da(o) outra(o), na busca de uma hegemonia totalizante (Guizardi; Cavalcanti, 2009), possibilitada pela ideia de que aquelas(es) que estão no poder representam toda a população. Mas é a partir do DI que localizamos nossa práxis, então buscamos operacionalizar uma subversão no percurso de uma práxis que se orienta por um verdadeiro processo de emancipação, visando à consolidação de direitos, fortalecimento dos sujeito/trabalhadores enquanto sujeitos que pensam, para que

estes, fortaleçam os sujeitos/usuários. Buscamos ampliar a noção e a percepção da proteção social como garantia de segurança, bem como trata o art. 4º da NOB SUAS, que define como seguranças afiançadas pelo SUAS: “I - acolhida; II - renda; III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social; IV - desenvolvimento de autonomia; V - apoio e auxílio” (MDS, 2006, p. 16).

### 3.5. PROBLEMATIZANDO O MITO DA MERITOCRACIA

Ao longo da intercessão-pesquisa alguns desejos se distanciaram e alguns novos se aproximaram, questões como uma oferta de atenção assistencial singular aos pobres, pretos, as mulheres, culpabilizados, destratados ou mortos tornou-se uma questão essencial para a dissertação.

Problematizamos brevemente neste ensaio o modo como as discriminações são naturalizadas na sociedade, tratadas de forma racional e os caminhos traçados como um modo de justificar as desigualdades a partir da ideia do mérito e do esforço.

É preciso muito arcabouço teórico para estruturar a reflexão sobre os marcadores sociais e questionar a construção ideológica dessa crença na meritocracia, incorporada e enraizada na vida da população brasileira, o que exige abandonar o senso comum e refletir a partir da Ciência.

Discuti e apresentei nesse texto, algumas condições históricas, sociais e econômicas e o quanto esse aspecto do poder do mérito está baseado na suposição das qualidades e esforços individuais como sendo suficientes para alcançar o sucesso e o bom desempenho. Fernandez (2015) considerando a contradição que se dá no embate do sucesso versus o fracasso afirmou, nesse caso, que aqueles que criticam pessoas bem sucedidas e nobres, tendem a ser o oposto daquelas “fracassadas”: “Um dualismo radical, uma oposição irreconciliável entre luz e trevas, bom e mau; uma oposição que só pode ser salva mediante a vitória absoluta do bem” (Fernandez, 2015, p. 3).

O termo meritocracia tem sua origem na junção da palavra latina *mérito*<sup>37</sup> e do sufixo grego *cracia* juntos designam o entendimento da junção entre mérito e poder

---

<sup>37</sup> Mérito significa ser digno de algo, conseguir recompensas por esforço individual. MICHAELIS. Editora Melhoramentos Ltda. Mérito. **Dicionário brasileiro de Língua Portuguesa**. Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=merito>. Acesso em: 13 ago. 2023.

ou um poder obtido pelo próprio mérito. O termo está relacionado aos preceitos da filosofia política, sendo considerada como um sistema organizacional ou social, que se organiza a partir do fornecimento de recompensas, com base exclusiva em seu esforço e resultados. Pugliesi (2019), sugere que na meritocracia o sucesso é determinado única e exclusivamente pelo esforço pessoal, hipótese que colocaria o presidente ou mesmo o dono de uma empresa em pé de igualdade com o operário da fábrica, ou com a mulher responsável pela limpeza, mãe solo de três crianças.

A meritocracia é uma ideologia que propõe justificar de certo modo as desigualdades produzidas pelo MPC, corroborando uma elite trabalhadora e virtuosa, ao passo que essa elite se beneficia das desigualdades quanto aos investimentos educacionais aos filhos, por exemplo, passando os privilégios de uma geração à outra, o que vai proporcionar melhores oportunidades de trabalho e de salários para este grupo, considerando o menor acesso das classes empobrecidas ao ensino de qualidade, “os melhores têm mais e os piores, aqueles que fracassam neste regime meritocrático, devem conformar-se com pouco ou nada” (Fernandez, 2015, p. 4), supostamente, neste regime, considerada pelo autor como uma meritocracia perfeita, aquele que serve, que é bom, triunfa.

Nas sociedades capitalistas, as noções de mobilidade social, ascensão e liberdade econômica estão associadas no imaginário de grande parte da população à ideia de meritocracia. A nosso ver, a meritocracia, tal como tem se apresentado, ora um valor intrínseco ao capitalismo e a democracia, ora restrita ao momento ideológico, carrega em si limites teóricos e conceituais que devem ser problematizados, principalmente para à análise no que diz respeito à relação entre capital-trabalho, e da luta de classes em si. Nesse sentido, a devida caracterização e problematização da noção de meritocracia nos parecem significativas para o entendimento da formação do sujeito empreendedor de si mesmo (Abílio, 2019; Amorim; Moda; Mevis; 2021).

Com efeito, o mérito não deve ser afastado, inclusive por se tratar de expressão da individualidade da pessoa humana, consoante o pensamento existencialista, que valoriza “o caráter único e, por isso mesmo, inigualável e irreprodutível da personalidade individual” (Comparato, 2008, p. 27). Ocorre que, não se pode esquecer das pessoas em situação de hipossuficiência, haja vista “primado do respeito aos direitos humanos como paradigma propugnado para ordem internacional” (Piovesan, 2010, p. 39-40), bem como os direitos fundamentais previstos na Constituição brasileira, essencialmente dirigido à essa parcela da população.

Comemoramos hoje 120 anos de abolição da escravatura negra no Brasil. Abolição da escravatura quer dizer aqui fim de um sistema cruel e injusto que trata os negros como coisa, objeto de compra e venda, negócio lucrativo para servir à ambição sem-fim dos poderosos. **Abolição da escravatura quer dizer libertação. Mas será que acabamos mesmo com a injustiça**, com a humilhação que o conjunto da sociedade brasileira nos trata? Será que acabamos com a falta de amor-próprio que nos foi transmitida desde muito cedo nas nossas vidas? Será que já nos libertamos do sentimento de que **somos menores, cidadãos de segunda categoria**? Será que gostamos mesmo da nossa pele, do nosso cabelo, do nosso nariz, da nossa boca, do nosso corpo, do nosso jeito de ser? Será que nesses 120 anos de abolição conquistamos o direito de entrar e sair dos lugares como qualquer cidadão digno que somos? (Souza, 2008, p.17, grifo nosso)

Minha experiência como trabalhadora-intercessora incluiu um esforço por obter os subsídios necessários para entender o tema da meritocracia e com a produção dos questionamentos que aqui apresento. O termo, por si já era gerador de grande incômodo, potencializado pelas leituras, estudos e as frases constantes ouvidas na vida, sendo ditas com ainda mais entusiasmo no CRAS “você precisa estudar para ser alguém na vida” (Diário de intercessão, 2021).

A privatização dos direitos sociais é uma marca do Neoliberalismo, com a consequência de que se destina o acesso aos estabelecimentos assistenciais, não necessariamente a população que mais precisa, mas à uma parcela da população caracterizada pelo mérito e desempenho pessoal, não considerando questões estruturais e estruturantes do contexto social, exacerbando o individualismo e a competitividade.

A sociedade moderna, no entanto, diz de si mesma que superou todos os privilégios injustos. Isso significa que os privilégios injustos de hoje não podem “aparecer” como privilégio, mas sim, por exemplo, como “mérito pessoal” de indivíduos mais capazes, sendo, portanto, supostamente justificável e merecido (Jesse, 2022, p. 14).

Essa política de precarização do plano dos direitos sociais força a competitividade, retira o indivíduo de sua classe social e o transforma em seu próprio capital humano de modo que se utiliza do conceito de meritocracia para justificar o seu sucesso ou insucesso na sociedade. Constatamos gradualmente, as consequências nefastas dessa política econômica neoliberal, presenciamos uma intensa precarização do trabalho, a institucionalização dos movimentos populares, a privatização dos direitos sociais, o aumento das desigualdades sociais, e a escassez da discussão e decisão da vontade popular (Alves; Stankevecz, 2020).

Para Giacomo Todeschini, a figura do “pobre pouco merecedor” tem origens que remetem à Idade Média e, em termos talvez mais amplos, ao fim da escravidão, do trabalho forçado e da pura e simples posse das classes pobres pelas ricas. Tão logo o pobre se torna sujeito e deixa de ser apenas objeto, convém possuí-lo por outros meios, em particular através da ordem do discurso e do mérito. (...) Com a chegada à era industrial e o surgimento de novas ameaças que a luta de classes e o sufrágio universal fazem pairar sobre as elites, aumenta a necessidade de justificar as diferenças sociais recorrendo às capacidades individuais (Piketty, 2020, p. 616).

Consideramos que as pessoas são iguais e livres para comprar e vender mercadorias (Marx, 1983) e que “os homens não são iguais: eles nasceram com direitos iguais” (Barbosa, 2006, p.31). A meritocracia se baseia na seleção e premiação dos melhores por meio da avaliação do desempenho individual e, assim, ela termina por gerar desigualdades funcionais que historicamente vão se tornando sociais. Ou seja, há uma transformação da lógica meritocrática, que ao invés de uma forma de combater privilégios e injustiças, torna-se uma lógica de conferir honra, status e prestígios excessivos a grupos específicos e determinados indivíduos em virtude de seus méritos e reservando punição para os outros, que são os denominados ‘fracassados’.

Todas as pessoas poderiam, em abstrato, através do seu “mérito” e empenho pessoal, “subir na vida”, adquirir um bom emprego, uma boa casa para morar, ser chefe de uma grande empresa, etc. Isso, entretanto, desde que se qualifique, se dedique e se esforce. Mas isso não é possível na formação social capitalista, que tem espaço apenas para poucos ricos e para uma imensa população empobrecida. Tais possibilidades, portanto, são apenas uma meia verdade. O que essa verdade procura incessantemente camuflar, não obstante, diz respeito à origem de nascimento e da renda de cada indivíduo - ou seja, que esses são fatores que poderão determinar os caminhos, as dificuldades e desafios de cada um. É certo que os indivíduos podem ter mérito por suas conquistas. Todavia, enquanto uns conseguem subir na vida pelo elevador do opulento patrimônio familiar, outros só o fazem por meio de escadas e carregando sacolas, frequentemente bastante pesadas. Esse processo e os que chegam ao final da subida pode dizer muito sobre cada sujeito.

Os trabalhos desenvolvidos por Souza (2010) podem ser um bom caminho para discutir as contradições entre mérito, reconhecimento e mobilidade social, na medida em que indica que os “batalhadores”, apesar de todo esforço e dedicação, não possuem as mesmas chances de vida em relação às classes dominantes, muito em

decorrência da condição de seu capital escasso cultural primário, ou seja, seu ponto de partida, aquele primeiro degrau da escada. Isso indica as determinações classistas para que uns tenham mais oportunidades e chances de vida do que outros.

Por donde se mire, a meritocracia, tal e como a experimentamos, não passa de um pretexto ideológico para as desigualdades sociais (i) que nada tem que ver com as capacidades e aptidões das pessoas, (ii) que faz com que nos olvidemos de perceber e acentuar com clareza o acelerado crescimento da desigualdade, de expor suas causas e origens, de ponderar suas consequências e, o que é ainda mais grave, (iii) que nos leva a abraçar incondicionalmente e a não refutar com contundência as falsas e falaciosas justificações oferecidas pelos habituais peritos em legitimação. A justificação da desigualdade como - desigualdade merecida - é o baluarte mais forte, o conservante mais duradouro, da meritocracia (Fernandez, 2015, p. 5).

A meritocracia está associada à noção de liberdade econômica e propriedade privada, sendo radicalizada pelos atores sociais neoliberais. A necessidade de construção de formas sociais que deem sentido às relações de produção e sua subsequente relação de desigualdades encontram na meritocracia um forte modo de legitimação.

Com o avanço do neoliberalismo a noção de meritocracia ganhou uma dimensão ainda maior, nutrida pela noção de liberdade econômica e de cálculo racional, associada à busca de status social mediante a valorização e o esforço individual, cuja expectativa está na ideia de que todo esforço para o capital será recompensado.

Fernandez (2015), problematiza a ideia da meritocracia considerando que ninguém merece moralmente o azar genético ou social, nem mesmo a desigualdade que lhe afunda, a família que possui, muito menos as ofertas e oportunidades a que teve acesso – ou não- ao longo de sua vida. Assim como os talentos e os dons, “não elegemos as consequências dos azares biológicos, da “loteria cortical” ou dos infortúnios socioeconômicos de que somos vítimas” (Fernandez, 2015, p.7).

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

*As pessoas sabem aquilo que elas fazem; frequentemente sabem por que fazem o que fazem; mas o que ignoram é o efeito produzido por aquilo que fazem (FOUCAULT, 1995, p.206)*

De acordo com o discurso oficial da política de Assistência Social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social, um estabelecimento de atendimento da Proteção Social Básica (PSB), cujo objetivo é o de prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania, são estabelecimentos públicos instituídos pela política de Assistência e regidos pela ordem do Estado.

Durante o processo da intercessão-pesquisa, no primeiro momento, constituído pela intercessão propriamente dita, tempo da atuação profissional em campo, em contato direto com os sujeitos usuários do estabelecimento e com os demais trabalhadores ocorreu em um CRAS localizado em um município do interior de SP.

Entender e problematizar o fazer profissional no CRAS nos possibilitou a ampliação da escuta, dos olhares, das percepções e das respostas que pudemos dar por meio de uma atuação mais avisada. O DI nos possibilitou ocupar as brechas do instituído, questionar muitas coisas, enxergar problemas e contradições, preconceitos e opressões, nos permitiu tomar partido, assumir riscos, nos reposicionarmos, assumir nossos medos, dúvidas, inseguranças e tomar todo esse conjunto de faltas para discussão e análise. Os sentimentos e as percepções da práxis, bem como a vida, foram se movendo, modificando-se e modificando-nos.

A sobrecarga de trabalho e a falta de tempo para estudo e reflexão tendem a escamotear o desejo crítico dos trabalhadores no campo das políticas públicas municipais. Procurando estar e nos manter atentas, avisadas e prevenidas quanto à essas situações, assim foi possível ocupar as brechas do instituído e com um intenso esforço de operar na perspectiva da garantia de direitos, de práticas verdadeiramente democráticas, livres e promotoras de transformação social.

Nossa prática assistencial se modificou na direção de uma práxis, conforme avançávamos ao longo do percurso da intercessão, a complexificação do nosso modo de olhar para as demandas, trouxe mudanças práticas na organização das agendas de atendimento, procurando contemplar a escuta como uma demanda possível de ser ofertada ao usuário; Tentamos manter uma agenda de atendimento aberta para as demandas que o sujeito trouxesse e não mais como nos primeiros meses de nossa atuação, em que as agendas eram nominadas por benefícios, como se compusessem um cardápio de ofertas: “segunda-feira os atendimentos eram realizados das 7h às 12h com a assistente social Maria<sup>38</sup> para fornecimento de cesta básica, terça-feira, atendimento das 11h às 16h com Benedita<sup>39</sup> para fornecimento de documentação civil e BPC” (Diário de intercessão, 2021).

O sujeito cidadão não demanda ajuda, ele é possuidor de direitos. O pouco que lhe é oferecido não lhe serve. Se os indivíduos pudessem ser realmente cidadãos, a Assistência Social, a Filantropia e a Caridade não existiriam, só existem porque há pobreza, violação de direitos.

Uma boa teoria não é aquela que ensina e prescreve o que fazer, mas aquela que permite que o trabalhador se localize no campo institucional de atuação e, desse modo, possa fazer escolhas e tomar decisões sobre o que fazer para produzir soluções para os problemas. Dificilmente há soluções particulares efetivas para problemas que são coletivos (Benelli, 2023, p.18-19).

Tomados pela urgência dos numerosos atendimentos de benefícios eventuais de cesta básica, por exemplo, fomos nos percebendo respondendo as demandas de forma automática. Antes do início da pandemia, trabalhávamos com uma agenda de atendimentos, segunda-feira, dia de visita domiciliar, terça-feira, dia de agenda de atendimento CB, DOC, BPC, quarta-feira dia de lançar atendimentos, elaborar relatórios e alimentar sistemas, quinta-feira, dia de executar grupo do SCFV, sexta-feira dia de reunião de equipe. No contexto da rotina institucional, dos planos do dia, retomo em anotação do diário de intercessão quanto ao incômodo

Hoje, dia de atendimento, agendados 10 usuários, um a cada 30 minutos, acho que não vai dar tempo de evoluir todos os prontuários. Me pego com sentimento de atraso, são 10 horas, estou de fato atrasada. E se realizar o preenchimento do formulário depois de todos? Certeza que eu esqueceria os relatos todos. Decido manter os registros a cada atendimento, ainda que incorra em mais atrasos. São 03 planilhas além do prontuário físico de atendimentos. De imediato, o pensamento, preciso de mais tempo. Os 10 atendimentos são para a cesta básica (Diário de intercessão, 2021).

---

<sup>38</sup> Nome fictício.

<sup>39</sup> Nome fictício.

Essa situação reafirma que é preciso atentar-se diariamente, perceber toda e qualquer prática institucional que não esteja completamente alinhada à garantia de direitos. No princípio, minha preocupação, durante a elaboração da agenda, era atender o máximo de pessoas possível, porém durante o processo de intercessão, esse fato me causou incômodo e me possibilitou um reposicionamento.

A fome tem sido uma marca dos atendimentos realizados pelo CRAS, atingindo 33,1 milhões de pessoas pelo mundo, os dados do segundo relatório (MDS, 2022), mostram que a situação piorou muito desde a publicação dos primeiros dados, em 2021. As razões são conhecidas por nós, como a intensificação da crise econômica, o segundo ano da pandemia de covid-19 e a continuidade do desmonte de políticas públicas que promoviam a redução das desigualdades sociais da população em um mecanismo de necropolítica.

As demandas e as requisições que se apresentam a nós no cotidiano profissional são resultados de uma dinâmica complexa, de uma sociedade que se funda numa contradição social profunda. Assim, respostas profissionais meramente instrumentais não dão conta da complexidade dos fenômenos sociais, não ultrapassam a aparência em busca de localizar e desvelar a essência dos fenômenos que se apresentam.

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas, de marcadores sociais da diferença), então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipuladoras. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais, políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais fundamentados em referenciais teóricos e princípios ético-políticos claramente alinhados com os interesses dos mais pobres (Guerra, 2002, p.59).

A práxis possibilitou que vivenciássemos os atendimentos e acompanhamentos a sujeitos com características diversas, entre elas a ausência de renda, o desemprego ou a presença de trabalho informal, os cenários de violência intrafamiliar, o uso abusivo de álcool e outras drogas, questões de saúde física e mental. Conforme aprofundamos nossas leituras e análises, convidamos à equipe de trabalhadores a participar de discussões e refletir sobre os processos de violação, exclusão e

desigualdade social vivenciadas pelas famílias. Não tínhamos a pretensão de resolver de modo onipotente o problema da pobreza, nem a questão social, mas estávamos dispostas a pensar em ações estratégicas orientadas criticamente. Procuramos evitar posturas assistencialistas tradicionais que questionavam a capacidade protetiva das famílias, responsabilizando-as, ou melhor, culpando as mães, mulheres, pretas, pobres, pela precária oferta de cuidado com os seus. Era importante apontar também para a ausência do Estado quanto à sua responsabilidade enquanto suposto garantidor de direitos.

Ao investigarmos as práticas em um CRAS, estamos buscando compreender seus efeitos no campo da performatividade de gênero e sexualidade. Com este intuito, apresentaremos cenas, problematizando-as, com vistas a demonstrar as especificidades das relações de gênero e sexualidade nas práticas cotidianas de um CRAS (Detoni, 2017, p.3).

Os autores críticos demonstram como as construções históricas deixaram a população negra à margem das conquistas sociais. Em sua maioria, ela é composta por grupos em alta vulnerabilidade social, ainda que, grande parte da história do país tenha sido escamoteada ou ideologicamente romantizada pela classe dominante. O não reconhecimento dessa dívida histórica com a população negra tenta minimizar o processo de exclusão social, impedindo que nós profissionais e a sociedade avancemos nas reflexões sobre a realidade a ser enfrentada. Essa luta inclui o acesso a direitos fundamentais e previstos na Constituição Federal, como trabalho, saúde, educação, habitação, entre outros. Se levarmos em conta fatores como as questões de sexo, por exemplo, a situação tende a se agravar ainda mais em relação às mulheres negras, pobres (Souza; Rocha, 2018).

Nascimento (2003, p.77), discute que “para negros e mulheres, o processo de construção da identidade é fundamentalmente o esforço pela conquista da cidadania plena, da legitimação do exercício da liberdade, do reconhecimento da pluralidade.”

Enquanto trabalhadores-intercessores, lemos, estudamos e buscamos operar de um modo implicado, intencionado e avisado criticamente por causa das exigências éticas e requisitos da nossa própria práxis de trabalho. Escrevemos para entender problemas, para refletir sobre a práxis e lemos buscando por uma inspiração problematizadora que possibilite a proposição de respostas criativas para os impasses de nossa própria práxis, ou seja, organizar, sistematizar e elaborar os problemas, localizando e entendendo cada um deles em sua complexidade.

Não sou uma estudante que trabalha, menos ainda uma trabalhadora que estuda. Sinto medo, insegurança e sonhos. Hoje ouvi da colega que estou estudando muito, discordo! Ocupo um lugar específico de trabalhadora-intercessora, que deseja, além de fazer pesquisa qualificar a práxis através do DI. Anseio por revolução, autonomia, participação popular, garantia de acesso aos direitos, desejo inspirar novos intercessores (Diário de Intercessão, 2021).

O debate, as reflexões e discussões sobre os marcadores sociais, precisam ser intensificadas e estar presentes nas ações realizadas no CRAS de modo que os trabalhadores considerem o público majoritário dos estabelecimentos socioassistenciais.

O combate ao preconceito é um compromisso presente no Código de Ética das (os) Assistentes Sociais. Conforme refere Almeida (2018), uma forma de discriminação racial que estratifica e afeta a ascensão social, o reconhecimento e o sustento material dos membros do grupo social não branco, advertindo o modo como a ausência de pessoas negras em espaços de poder e prestígio denuncia a desigualdade social, com ênfase no racismo.

Homens brancos não perdem vagas de emprego pelo fato de serem brancos, pessoas brancas não são 'suspeitas' de atos criminosos pela sua condição racial, pessoas brancas não tem sua inteligência ou sua capacidade profissional questionada devido à cor da sua pele (Almeida, 2018, p. 41).

A ética da nossa profissão já pressupõe que essas questões devem ser tratadas de forma a não contribuir para a reprodução e perpetuação desse sistema de violência. A responsabilidade deve ser compartilhada com toda a sociedade. O sistema social capitalista mantém parcelas da população sentenciadas a morte, seja pelas armas, pela desconsideração dos saberes da população negra, pelos suicídios, pela convivência com a violência. Na nossa prática cotidiana, nos atendimentos que realizamos, caso não consideramos as particularidades – mas nos centralizamos no preenchimento de formulários, por exemplo, no PBF e ao descumprimento de condicionalidades, em que as famílias, já passaram por tanta violência, e a adesão ou não adesão aos serviços – torna-se complexa a dificuldade em estabelecer laços e confiança precisam ser considerados e embasar as formas de repensar a práxis: escuta, abordagem, atendimento. É preciso que a cada atendimento nos reinventemos, considerando a história daquele usuário, para além do discurso.

No Brasil, um dos maiores problemas a superar, no sentido de construir uma sociedade que se organize com base na igualdade, é desnaturalizar a forma com que

encaramos cotidianamente as práticas discriminatórias e segregacionais. É preciso, pois, desnaturalizar a exclusão social: ela não é uma forma natural, mas produto histórico de nossa sociedade, em que todos estamos implicados, desde a educação de nossos filhos até a luta contra as formas de reprodução dessa degradação dos indivíduos.

O processo de construção do texto da dissertação representou a materialização da intercessão que pudemos realizar, bem como um contínuo de desafios diante da complexidade que envolve a discussão sobre o cotidiano profissional. Compreendemos que a realidade é dinâmica, composta por múltiplas determinações, que a sua compreensão é um processo que não se realizada plenamente, mas sim em um movimento de aproximações sucessivas.

Como intercessor encarnado, ainda que tenhamos empregado um esforço intenso, certamente não foi suficiente para contemplar na escrita todos os aspectos pertinentes à práxis, as limitações da intercessora, do campo, do contexto pandêmico aliadas aos limites próprios do mestrado, coadunam ao intenso desejo e interesse em seguir.

A intercessão não termina com o fim da escrita, ela segue em um contínuo movimento, num despertar profissional.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: 2007.
- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**. nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.
- ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 34, p. 41-51, 2019.
- ALMEIDA, M. S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131-154, 2014.
- ALMEIDA, N. L. T. Retomando a Temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. p.1-10. 1995.
- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, D. A.; STANKEVECZ, R. V. **O neoliberalismo e seus impactos no trabalho feminino**. Coletânea de artigos jurídicos (livro eletrônico). 1ª ed. Curitiba: Clássica Editora, 2020, p. 233 –249. Disponível em: [http://editoraclassica.com.br/beta/uploads/livros/livro\\_stf\\_stj\\_digital\\_final.pdf](http://editoraclassica.com.br/beta/uploads/livros/livro_stf_stj_digital_final.pdf). Acesso em: 06 jul. 2023.
- AMORIM, H; MODO, F. MEVIS, C. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo? **Caderno C R H**, Salvador, v. 34, p. 1-16, 2021.
- BARBOSA, L. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.
- BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5ª ed. Belo Horizonte: MG. Instituto Feliz Guattari, 2002.
- BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos**. 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2010.
- BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social. *In*: CFESS. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.
- BENELLI, S. J. **Entidades assistenciais para crianças e adolescentes no município: impasses institucionais e possibilidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

BENELLI, S. J. **Figuras da clínica “psi” na contemporaneidade: o olhar, a escuta e a sensação.** 2022, 251f. Tese de Livre Docência. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2022.

BENELLI, S. J. Perspectivas transdisciplinares de investigação: intercessões institucionais. In: BENELLI, S. J.; DIONÍSIO, G. H. **Perspectivas de pesquisa na pós-graduação: psicologia e sociedade.** Bauru: Gradus, 2023. p. 13-28.

BENELLI, S. J. Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas: questões epistemológicas e éticas. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 18, n. especial, p. 88-120, 2019.

BENELLI, S. J. **Psicologia e Assistência Social: Interfaces políticas, clínicas e éticas.** Curitiba: CRV, 2020.

BENELLI, S. J; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, v. 23, nº4, p. 609-660, 2012.

BERBERIAN, T. P. **Serviço Social e avaliações de “negligência” contra criança e adolescente: Debates no Campo da Ética Profissional.** São Paulo, 2013, 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo, Brasil, 2013.

BERBERIAN, T. P. Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 121, p. 45-65, 2015.

BLEGER, J. **Psico-Higiene e Psicologia Institucional.** Editora Artes Médicas Sul, Porto Alegre, 1984.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, v. 12, nº 12, p. 153-165, 1996.

BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento Marxista.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Diretrizes e Orientações Gerais para a preparação dos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS em contextos de Calamidades e Emergências.** Brasília, DF: UNICEF; CONGEMAS, 2020.

BRASIL. **Lei nº 12010.** Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da criança e do adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social – LOAS e dá outras providências. Brasília, DF: MDS, 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, 2001.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: Notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

CARLOTO, C. M. Políticas públicas, gênero e família. In: **Serviço Social em revista**. Universidade Estadual de Londrina, v. 5, nº1, 2002. Disponível em [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v5n1\\_cassia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_cassia.htm). Acesso em: 17 jul. 2022.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, nº 2, mai.-ago., 2010.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil (SP)**: Selo Negro, p. 54, 2011.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho (RJ): Civilização Brasileira, 2017.

CASTEL, R. **A gestão dos riscos**: da antipsiquiatria à pós psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CHAUÍ, M. **Brasil**: o mito fundador e sociedade autoritária. 1º ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 132, p. 211-230, 2018.

COMPARATO, F. K. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo, 6ª ed. Editora Saraiva, 2008.

COSTA, G. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos(as) que dela necessitam. **O Social em Questão**. p. 227-246, 2017.

COSTA, I. S. D.; CARLOTO, Cássia M. Cidadania e Mulheres em uma Perspectiva Feminista. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis. p. 451-471, 2010.

COSTA, M. F; PERICO, W; SOUZA, W. A. de. Do dispositivo disciplinar ao dispositivo intercessor. **Rev. Psicol. UNESP**, v.18, p. 161-178, 2019.

COSTA-ROSA, A. **Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica**: contribuição a uma Clínica Crítica dos Processos de Subjetivação na Saúde Coletiva. São Paulo: UNESP, 2013.

COSTA-ROSA, A. Intercessões e análises sobre o processo de produção saúde adoecimento-atenção no campo psíquico, num território municipal: Produção de novas tecnologias para o implemento da Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde. **Revista de Psicologia da UNESP/Assis**, v.18, p. 9-36, 2019.

COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. **Ensaio**: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 141-168.

COSTA-ROSA, A. O trabalhador-intercessor nas instituições: concepções ético-políticas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA DA UEM (CIPSI), 6, 2015, Maringá. **Psicologia e direitos humanos**: Formação, Atuação e Compromisso Social. Maringá: UEM, 2015. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kzGLjfiMtvkJ:cipsi.vwi.com.br/anais/download/modalidade/1/id/MzKx+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 19 jul. 2022.

COSTA-ROSA, A. Práticas de cura místico-religiosas, psicoterapia e subjetividade contemporânea. **Psicologia USP**, v. 19, n. 4, p. 561-590, 2008.

CRUZ, L. R; HILLESHEIM, B. Por uma crítica das práticas psicológicas na assistência social: tantas coisas podem ser mudadas. In A. L. C. Brizola, A. V. Zanella & M. Gesser (Orgs.). **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos**. Florianópolis: ABRAPSO. p. 181-193, 2013.

D'ADESKY, J. **Pluralismo Étnico e Multipluralismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe** (RJ):Plataforma Gueto. 2013.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DETONI, P. P. *et al.* "Em nome da mãe": performatividades e feminizações em um CRAS. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 281-291, 2017.

DINIZ, L. F.; CAMPOS, M. O trabalho contemporâneo e a subjetividade do trabalhador. **Revista UFG**, [S. l.], v. 17, nº 21, 2018. DOI: 10.5216/revufg.v17i21.51672. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/51672>. Acesso em: 12 dez. 2022.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.

DRAIBE, S.M. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.

EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 114, p. 290-310, 2013.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa** – Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FELICIO, R. G; BENELLI, Silvio José. A análise institucional como ferramenta para a atuação no campo do trabalho cooperado na economia solidária. **Revista Unilasalle**, nº 27, p. 25-37, 2014.

FERNANDEZ, A. **Meritocracia e desigualdade**. Barcelona, Espanha, 2015.

Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/271209358\\_MERITOCRACIA\\_E\\_DESIGUALDADE?enrichId=rgreq-de73b85a158dfe888e5baaa54fc7dd4f-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI3MTIwOTM1ODtBUzoxODg3MjYwMjYxODY3NTJAMTQyMjAwNzE5OTA3Mw%3D%3D&el=1\\_x\\_2&\\_esc=publicationCoverPdf](https://www.researchgate.net/publication/271209358_MERITOCRACIA_E_DESIGUALDADE?enrichId=rgreq-de73b85a158dfe888e5baaa54fc7dd4f-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI3MTIwOTM1ODtBUzoxODg3MjYwMjYxODY3NTJAMTQyMjAwNzE5OTA3Mw%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf)>.

Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.

FINK, B. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.

FONSECA, I. F. **Inclusão política e racismo institucional**: Reflexões sobre o Programa de Combate ao Racismo Institucional e o Conselho Nacional de Promoção da igualdade Racial, 2015.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, P; DREYFUS, H. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. p.231-249. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**: curso do Collège de France (1979-1980). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, P; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GALIEGO, A, H, B. **O Dispositivo Intercessor como modo de produção do conhecimento**: construção do saber na práxis de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas. Assis, 2013, 78 f. Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis SP, Brasil, 2013.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2023.

GERBASE, J. O poder do grande Outro. Revista Circulo Psi Bahia. Cógito, Salvador, n. 11 p. 26 – 28, 2010.

GOMES, A. L. Proteção social é ofertada em mais de 8,3 mil unidades do CRAS em todo o país. **Você cidadão**, [s. l.], 2012. Documento em HTML. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/protacao-social-e-ofertada-em-mais-de-8-3-mil-unidades-do-cras-em-todo-o-pais>. Acesso em: 24 de junho de 2021.

GOMES, M. A; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2,: p.357-363, 2005.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**. Cartografias do desejo. Pretópolis: Vozes, 1986.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. CFESS/ABEPSS- UNB.

GUIZARDI, F.; CAVALCANTI, F. **Por um mundo democrático produzido democraticamente (ou: o desafio da produção do comum)**: contribuições a partir da experiência do Sistema de Saúde Brasileiro. Lugar Comum, Rio de Janeiro, nº 27, 2009, p. 103-123.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. Do território às políticas públicas: governo, práticas psicológicas e busca ativa no CRAS. *In*: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Org.). **O psicólogo e as políticas públicas de Assistência Social**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012. p. 91-105.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V. Questão social, família e juventude; desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. *In*: SALES, M. A; MATOS, M. C.; LEAL, M. C.

(Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 261-298.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agência de Notícias. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Populacional da cidade de Ourinhos SP**. 2010 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ourinhos/panorama>. Acesso em 15 de outubro de 2021.

JIMENEZ, S. (Org.). **O cartel: o conceito e funcionamento na escola de Lacan**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

JUNCÁ, D. A teoria é uma coisa, mas a prática pode não ser outra. **O Social em Questão**. Ano XV, nº 27, p. 179-192, 2012.

KALLOUSTIAN, S. M. **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: CORTEZ; Brasília, DF: UNICEF, 2005.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAN, J. O seminário. Livro 17: **O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Original publicado em 1969-1970), 1992.

LANCETTI, A. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015.

LARROSA, J. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: Ed UFRGS. v. 29, nº 1, p. 27-43, 2004.

LEMONS, F. C. S.; CARDOSO JR, H. R. A Genealogia em Foucault: Uma Trajetória. **Psicologia e Sociedade**, v. 21, nº 3, p. 353-357, 2009.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 9, n.3, p. 401-411, 2004.

LOTTA, G. *et al.* **Nota técnica:** A pandemia de COVID-19 e os profissionais da Assistência Social no Brasil. [Rio de Janeiro]: FGV; NEB, 2020. Disponível em: <https://neburocracia.files.wordpress.com/2020/08/rel08-social-covid-19-fase-2-v4.pdf>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

LOURAU, R. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa.** Rio de Janeiro: UERJ. 1993.

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ:** análise institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1993.

MACHADO, R. Introdução. Por uma genealogia do poder. *In:* FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. 26<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 7-23.

MACHEL, S. A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo. *In:* MACHEL, S. *et al.* **A libertação da mulher.** 3<sup>o</sup> ed. São Paulo: Global, 1982.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social identidade e alienação.** 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINI, R. B. **O dispositivo intercessor como meio de superação dialética da medicalização da saúde mental.** 96 f. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Assis, SP, Brasil, 2010.

MARTINS, A. P. V. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **História, Ciências, Saúde, Manguinhos.** v.18, n<sup>o</sup>1, p. 15-34, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos (1844).** São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. O processo de produção do capital. *In:* **O Capital** - crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 161-208.

MATTOS, E. B. T. **O significado do Grupo de Convivência para Idosos.** Fortaleza, 2008.

MBEMBE, A. **Necropolítica:** Biopoder, soberania, estado de exceção política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELO, H. P. **Gênero e pobreza no Brasil.** Relatório final do projeto Governabilidade Democrática de gênero en América Latina y en el Caribe. Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

MEXKO, S. **A psicanálise de Freud e Lacan poderia contribuir com o campo da Assistência Social?** Assis, 2017, 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, SP, 2017.

MEXKO, S; SOUZA, W. A; BENELLI, S. J. Contribuições do Dispositivo Intercessor para o trabalho no campo da Assistência Social. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 18, p. 261-279, 2019.

MICHAELIS. Editora Melhoramentos Ltda. Mérito. **Dicionário brasileiro de Língua Portuguesa**. Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=merito>. Acesso em: 13 de agosto de 2023.

MIGUEL, L. F; BIROLI, F. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Caderno de Orientações**. Serviço de proteção e atendimento integral à família e serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Brasília, 2016. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/cartilha\\_paif\\_2511.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf). Acesso em: 24 de junho de 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Proteção social é ofertada em mais de 8,3 mil unidades do Cras em todo o país. **Você cidadão**. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/protexao-social-e-ofertada-em-mais-de-8-3-mil-unidades-do-cras-em-todo-o-pais>. Acesso em: 24 de junho de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria GM nº 336** de 19 de fevereiro de 2002. Estabelece CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS i II e CAPS ad II. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. v. 2. Brasília. 2012. Disponível em: [chromeextension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_PAIF\\_2.pdf](chromeextension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf) Acesso em: 26 de fevereiro de 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos no SUAS – NOBRH/SUAS**. Brasília. Brasília, DF, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos no SUAS – NOBRH/SUAS**. Brasília. Brasília, DF, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Sistema Único de Assistência Social. **Orientações Técnicas Centros de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1º ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009, 72 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social** — PNAS e Norma Operacional Básica NOB/Suas. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatórios de Informações Sociais**. Base de dados. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatórios de Informações Sociais**. Base de dados. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

MIOTO, R. C. T. Família e políticas sociais. *In*: BOSCHETTI, Ivanete et. al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 130-148.

MONTAÑO, C. Um projeto para o Serviço Social Crítico. **Katálysis**, v. 09, n. 02, p. 141-157, 2006.

MORAES, M. L. Q. **Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças**. Crítica Marxista. São Paulo, nº 11, p. 95-96, 2000.

MORAES, P. M. et al. Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. *In*: encontro de pesquisadores em serviço social, 16, Vitória, 2018. **Revista de políticas Públicas**, Vitória, ABEPSS, p. 802-818, 2018.

MORAES, P. M. *et al.* Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. *In*: ENCONTRO DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 14, Vitória, 2018. **Revista de políticas públicas**, Vitória: ABEPSS. p. 802-818, 2018.

MOREIRA, A. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

MOREIRA, N. C. *et al.* **Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social**. Rio de Janeiro: RAP, 2012. p. 403-423.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ºed, São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, E. L. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CEFESS/ABEPSS/CEAD/UnB. **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília; CEAD.1999. p. 92-109.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, nº 19, p. 134-170, 2007.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, nº 50, p. 87-132, 1996.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

NICOLESCU, B. Para uma educação transdisciplinar. In: LINHARES, C. e TRINDADE, M. N. (Orgs.) **Compartilhando o mundo com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003, p. 41-71. (Biblioteca freiriana; v.7).

OLIVEIRA, A. P; de. "Que experiências seu cabelo te traz?". Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. **Psicologia Social**. p. 445-463, 2017.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Finotti de. **Os sentidos do Programa Bolsa Família nas relações sociais dos seus beneficiários**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2009.

PAIVA, B.; SALES, M. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, D. A. *et al.* **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2012.

PATTO. M. H. S. **A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro**. São Paulo: Instituto de Psicologia USP, 1992. p. 107-121.

PEREIRA, E. C. **Ensaio de intercessão institucional em um CAPS – Centro de Atenção Psicossocial**. Assis, 2011, 117 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil, 2011.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: MIONE, Apolinário; MATOS, Maurilio Castro de Leal, Maria Cristina (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 25-42.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PÉRICO, W. **Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan a uma psicoterapia Outra: a clínica do sujeito na Saúde Coletiva**. Assis, 2014, 260 f. (Dissertação Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, SP, Brasil, 2014.

PIKETTY, T. **Capital e ideologia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PINTO, F. F. **Narrativas sobre a práxis na Assistência Social**: uma análise sobre a proteção social e o processo de gestão do trabalho. Assis, 2019, 94 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, Brasil, 2019.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 11ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

PRECIADO, P. B. Aprendendo com o vírus. El país, mar 2020. Tradução de Gustavo Teramatsu e Wagner Nabarro. Disponível em: <https://campodiscursivo.paginas.ufsc.br/files/2021/09/TEXT0-18-Paul-Preciado-Aprendendo-com-o-v%C3%ADrus.pdf>. Acesso em: 28 de outubro de 2023.

PUGLIESI, N. O mito da democracia. **Você S/A**. p. 27-37. 2019

RAICHELIS, R. O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 107, p. 420-437, 2011.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras. 2018, p.132.

ROCHA, R. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. nº 99, p. 540-561, 2009.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SALVADOR, E. Fundo Público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 104, p. 603-631, 2010.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SARTI, C. A. Famílias Enredadas. *In*: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia e Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364–372, 2009.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014.

SEYFERTH, G. *et al.* **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis; ABONG. 2002.

SILVEIRA, J. S. Gestão do trabalho: concepção e significado para o SUAS. *In: Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial*. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011, p. 9-39.

SIQUEIRA, M. P. S. Pobreza no Brasil Colonial: Representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. *Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 34. p.110-122, 2009.

SLENES, R. W. Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da família escrava no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, nº 16. p.198-203, 1988.

SOUZA, A. P. H.; ROCHA, E. F. Destituição do poder familiar, racismo e justiça: uma reflexão interdisciplinar necessária. *In: BORGIANNI, E.; MACEDO, L. M. O Serviço Social e a psicologia no universo judiciário*. Campinas: Papel Social, 2018.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 1ª ed. Belo Horizonte, UFMG Editora, 2010.

SOUZA, J. P. G.; GARCIA, C. L.; CARVALHO, J. F. T. **Dicionário de política**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

SOUZA, N. S. **Contra o racismo: com muito orgulho e amor**. *Correio da Baixada*, 2008.

SOUZA, W. A. **A Assistência Social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS: um campo de intercessão**. Assis, 2015, 162 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil, 2015.

SOUZA, I. S. *et al.* Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. *Revista Em Favor de Igualdade Racial*, 6ª ed, São Paulo: Contexto, v. 1, nº. 1, p. 137-146, 2018.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo, Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 2011.

TEIXEIRA, S. M. **A Família na política de Assistência Social: concepções e as tendências do trabalho social com família nos CRAS de Teresina-PI**. Teresina: EDUFPI. 2013. p. 535-549.

TEIXEIRA, S. M. **Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza?** *Textos & Contextos*, 9(2), 2010, p. 286-297.

TELLES, E. **Racismo a brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: Fundação Ford, 2003.

THEODORO, M. **Relações Raciais, Racismo e Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo**. Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Brasília, v.8, n.1, 2014, p. 205-219.

TORRES, M. M.; LANZA, L. M. B. **Serviço Social**: exercício profissional do Assistente Social na gestão de políticas públicas. **Argumentum**, Vitória ES, v. 5, n.1, p. 197-215, 2013.

TORRES, M. M. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. **Serviço Social em revista**, Londrina PR, v. 12, p. 202-227, 2009.

TRINDADE, R. L. P. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social**. Tese de Doutorado apresentado à UFRJ/ESS. Rio de Janeiro. 1999.

TURRA, C.; VENTURI, G. **Racismo cordial**: A mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática, 1995.

WERNECK, J. **Políticas públicas contra o racismo**. Passo a passo, defesa, monitoramento, e avaliação de políticas públicas. Rio de Janeiro, Criola, 2010.

YAZBEK, M. C. A gestão do suas. *In*: Conferência Nacional de Assistência Social, 6, Brasília, 2007. **Caderno de Textos**, Brasília, MDS / CNAS, 2007, p. 47-50.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. *In*: **Capacitação em Serviço Social e política social**: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Mod. 4. Brasília, DF, Ed. UNB. 2000. p. 19-34.

ZAMORA, M. H. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. **Fractal**, Niterói, v. 24, n. 3, p. 563-578, 2012.

## ANEXOS

### ANEXO A - PARA OS TRABALHADORES E USUÁRIOS DO CRAS

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Capítulo IV, itens 1 a 8 da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde)**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ASSISTENTE SOCIAL: PROBLEMATIZANDO A PRÁXIS DE TRABALHO NO CRAS”, sob a responsabilidade do pesquisador Bruna Renata Scarduelli Vieira, RG nº 47.329.932-x, servidora da Prefeitura Municipal de Ourinhos-SP, com endereço institucional na Travessa Vereador Abrahão Abujamra, nº 62, Centro e vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP de Assis, SP.

Este termo deverá ser elaborado em duas vias. Depois de lido, rubricado e assinado, uma via ficará em poder do PARTICIPANTE ou de seu representante legal e a outra via em poder do pesquisador responsável.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis. Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos poder ser esclarecidas no telefone (18) 3302-5500 ramal 5607 ou pelo e-mail [cep@assis.unesp.br](mailto:cep@assis.unesp.br), ou diretamente com o pesquisador no telefone (14) 99717-4868 ou e-mail [bruna.scarduelli@gmail.com](mailto:bruna.scarduelli@gmail.com)

#### **I. A pesquisa:**

Esta pesquisa tem por objetivo: atuar, investigar e problematizar a prática da assistente social, os saberes e os fazeres nas múltiplas dimensões do exercício profissional da assistente social, a evidenciação das ações e técnicas, o fazer profissional, as legislações que balizam essas ações, o pensar, o agir e como a profissional contribui na busca pela autonomia e emancipação dos sujeitos de direitos, em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

#### **II. Procedimentos:**

Nossa intercessão-pesquisa utilizará uma metodologia denominada Dispositivo Intercessor (DI). Funcionará em duas etapas: num primeiro momento, no CRAS 2, a

Assistente Social (trabalhador-intercessor) realizará suas funções mantendo o propósito de trabalhar junto a equipe no atendimento socioassistencial, refletindo sobre sua prática e contribuindo para interrogações. Esse período será acompanhado por registros em diário de campo. Esse diário de intercessão (ou diário de campo) é um instrumento privativo do pesquisador, no qual são realizados os apontamentos, registros, descrições e anotações que se refiram às vivências experimentadas no cotidiano das práticas em campo, as observações institucionais e reflexões emergentes. Pela vivência institucional ser composta por relações, é muito provável que esse diário tenha citações a outras pessoas que compartilharam com o pesquisador determinadas situações. O diário é um instrumento de memória do pesquisador, cujo conteúdo é sigiloso e somente será conhecido pelo próprio pesquisador.

Num segundo momento, que é acadêmico, o pesquisador-intercessor utilizará seus registros no diário de campo para articular aquilo que foi produzido no dia a dia e o conhecimento acadêmico, de forma a produzir novos saberes, a partir da prática. Não serão utilizados outros métodos de investigação (entrevista, aplicação de questionários, etc).

### **III. Riscos/Desconfortos e Benefícios:**

#### *a) Possíveis riscos ou desconfortos.*

Sabemos que todo tipo de pesquisa influencia de alguma forma a instituição e os sujeitos pesquisados e que riscos e desconfortos podem acontecer de forma imprevisível. No nosso caso específico, entendemos que o uso de diário de campo por um pesquisador influencia na dinâmica institucional, podendo ser confundido com um instrumento de exame e vigilância, até mesmo gerando experiências persecutórias. Gostaríamos de deixar claro que todas as informações estão protegidas por sigilo, que todos os registros serão pertinentes à pesquisa e que nenhuma pessoa que dela participar terá sua identidade revelada ou identificada.

#### *b) Formas de Acompanhamento e assistência em caso de ocorrência dos riscos ou desconfortos:*

Estamos disponíveis para esclarecer exhaustivamente sobre os propósitos desta pesquisa, assim como estabelecer espaços de acolhida, escuta e pacificação de possíveis sentimentos e desconfortos que venham a se relacionar a este trabalho, garantindo aos participantes da pesquisa a possibilidade de nos convocar a qualquer momento, mesmo após o término do cronograma previsto. Verificando a necessidade, encaminhamentos para acompanhamento especializado poderão ser realizados.

#### *c) Benefícios esperados:*

Esperamos contribuir na produção teórica sobre a atuação profissional dos(as) Assistentes Sociais na política de Assistência Social, em especial na inserção das equipes dos CRAS, assim como colaboraremos no fortalecimento das políticas públicas voltadas ao atendimento socioassistencial. Buscamos aprimorar o atendimento oferecido aos usuários, famílias e comunidade dos territórios.

**IV. Liberdades/Garantias:**

O participante tem o direito de retirar-se da pesquisa a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem quaisquer consequências, penalizações ou prejuízos, bem como a liberdade de não participar de momentos que possam causar-lhe constrangimento de qualquer natureza

**V. Sigilo/Anonimato:**

A participação nessa pesquisa é totalmente protegida por sigilo e anonimato. Em hipótese nenhuma os participantes terão suas identidades reveladas ou identificadas. As informações obtidas no curso da pesquisa serão tratadas com absoluto rigor ético, sendo as identidades conhecidas única e exclusivamente pelo pesquisador.

**VI. Despesas:**

Esta pesquisa não prevê despesas.

**VI. Publicação:**

Esta pesquisa tem motivação científica, portanto, dela resultará uma dissertação de mestrado. Os resultados serão publicados e divulgados em eventos acadêmicos e científicos, bem como por meio de artigos em revistas científicas, sempre assegurando o anonimato individual.

## CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar, como PARTICIPANTE, da pesquisa “AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ASSISTENTE SOCIAL: PROBLEMATIZANDO A PRÁXIS DE TRABALHO NO CRAS”. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Bruna Renata Scarduelli Vieira sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que ( ) concordo / ( ) não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Município, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do Participante

Eu, Bruna Renata Scarduelli Vieira, pesquisador responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

---

Pesquisador Responsável